

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**ABORDAGEM DE PADRÕES DERIVACIONAIS NAS MARCAS DE MODO-  
TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA: POR UMA VISÃO GRADIENTE DA  
MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS**

Vítor de Moura Vivas

Rio de Janeiro  
Março de 2015

**FACULDADE DE LETRAS/ UFRJ**

**ABORDAGEM DE PADRÕES DERIVACIONAIS NAS MARCAS DE MODO-  
TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA: POR UMA VISÃO GRADIENTE DA  
MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS**

VÍTOR DE MOURA VIVAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Rio de Janeiro  
Março de 2015

**ABORDAGEM DE PADRÕES DERIVACIONAIS NAS MARCAS DE MODO-  
TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA: POR UMA VISÃO GRADIENTE DA  
MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS**

Vítor de Moura Vivas

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Tese de Doutorado submetida ao Programa e Pós-graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Examinada por:

---

Presidente, Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves - UFRJ

---

Profa. Doutora Margarida Maria de Paula Basílio – PUC (RJ)

---

Profa. Doutora Maria Lucia Leitão de Almeida – UFRJ

---

Profa. Doutora Lilian Vieira Ferrari – UFRJ

---

Profa. Doutora Mônica de Toledo Piza Costa Machado – UFRRJ

---

Prof. Doutor Diogo Ramirez Pinheiro – UFRJ, suplente

---

Profa. Doutora Eliete Batista da Silveira – UFRJ, suplente

Rio de Janeiro  
Março de 2015

VIVAS, Vítor de Moura.

Abordagem de padrões derivacionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa: por uma visão gradiente da morfologia do português./Vítor de Moura Vivas. –Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2015.

xi, 172 f.: il; 31 cm.

Orientador: Carlos Alexandre Victorio Gonçalves.

Tese(Doutorado) – UFRJ/ Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2015.

Referências Bibliográficas: p. 167-172.

1. Morfologia. 2 Flexão e Derivação. 3. Verbo. 4. Forma e Significado. 5. Gradiência. I. Gonçalves, Carlos Alexandre Victorio. (Orientador) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós - Graduação em Letras Vernáculas. III. Abordagem de padrões derivacionais nas marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa: por uma visão gradiente da morfologia do português.

## **SINOPSE**

Análise das marcas verbais de modo-tempo-aspecto e número-pessoa através de uma visão gradiente. Abordagem de diversos autores que defendem que flexão e derivação não se distinguem discretamente. Estudo de padrões derivacionais nas formas verbais do português através da inspeção de diversos critérios. Verificação da fundamentação formal e semântica dos padrões derivacionais apresentados pelas marcas verbais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sempre estar presente em todas as situações, desde as mais simples até as mais complexas. Ele sempre fez com que todo o percurso tivesse menos obstáculos; tornando o impossível provável. Sempre há uma energia superior levando a que tudo, na vida pessoal e na trajetória acadêmica, aconteça da melhor maneira possível.

Aos meus pais, devo a minha formação, que sempre teve como pilares a solidariedade, a humildade e o cuidado com quem está ao redor. Agradeço imensamente por todo o carinho e dedicação postos no dia a dia sem preocupação com retorno, vantagens; ensinando-me o amor, no sentido mais puro da palavra. Além disso, foram grandes exemplos de professores para mim. Sempre olhei com orgulho almejando um dia praticar a atividade docente, porque via, em casa, mestres dedicados e bem sucedidos que educavam seus alunos com muito prazer – meu pai dando aulas de português e minha mãe, na educação básica. Agradeço também ao meu irmão, que completa essa família especial, por ser um grande amigo em todas horas e estar sempre ao meu lado.

Muito obrigado aos meus tios e primos por todo o carinho que sempre me ofereceram. Devo uma gratidão especial aos tios Roberto, Renato, Gelcy, Rosângela e aos primos Felipe, Thiago e Rodrigo. Com vocês, sempre me senti bem. Qualquer sentimento de tristeza é afastado rapidamente na companhia de vocês.

Aos meus avós (*in memoriam*), Nildo, Olga, Aída e Antônio, devo muito da minha formação como pessoa. Muito obrigado por toda a dedicação e pelo carinho de todas as horas. Também não posso esquecer de “tia Gecy”, empregada doméstica, que ajudou a me criar, levando a que eu tivesse a sorte de ter duas mães na infância. Hoje,

ela, mesmo doente, mantém o mesmo carinho por mim. Devo também toda a minha gratidão à diarista Zélia, que conheço desde os meus 10 anos de idade; sem os seus cuidados atuais com o meu apartamento, todo o processo de Doutorado seria muito mais difícil. Obrigado por toda a dedicação e atenção!

Muito obrigado aos meus alunos e ex-alunos. As dúvidas de vocês fazem com que a cada dia eu seja desafiado a aprender mais e me sinta mais empolgado com a docência. Agradeço pelo carinho que me faz ter certeza de ter acertado na escolha do caminho que estou seguindo. Espero melhorar sempre como pessoa e profissional educando da maneira que vocês merecem.

Devo todo o carinho aos meus amigos que me fazem a cada dia uma pessoa melhor com suas críticas, sugestões e apoio. Muito obrigado por estarem sempre presentes e me fazerem tão bem. Tenho certeza de que todos se reconhecem nessas palavras; espero sempre contar com vocês. Faço um agradecimento especial a João Vicente, designer gráfico, que me ajudou com algumas formalizações postas no trabalho e a Diogo Moreno e Felipe Queiroz por revisarem as minhas traduções para o espanhol e para o inglês respectivamente.

Não poderia me esquecer dos colegas de trabalho da equipe de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Rio de Janeiro. Muito obrigado pela convivência harmoniosa que me possibilitou estar sempre pronto para estudar e me dedicar nesses anos de Doutorado. Mais que companheiros de trabalho, vocês se tornaram amigos com os quais eu sempre espero contar. Também dedico meu carinho a todos os colegas de trabalho que passaram pela minha trajetória em outros momentos da carreira. Não tenham dúvidas de como vocês foram importantes para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Meu muito obrigado a todos os professores da UFRJ - na Graduação, no Mestrado e no Doutorado! Com vocês, aprendi muito sobre a língua portuguesa e passei a querer me tornar imediatamente um pesquisador. Cada aula dada foi responsável por intensificar o meu desejo por estudar, aprender e crescer. Agradeço também as aulas que tive, no Doutorado, com a professora Margarida Basílio, na PUC, que contribuíram sobremaneira ao meu aprendizado em Morfologia. Foi um prazer aprender tópicos em sala com alguém que já havia me ensinado muito através dos seus textos.

Faço um agradecimento especial à professora Silvia Rodrigues, que, dando aulas de morfologia no meu segundo período, foi a primeira a acreditar em mim e me apoiar. Graças a ela, passei a ter a certeza de que queria muito virar um pesquisador e aprender o máximo que conseguisse sobre o português.

À professora Maria Lucia Leitão de Almeida, devo toda minha gratidão. Graças a ela, conheci o NEMP e o professor Carlos Alexandre Gonçalves. Obrigado por ter acreditado em mim naquela prova de Monitoria que fiz no meu terceiro período da faculdade e ter pedido para que eu procurasse o Carlos. Se não fosse você, minha trajetória acadêmica talvez não chegasse a este estágio. Mesmo se eu fizesse Doutorado, essa etapa não seria tão prazerosa: ao lado de quem acredita em mim e num tema com o qual tenho muita afinidade. Também não posso me esquecer das suas aulas de Semântica na Graduação e na Pós; agradeço por ter sido tão bem apresentado por você à Linguística Cognitiva. Muito obrigado! Saiba que sempre contará com um amigo para todas as horas e também um parceiro para estudos.

Ao meu orientador, agradeço por tudo! Carlos, com a sua orientação, foi tudo muito mais fácil! Em primeiro lugar, encontrei, nas suas áreas de pesquisa, tudo aquilo que sempre desejei estudar, aprender e desvendar. Sempre o que mais me moveu ao conhecimento, na universidade, foram questões de morfologia. Os seus estudos de



interface morfologia-fonologia e de interface morfologia-semântica combinaram muito com os meus interesses de pesquisa. Sendo assim, ficar horas estudando se tornava um prazer. Desse modo, esses nove anos de estudo em morfologia (da IC ao Doutorado) foram leves e gratificantes. Sempre foi muito bom estudar e aprender com você. Parabéns por toda a sua produção acadêmica! Em segundo lugar, muito obrigado pelo ótimo relacionamento pessoal e profissional comigo. Espero que mantenhamos para sempre a nossa parceria; ainda pretendo aprender muito sobre morfologia com você!

## RESUMO

### **ABORDAGEM DE PADRÕES DERIVACIONAIS NAS MARCAS DE MODO-TEMPO-ASPECTO E NÚMERO-PESSOA: POR UMA VISÃO GRADIENTE DA MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS**

Vítor de Moura Vivas

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdades de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa.

Diversos autores discutem os processos morfológicos flexão e derivação como distintos de forma gradiente e não discreta. Dentre estes, utilizamos, na Tese, os aportes teóricos de Bybee (1985; 2010); Booij (1996; 2006); Manova (2005); González Torres (2010); Winter (2011); Piza (2001); Gonçalves (2005; 2011). Nossa abordagem é de base funcionalista-cognitivista, visto que nos fundamentamos em noções caras ao Cognitivismo como a gradiência.

Propomos que as marcas modo-tempo-aspectuais (MTA) e número-pessoais (NP) não devem ser entendidas como totalmente flexionais em português. Por mais que essas partículas apresentem mais características flexionais, atributos derivacionais também existem; desse modo, uma visão que considere uma separação gradiente entre flexão e derivação parece bastante adequada aos dados.

Demonstramos que as palavras morfológicamente estruturadas com elementos MTA e NP nem sempre são estáveis quanto à classe morfológica e ao significado fundamentando-nos em critérios como lexicalização categorial, instabilidade categorial, lexicalização semântica, improdutividade, não-obrigatoriedade, entre outros. Além disso, essas marcas, em alguns momentos, estão a serviço da expansão lexical. Isso evidencia a existência de padrões derivacionais instanciados por essas marcas que precisam ser descritos e abordados na morfologia do português. Acreditamos que, quando se trata de flexão verbal, a categorização por protótipos é mais efetiva que a categorização nos moldes clássicos (aristotélicos), visto que dá conta de quaisquer dados produzidos na língua.

Com a análise desses critérios apontados acima e de outros discutidos na Tese, evidenciamos que um olhar efetivo para os dados verbais do português indica que existem padrões derivacionais instanciados pelas marcas de MTA e NP. Na Tese, além de apresentar esses padrões derivacionais, evidenciamos as suas motivações formais e semânticas. Assim, objetivamos explicar, na forma e no significado, o que faz com que apenas algumas marcas instanciem padrões derivacionais.

## ABSTRACT

### **DERIVATIONAL PATTERNS APPROACH IN MARKS OF MOOD-TIME- ASPECT AND NUMBER-PERSON: FOR A GRADIENT VISION OF PORTUGUESE MORPHOLOGY**

Vítor de Moura Vivas

Advisor: Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

*Abstract* da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdades de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa.

Several authors discuss the morphological processes of inflection and derivation as disincted according to the gradient level, instead of the segregate way. Among these, the thesis utilizes the theoretical contributions of Bybee (1985; 2010); Booij (1996; 2006); MANOVA (2005); Gonzalez Torres (2010); Winter (2011); Piza (2001); Gonçalves (2005; 2011). Our approach is cognitive-functional based, since it is established in the notions of the Cognitive Linguistics as the gradient level.

We propose that the marks of tense, aspect and mood (TMA) and of number and person (PN) should not be acknowledged as fully inflectional in Portuguese. As much as these particles have more inflectional features, derivational attributes also exist; thus, a view that contemplates a gradient separation between inflection and derivation seems quite appropriate to the data.

We demonstrate that the words morphologically structured with TMA and PN elements are not always stable in regards to the morphological class and meaning, we are based on criterias presented among category lexicalization, category instability, semantic lexicalization, unproductive, no-obligation, among others. Moreover, these marks, at times, are at the service of lexical expansion. It suggests the existence of derivational patterns instantiated by those marks that need to be described and discussed in the morphology of the Portuguese. We believe that in relation to the verbal inflection, the categorization by prototypes is more effective than the categorization in the classic way (Aristotelian), as the gradient categorization comprises any data generated in the language.

The analysis of the aforementioned criterias, among others discussed in the thesis, highliths that an effective look at the Portuguese verbal data indicates that there are derivational patterns intantiated by the TMA and PN marks. In the thesis, we present these derivational patterns while also evidencing their formal and semantic reasons. The endeavor is to explain, in regards to the form and meaning, what prompts only particular affixes to instantiate derivational patterns.

## RESUMEN

### **ABORDAJE DE PATRONES DERIVACIONAIS EN LAS MARCAS DE MODO-TIEMPO-ASPECTO Y NÚMERO-PERSONA: POR UNA VISIÓN GRADIENTE DE LA MORFOLOGÍA DEL PORTUGUÉS**

Vítor de Moura Vivas

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

*Resumen* da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdades de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa.

Muchos autores discuten los procesos morfológicos flexión y derivación como distinguidos de forma gradiente y no discreta. Entre estos, utilizamos, en la Tesis, los aportes teóricos de Bybee (1985; 2010); Booij (1996; 2006); Manova (2005); González Torres (2010); Winter (2011); Piza (2001); Gonçalves (2005; 2011). Nuestro abordaje es de base funcionalista-cognitivista, visto que nos fundamentamos en nociones caras al Cognitivismo como la gradiencia.

Proponemos que las marcas modo-tiempo-aspectuales (MTA) y número-personales (NP) no deben ser entendidas como totalmente flexionales en portugués. Aunque esas partículas presenten más características flexionais, atributos derivacionales también existen; de ese modo, una visión que considere una criba gradiente entre flexión y derivación parece bastante adecuada a los datos.

Demostramos que las palabras morfológicamente estructuradas con elementos MTA y NP ni siempre son estables en cuanto a la clase morfológica y al significado fundamentándonos en criterios como lexicalización categorial, inestabilidad categorial, lexicalización semántica, improductividad no-obligatoriedad, entre otros. Además, esas marcas, en algunos momentos, están en servicio de la expansión lexical. Eso evidencia la existencia de patrones derivacionales instanciados por esas marcas que necesitan ser descritos y abordados en la morfología del portugués. Creemos que, cuando se trata de flexión verbal, la categorización por prototipos es más efectiva que la categorización en los moldes clásicos (aristotélicos), visto que da cuenta de cualesquier dados producidos en la lengua.

Con el análisis de esos criterios apuntados arriba y de otros discutidos en la Tesis, evidenciamos que un mirar efectivo para los datos verbales del portugués indica que existen patrones derivacionales instanciados por las marcas de MTA y NP. En la Tesis, además de presentar esos patrones derivacionales, evidenciamos sus motivaciones formales y semánticas. Así, objetivamos explicar, en la forma y en el significado, lo que hace con que sólo algunas marcas instancien patrones derivacionales.

*Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.  
Sentir tudo de todas as maneiras.  
Sentir tudo excessivamente,  
Porque todas as coisas são, em verdade, excessivas  
E toda a realidade é um excesso, uma violência,  
Uma alucinação extraordinariamente nítida  
Que vivemos todos em comum com a fúria das almas,  
O centro para onde tendem as estranhas forças centrífugas  
Que são as psiques humanas no seu acordo de sentidos.  
(Álvaro de Campos, Afinal)*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. MORFOLOGIA FLEXIONAL E DERIVACIONAL: PERSPECTIVAS QUE SEPARAM OS PROCESSOS.....	23
2.1. A visão sobre flexão e derivação na Gramática Tradicional.....	23
2.2. Flexão e derivação no português – a visão estruturalista (CÂMARA JR, 1970).....	24
2.3. O olhar gerativista: Considerações de Mathews (1991 <sup>1</sup> ) sobre os tipos de morfologia.....	25
2.3.1. Causas para opor flexão e derivação.....	27
2.3.2. A visão gerativista de Anderson (1992) sobre flexão.....	29
2.3.2.1. Por que flexão e derivação são processos distintos?.....	30
2.3.2.2. Como definir a flexão?.....	30
2.3.2.3. As propriedades flexionais.....	31
2.3.2.4. Sintetizando a proposta de Anderson (1992).....	33
2.5. Discordâncias no aporte teórico dos que distinguem flexão e derivação totalmente.....	33
3. PERSPECTIVAS QUE APROXIMAM FLEXÃO E DERIVAÇÃO.....	35
3.1. A visão de Bybee (1985).....	36
3.1.1. Relevância e generalidade: princípios que governam os meios de expressão linguística.....	37
3.1.2. Relevância e generalidade: Motivação entre forma de expressão e conteúdo.....	39
3.1.2.1. A generalidade para Bybee (1985).....	43
3.1.3. O continuum flexão - derivação.....	49

---

<sup>1</sup> Versão ampliada e revisada de Mathews (1974).

3.2. As semelhanças entre flexão e derivação e a existência de dois tipos de flexão (BOOIJ, 1996).....	51
3.2.1. Distinção entre flexão inerente e flexão contextual.....	52
3.2.2. Flexão Inerente alimenta a formação de palavras.....	53
3.2.3. A aquisição da linguagem e os tipos de flexão.....	54
3.2.4. Onde posicionar a flexão inerente: na flexão ou na derivação?.....	55
3.3. A abordagem de Booij (2006) sobre flexão e derivação.....	57
3.3.1. Relevância Sintática.....	60
3.3.2. Mudança de categoria sintática.....	61
3.3.3. Organização por paradigmas.....	62
3.3.4. Propriedades da flexão e da derivação .....	63
3.3.4.1. Produtividade.....	63
3.3.4.2. Irregularidades semânticas.....	64
3.3.4.3. Processamento linguístico.....	64
3.3.4.4. Como considerar as diferenças entre flexão e derivação?.....	65
3.4. A observação efetiva dos dados aponta para a necessidade do <i>continuum</i> (WINTER, 2011).....	66
3.5. A divisão em seis tipos de morfologia: contextual, inerente, avaliativa, transposicional, de expansão do léxico, de mudança de valência (BAUER, 2004).....	68
3.6. A existência de categorias que podem se manifestar por flexão ou derivação: evidências de um continuum entre flexão e derivação (MANOVA, 2005).....	71
3.7. Marcas formais que são flexionais em alguns vocábulos e derivacionais em outros: a análise do inglês antigo (GONZÁLEZ TORRES, 2010).....	72

3.8. Reflexões sobre as abordagens apresentadas.....	73
3.9. Próximos passos: a análise de características derivacionais nos afixos de modo-tempo-aspecto e número-pessoa.....	75
4. CARACTERÍSTICAS DERIVACIONAIS NOS AFIXOS DE MTA E NP.....	77
4.1. Estabilidade semântica?.....	77
4.1.1. Lexicalização semântica (BAUER, 1983).....	79
4.1.1.2. Efeitos expressivos.....	80
4.1.1.3. Mudança de significado em formas de particípio.....	85
4.2. Estabilidade categorial?.....	89
4.2.1. Lexicalização categorial.....	90
4.2.1.1. Uso de MTA e NP que forma interjeições.....	91
4.2.1.2. Uso de MTA e NP que forma marcadores discursivos.....	93
4.2.2. Instabilidade categorial.....	98
4.3. Marcas de MTA e NP: criação de palavras.....	100
4.4. Meios de materialização.....	101
4.4.1: A fusão: outro meio de materialização morfológica.....	106
4.4.2. As diversas manifestações morfológicas de MTA: característica derivacional.....	113
4.5. O uso improdutivo de marcas de MTA.....	114
4.6. Marcas de MTA: não-obrigatoriedade.....	114
4.7. Aplicabilidade.....	117
4.8. Problemas na organização por paradigmas.....	119
4.9. O que evidencia a análise de características derivacionais em MTA e NP?.....	121



4.10. Como devemos definir flexão e derivação?.....	122
4.10.1. Fundamentando a gradiência segundo Bybee (2010).....	123
4.10.2. A visão por protótipos para as marcas de MTA e NP.....	124
4.11. Próximos passos.....	126
5. MOTIVAÇÕES FORMAIS E SEMÂNTICAS NA CONSTRUÇÃO DE PADRÕES DERIVACIONAIS EM PALAVRAS MODIFICADAS EM MTA E NP .....	128
5.1. A distinção entre flexão inerente e contextual (BOOIJ, 1996; 2006) é relevante para entender os padrões de instabilidade e de criação de palavras presentes na flexão verbal do português?.....	128
5.2. A fundamentação formal dos padrões derivacionais.....	130
5.2.1. O uso de MTA e NP: a expressão de um ponto de vista.....	131
5.2.1.1. A utilização de marcas modo-tempo-aspectuais e número- pessoais.....	133
5.2.2. Palavras modificadas em MTA e NP: atuação como marcadores discursivos.....	133
5.2.3. As formas nominais e sua instabilidade de classe e de significado.....	134
5.2.4. A criação de palavras através de formas modificadas por marcas de MTA e NP.....	136
5.3. A distinção entre flexão inerente e contextual não dá conta dos padrões derivacionais produzidos através do uso de marcas de MTA e NP.....	138
5.4. Abordagem semântica dos padrões derivacionais.....	139
5.4.1. A motivação conceptual para alterações categoriais.....	139
5.4.2. A flexibilidade conceptual e os processamentos cognitivos.....	140
5.4.2.1. “Revisando” os tipos de escaneamento (LANGACKER, 2008).....	148

5.4.3. Formas modificadas por MTA e NP que atuam como bases na expansão lexical.....	150
5.4.4. Um olhar semântico sobre as formas modificadas por MTA e NP atuando como adjetivos e interjeições.....	151
5.4.4.1. Análise dos padrões B e C como <i>chunkings</i> .....	153
5.4.4.2. Fundamentando semanticamente os padrões derivacionais produzidos pelas marcas verbais.....	154
5.4.4.3. A definição de <i>chunking</i> .....	155
5.4.4.4. Aplicando o conceito de <i>chunking</i> aos dados.....	156
5.5. Principais pontos discutidos no capítulo.....	160
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	167

## 1) INTRODUÇÃO

Na literatura morfológica do português (a exemplo de Câmara Jr. (1970), Cunha & Cintra (1985), Laroca (1994), Monteiro (1991), Rocha Lima(1972), entre outros), descrevem-se as marcas de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) como totalmente flexionais. Através da análise de dados do português, verificamos que existe uma série de atributos derivacionais nessas marcas morfológicas que expressam conteúdos verbais. Sendo assim, uma análise gradiente de flexão e derivação pode ser mais efetiva e coerente para a análise dessas partículas.

Nossa Tese estrutura-se da seguinte maneira: no Capítulo 2, *Morfologia Flexional e derivacional*, apresentamos uma série de abordagens que consideram flexão e derivação como “morfologias” totalmente diferentes (ROCHA LIMA, 1972; CUNHA & CINTRA, 1985; CÂMARA JR., 1970; CHOMSKY, 1970; MATHEWS, 1972; 1991; ANDERSON, 1992). Buscamos evidenciar os principais fatos e argumentos que levam esses autores a propor uma oposição discreta (e não gradiente) entre flexão e derivação.

No Capítulo 3, abordamos os autores que apresentam semelhanças entre esses dois processos morfológicos (BYBEE, 1985; BOOIJ, 1996; BOOIJ, 2006; WINTER, 2011; BAUER, 2004; MANOVA, 2005; GONZÁLEZ TORRES, 2010). Fica evidente que há maneiras diversas de defender que flexão e derivação não se distinguem de modo discreto. A necessidade de efetivar uma abordagem gradiente desses processos morfológicos é bem atual e bastante discutida na teoria morfológica contemporânea.

No português, Gonçalves (2005) propôs uma visão gradiente para afixos – posteriormente, a versão foi revisada e ampliada em 2011. Através da análise de critérios que distinguem flexão e derivação (relevância sintática, meios de materialização, estabilidade semântica, mudança de classe, entre outros), o autor

evidencia que sempre existem lacunas caso se proponha uma visão discreta desses processos; nenhuma marca é considerada totalmente flexional em todos os critérios que costumam separar as duas morfologias.

A grande diferença da nossa Tese com relação a Gonçalves (2005) é que o autor focaliza principalmente as marcas de gênero, número e grau ao questionar o estatuto flexional de formativos no português. O autor, inclusive, orientou o trabalho de Piza (2001), primeiro trabalho de grau acadêmico a defender a gradiência entre flexão e derivação no português, que propôs um *continuum* para a análise de gênero, número e grau. Um aspecto importante que diferencia nossa Tese de Gonçalves (2005) e Piza (2001) é que pudemos acrescentar uma série de fontes bibliográficas que ainda não haviam sido publicadas ou divulgadas em 2005. Nos últimos anos, o questionamento das fronteiras vem sendo muito discutido na morfologia em diversas línguas (MANOVA, 2005; BOOIJ, 2006; GONZÁLEZ TORRES, 2010; WINTER, 2011, entre outros).

Outro ponto fundamental a ser destacado na Tese é a tentativa de explicar as motivações formais e semânticas para os padrões derivacionais encontrados. No capítulo 5, segundo capítulo de análise, buscamos evidenciar as causas para a existência de padrões derivacionais por palavras modificadas por MTA e NP. Os autores que discutem flexão e derivação como processos gradientes (BYBEE, 1985; MANOVA, 2005; BOOIJ, 2006; GONZÁLEZ TORRES, 2010; WINTER, 2011; GONÇALVES, 2005; PIZA, 2001), geralmente, evidenciam que marcas morfológicas apresentam atributos das duas “morfologias”. Sendo assim, defendem que uma visão por protótipos é mais adequada. No entanto, nunca houve o objetivo de explicar motivações semânticas ou formais para que uma marca adquirisse característica de um processo morfológico não previsto.

Nossa abordagem é de base funcionalista-cognitivista, visto que utilizamos noções caras ao Cognitivismo, como gradiência e radialidade. Acreditamos que a categorização por protótipos é mais eficiente que a categorização nos moldes clássicos (aristotélicos). Desse modo, no nosso aporte teórico, fundamentamo-nos em autores que defendem que há semelhanças entre os diferentes processos morfológicos, e estas não podem ser desconsideradas numa análise linguística.

No Capítulo 4, *Características derivacionais nos afixos de MTA e NP*, defendemos a visão de que as marcas morfológicas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais não são totalmente flexionais em português. Para isso, apresentamos várias características derivacionais dessas marcas, fundamentando-nos na análise de dados através dos seguintes critérios: *Lexicalização Semântica, Efeitos Expressivos, Mudança de significado em formas de particípio, Lexicalização Categorical, Uso de MTA e NP como interjeições, Uso de MTA e NP como marcadores discursivos, Instabilidade Categorical, Marcas de MTA e NP na criação de palavras, Meios de materialização, O uso improdutivo de marcas de MTA, a não-obrigatoriedade das Marcas de MTA, Aplicabilidade e Problemas na organização por paradigmas.*

Ainda no Capítulo 4, demonstramos que, além de padrões flexionais, as marcas de MTA e NP também ilustram padrões derivacionais, pois, entre outras características, apresentam instabilidade semântica e lacunas na aplicabilidade, os produtos não são totalmente fixos categorialmente, os conteúdos que expressam se materializam por meios diversos na língua e, além disso, podem participar da criação de novas palavras. Sendo assim, através da análise de dados, apresentamos os fundamentos para defendermos uma visão gradiente das marcas de MTA e NP no português.

É importante ficar evidente que não defendemos a ideia de que as marcas verbais sejam derivacionais. Certamente, essas marcas apresentam mais características

flexionais. Todavia, é notório que estas também passam, muitas vezes, por instabilidade categorial; além disso, adquirem diversas funções e significados. Nesse sentido, defendemos a visão de que um olhar gradiente, que considere as marcas como mais (e não totalmente) flexionais, pode ser mais coerente com os dados.

Verificamos, no capítulo 5, as vantagens e desvantagens da distinção entre flexão e inerente e contextual (BOOIJ, 1996; 2006) com relação aos dados do português. Além disso, realizamos uma análise exaustiva dos casos de MTA e NP que portam atributos da derivação, tendo em vista que não são todos os conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais que apresentam características derivacionais em português. Pretendemos, então, fundamentar, formal e semanticamente, os padrões derivacionais encontrados. Elaboramos uma nova proposta para dar conta dos padrões derivacionais no aspecto formal; já com relação ao significado, utilizamos, para a análise dos dados, Bybee (2010), com sua visão sobre *chunking*, e Langacker (1987; 2008), através das noções de motivação da gramática e flexibilidade conceptual.

## **2) MORFOLOGIA FLEXIONAL E DERIVACIONAL: PERSPECTIVAS QUE SEPARAM OS PROCESSOS**

Em morfologia, há maneiras diferentes de entender os processos flexional e derivacional. Há autores que distinguem completamente flexão e derivação (PERLMUTTER, 1988; ANDERSON, 1982), enquanto outros (LIEBER, 1980) afirmam que esses processos não se diferenciam por completo. Defendemos, nesta Tese, que flexão e derivação são processos distintos, mas não totalmente diferentes. Acreditamos que há semelhanças entre os processos que ficam nítidas quando se observam os dados das línguas.

Neste Capítulo, apresentamos primeiramente as descrições de autores que distinguem flexão e derivação. No Capítulo 3, expomos a visão de diversos autores que apontam semelhanças entre esses processos morfológicos.

### *2.1. A visão sobre flexão e derivação na Gramática Tradicional*

Rocha Lima (1972) e Cunha & Cintra (1985) não abordam explicitamente características da flexão. Entretanto, subentende-se, pela abordagem do conceito de desinência, que, para os autores, flexão e derivação são processos distintos. Sendo assim, opõem-se claramente as desinências aos afixos derivacionais. Segundo Rocha Lima (1972, p. 168), “desinência é o morfema indicativo das flexões das palavras, isto é, das variações por que elas passam para expressar a categorias de gênero e número (nos nomes) e de pessoa, número, modo e tempo (nos verbos)”.

Convém observar que Cunha & Cintra (1985), na definição de desinências verbais, só apontam as marcas número-pessoais como exemplo. As marcas de modo-

tempo só são citadas como desinências numa nota de observação cuja função é pensar na distinção entre sufixo e desinência. Não citar as marcas de modo-tempo na definição como desinência parece ser um cuidado do autor que, muito provavelmente, verificou que essas marcas apresentavam características derivacionais evidentes.

## *2.2. Flexão e derivação no português – a visão estruturalista (CÂMARA JR, 1970)*

Câmara Jr. (1970) opõe totalmente os processos flexional e derivacional. Para o autor, a flexão é sistemática e obrigatória. A natureza da frase leva a que se utilize um elemento flexional; além disso, a flexão não ocasiona a criação de novos vocábulos. Desse modo, a flexão, diferente da derivação, é sistemática, obrigatória e estabelece paradigmas sistemáticos:

*O resultado da derivação é um novo vocábulo. Entre ele e os demais vocábulos similares derivados há esse tipo de <<relações abertas>>, que, segundo Halliday, caracteriza o léxico de uma língua em face da gramática. Nesta, o que se estabelece são <<relações fechadas>> (Halliday, 1962, p.9). É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre cantávamos e todas as demais formas do verbo cantar, ou entre lobos ou loba o nome básico singular lobo. (CÂMARA JR., 1970, p. 82).*

Para o autor, a flexão marca-se pela sistematicidade, obrigatoriedade e faz parte da gramática. Já a derivação encontra-se no léxico; sendo assim não é obrigatória e nem estabelece paradigmas exaustivos. Por defender essa visão, Câmara Jr. (1970) afirma que o grau seria derivacional. Já número, gênero, modo e tempo são entendidos pelo autor como flexionais.

Posteriormente, essa visão de que derivação seria o espaço da irregularidade, do assistemático foi derrubada na Linguística. No Gerativismo, Jackendoff (1975; 1983)



evidencia que o léxico é regular; é um conjunto de entradas lexicais que mantêm relações entre si. Essas relações lexicais, chamadas regras de redundância (RAE's), fazem com que as palavras sejam aprendidas sem custo. O conhecimento lexical do falante consiste não só na lista de palavras existentes, mas também nas relações existentes entre essas palavras.

Sendo assim, a ideia inicial gerativista (CHOMSKY, 1970) de que o léxico seria assistemático e se constituiria de uma lista desordenada de palavras não se adequa plenamente aos dados na derivação. Basílio<sup>2</sup> (1980; 1987) demonstra de forma efetiva como o léxico do português tem uma ordenação e sistematização; as formas ordenadas são relacionadas e, por isso, aprendidas naturalmente pelos falantes.

### *2.3. Considerações de Mathews (1991<sup>3</sup>) sobre os tipos de morfologia*

Mathews (1991) faz uma distinção entre morfologia lexical e morfologia flexional. Para o autor, a primeira leva à formação de novos lexemas. A formação de palavras deve ser chamada formação de lexemas e ocorre na morfologia lexical evidenciando relações entre palavras simples (as indecomponíveis em outros elementos morfológicos) e complexas (as palavras simples mais outros elementos morfológicos).

*“Lexema<sup>4</sup> é unidade lexical, que tem uma entrada de dicionário como um elemento fundamental do léxico”* (MATHEWS, p. 26). AMAR<sup>5</sup> e BONITA são

---

<sup>2</sup> Basílio (1980) distingue-se de Aronoff (1976) e Jackendoff (1975), porque estes estavam focados nas relações lexicais existentes na produção de palavras novas na língua. Já Basílio demonstra que, às vezes, ocorrem essas relações lexicais (regras de redundâncias – RAE's) mesmo quando não há produção de novas palavras (RFP's). Em outras palavras, uma RFP pressupõe uma RAE, mas pode haver uma RAE mesmo que não ocorra uma RFP (não há criação de nova palavra). Para comprovar a existência de RAE's sem RFP's correspondentes, Basílio (1980) demonstra que há uma série de substantivos em *-ção* sem formas verbais correspondentes. 'Asserção', por exemplo, não deriva de um verbo, mas o falante entende o significado do sufixo por fazer análise estrutural, compara com outros substantivos em *-ção* derivados de verbos (ocorrem RAE's).

<sup>3</sup> Versão ampliada e revisada de Mathews (1974).

lexemas; possuem uma entrada no léxico com significado reconhecido pelos falantes. Já ‘amei’, ‘amará’, ‘amavam’ são formas do lexema AMAR, assim como ‘bonito’, ‘bonitas’ e ‘bonita’ são formas do lexema BONITA.

Para definir composição, o autor afirma que, neste processo, ocorre uma relação entre dois ou mais lexemas na criação de uma outra palavra. Segundo o autor, a derivação e a composição devem ser entendidas como subtipos de uma morfologia (mais ampla) lexical; esta morfologia seria “*o estudo da relação morfológica entre lexemas*” (MATHEWS, 1991, p. 37).

A flexão, então, fundamenta-se na relação entre o lexema e suas formas de palavra; consiste na relação entre formas de palavra dentro de um paradigma. Pensando na oposição entre singular e plural no português, ‘carro’ e ‘carros’ se distinguem, porque uma forma é singular e a outra, plural do paradigma CARRO. Focalizando o verbo, no paradigma de JOGAR, ‘jogaríamos’, ‘joguei’, ‘jogavam’ distinguem-se por indicarem modo-tempo-aspecto e número-pessoa diferentes.

A flexão apresenta um conjunto de categorias morfossintáticas; no inglês, número é uma categoria morfossintática do nome (Paradigma). Já no latim, número e caso são categorias morfossintáticas. Categorias morfossintáticas são propriedades do paradigma. Os valores (singular e plural para número, por exemplo) são propriedades ou características das palavras dentro desse paradigma. No português, quando dizemos que ‘bonita’ é o feminino singular de BONITO, estamos indicando que ‘bonitas’ é o nome ‘bonito’ assumindo as propriedades feminino e plural. –s marca a propriedade (ou característica) morfossintática plural e –a, a propriedade gênero.

---

<sup>4</sup> Entendemos lexema como um elemento do léxico que tem significado nocional, apresenta um conteúdo mais denso. Verbos, substantivos, advérbios, adjetivos são utilizados na língua para, respectivamente, indicar eventos, nomear, apresentar circunstâncias e atribuir características. Desse modo, têm significado denso (lexical); são exemplos de lexemas.

<sup>5</sup> Para representar a palavra como LEXEMA, que teria um status abstrato, o autor utiliza letra maiúscula.

Focalizando os verbos do português, verificamos que a categoria morfossintática modo apresenta as propriedades subjuntivo, imperativo e indicativo; já a categoria tempo pode ser realizada pelas propriedades presente, passado e futuro. Para aspecto, ocorrem os valores perfeito e imperfeito. Com relação às marcas número-pessoais, número é uma categoria que pode ser preenchida por singular e plural; tendo em vista pessoa, as propriedades possíveis são primeira, segunda e terceira.

### *2.3.1. Causas para opor flexão e derivação*

Mathews (1991) reconhece que há autores que negam a distinção entre flexão e a formação de palavras por derivação e outros que defendem existirem casos de fronteira; no entanto, enfatiza a oposição entre esses processos morfológicos, apresentando argumentos para classificar as formas como pertencentes a um ou outro processo.

O autor fundamenta-se em argumentos lexicográficos e sintáticos para separar os processos morfológicos. Como primeiro argumento, utiliza a questão da entrada no dicionário. Palavras derivadas apresentam um verbete específico no dicionário. Por formar um novo paradigma com relação à base, uma forma derivada deve ser uma nova entrada.

No português, ‘ampliar’, ‘ampliação’; ‘andar’, ‘andamento’; ‘social’, ‘socializar’; ‘pedra’, ‘pedreiro’ constituem paradigmas diferentes; portanto, cada uma dessas formas constitui um verbete nos dicionários. Formas flexionadas (‘bonito’, ‘bonita’; ‘ampliei’, ‘ampliava’; ‘andaria’, ‘andássemos’) não são entradas no dicionário, porque fazem parte de um mesmo paradigma. Nesses exemplos, os verbetes são ‘bonito’, ‘ampliar’ e ‘andar’.

Segundo Mathews (1991), para definir um formativo como flexional ou derivacional, não basta observar as terminações dessas palavras, mas é necessário analisar as relações sintáticas entre elas. O autor aponta que afixos flexionais são utilizados para atender à concordância.

Focalizando casos do português, poderíamos citar a flexão de gênero e número nos adjetivos: em ‘as meninas bonitas’; flexionamos ‘bonito’ em FEMININO e PLURAL para atender à concordância com o substantivo (núcleo do sintagma nominal). O gênero no substantivo é inerente (‘livro’ – MASCULINO; ‘mesa – FEMININO), mas os modificadores do substantivo (adjetivos, artigos, pronomes, numerais) concordam com este. Em outras palavras, o gênero é, segundo o autor, lexical nos substantivos e flexional nos adjetivos.

Na flexão verbal, utilizamos marcas número-pessoais (‘nós jogamos’) devido à concordância entre sujeito e verbo. Como a utilização de marcas número-pessoais é feita devido a uma relação sintática (concordância), seriam esses formativos flexionais. Assume-se um critério de que *“a e b são flexionais se (pelo menos, em alguns exemplos), a escolha entre eles é determinada por uma regra gramatical geral”* (MATHEWS, 1991, p. 49). Em outras palavras, uma oposição é lexical caso a distinção esteja no léxico, mas é flexional se a oposição se encontra na gramática.

Há casos em que, mesmo sendo a utilização da marca não determinada pela gramática, mas opcional, estaria em jogo uma categoria flexional. Como exemplo do português, podemos citar a flexão de número nos substantivos. Existe um padrão de oposição singular e plural, com um significado estável. Pouquíssimos são os casos em que não há oposição (‘férias’, ‘parabéns’, ‘núpcias’); esses exemplos seriam, segundo autor, exceções que não negam a regularidade.

No gênero do substantivo, na maior parte dos casos, não há oposição masculino e feminino através da utilização de um afixo. Exemplos como ‘professor’ / ‘professora’, ‘aluno’ / ‘aluna’ são reduzidos; o padrão é escolher um substantivo que apresenta gênero inerente (‘livro’, ‘mesa’, ‘carro’, ‘porta’).

Outro exemplo que caracterizaria o processo flexional, segundo o autor, é a necessidade de utilizar determinadas formas pela natureza da construção. Como exemplo, Mathews (1991) cita o uso do superlativo e do comparativo em inglês (‘*they are hotter than the others*’<sup>6</sup> – comparativo; ‘*the hottest of the lot*’<sup>7</sup> – superlativo). Não é possível trocar, nesses casos, a forma superlativa (‘*hottest*’) ou comparativa (‘*hotter*’) por ‘*hot*’; essa exigência de uso pela construção faz as marcas serem consideradas flexionais.

Afirma o autor que, do ponto de vista lexicográfico, não há muito o que se descrever em dicionários em relação a oposições flexionais. Como existe um paradigma que obedece a uma regra, não há motivos para se criar, no português, por exemplo, um conjunto de verbetes para as diferentes formas de plural de substantivo ou para os diferentes tempos verbais existentes. O estudo mais aprofundado da distinção entre categorias flexionais deve ser feito por gramáticos e linguistas; os dicionários concentram-se nas oposições lexicais.

### 2.3.2. A visão gerativista de Anderson (1992) sobre flexão

Segundo Anderson (1992), nenhuma das bases da Gramática Tradicional que separa flexão, composição e derivação é totalmente satisfatória. A oposição entre esses processos deve ser feita, mas em outros termos. A flexão deve ser definida como um

---

<sup>6</sup> Eles são mais quentes que outros.

<sup>7</sup> O mais quente do lote.

domínio em que interagem regras sintáticas e morfológicas. Na literatura tradicional, a distinção entre flexão e derivação é feita de maneira nebulosa, ineficaz.

### *2.3.2.1. Por que flexão e derivação são processos distintos?*

O autor fornece alguns argumentos para pensar a distinção entre os processos morfológicos. O primeiro é que a base da flexão é sempre a palavra de superfície menos o material flexional. Palavras derivadas, geralmente, têm outras bases que também passaram por processos derivacionais: ‘felicitação’, ‘inconstitucionalidade’. Desse modo, não seria possível recuperar a base retirando o material flexional da palavra.

Um outro argumento utilizado pelo autor é que a flexão costuma ter expressão *portmanteau*, uma marca que expressa mais de um conteúdo: número-pessoa; modo-tempo-aspecto. Não há junção de conteúdo flexional e derivacional numa mesma marca morfológica. Isso evidencia que os processos são distintos segundo o autor. Anderson (1992) também afirma que falantes afásicos perdem o controle da morfologia flexional, mas conseguem manter o controle da morfologia derivacional<sup>8</sup>.

### *2.3.2.2. Como definir a flexão?*

Segundo Anderson (1992), a flexão deve ser conceituada como a morfologia que é manipulada pela sintaxe. Dizer apenas que a morfologia flexional é visível para a sintaxe é um argumento fraco. A decomposição da palavra em formativos não é uma estratégia importante aos propósitos da sintaxe. Além disso, a ordem dos formativos é irrelevante para as características sintáticas de uma palavra.

---

<sup>8</sup> Para o autor, o fato de falantes afásicos conseguirem manter a capacidade linguística no uso da derivação, mas não realizarem mais usos flexionais demonstraria uma separação cognitiva, mental entre esses processos.

O autor evidencia que importa, para a sintaxe, entender que a propriedade plural está presente num sintagma, mas não é necessário saber em que elementos a marca morfológica ocorreu. Na flexão, há interação entre sintaxe e morfologia; flexão e sintaxe sobrepõem-se numa medida considerável. Nesse sentido, a hipótese lexicalista deve ser relativizada, “afrouxada”, pois não dá conta do processo flexional.

(1)

*Hipótese lexicalista:* A sintaxe não manipula e nem acessa a estrutura interna das palavras.

Para definir flexão, Anderson (1992) defende a existência de quatro propriedades. Essas propriedades têm ligação com a sintaxe, fundamentam-se no “relacionamento” de uma palavra com outras dentro de sintagmas; em outros termos, são exemplos claros de como morfologia e sintaxe interagem. Entretanto, a decomposição morfológica, a análise da estrutura de uma palavra não importa ao componente sintático.

### 2.3.2.3. *As propriedades flexionais*

Rosa (2011, p. 119) define as propriedades flexionais, tratadas por Anderson, da seguinte forma:

*Conjuntos de noções relacionadas (as propriedades), mas mutuamente excludentes, que se aplicam a uma dada classe. Assim, numa língua que expresse formalmente a noção de Número, uma forma verbal, se indica Singular, não indica Plural (nem Dual); se*

*expressar Caso, uma forma marcada como Acusativo exclui Nominativo ou qualquer outra marca de Caso.*

As propriedades são tipos de realização para as categorias flexionais e dividem-se em quatro classes: inerentes; de concordância; configuracionais ou relacionais e de constituinte. Como afirma Anderson (1985), as propriedades inerentes não são impostas pela posição de outras palavras e nem dependem das propriedades de outros vocábulos. Essas propriedades são acessadas pela sintaxe para que se efetue a concordância numa estrutura: o plural no substantivo é um exemplo de propriedade inerente.

As propriedades de concordância “*dependem das que estão presentes em outro item na estrutura sintática*” (ROSA, 2000, p. 121). Nos sintagmas nominais do português, um controlador (substantivo) determina as propriedades (gênero e número) que serão estendidas aos alvos (artigos, adjetivos) pela concordância. A concordância é efetuada através de cópia de uma propriedade inerente. “*Uma função básica da concordância é assinalar que várias palavras pertencem a um mesmo constituinte*” (ROSA, 2000, p. 121).

As propriedades relacionais, segundo Anderson (1982), dependem diretamente da posição e das propriedades lexicais de outras palavras em uma construção. Como afirma Rosa (2000), o uso do subjuntivo no português, em orações subordinadas, constitui um exemplo de propriedade configuracional, porque ocorre devido a essa oração se subordinar a um verbo que expressa incerteza. Como exemplo, podemos citar ‘eu *duvido* que Fulano *peça* desculpas’. Utiliza-se o verbo pedir no subjuntivo, porque a oração está subordinada a um verbo que expressa incerteza (subjetividade, nos termos de Câmara Jr., 1970): ‘*duvido*’.

Definem-se as propriedades de constituintes como aquelas que podem ocorrer em apenas uma palavra de um constituinte: no núcleo, na primeira ou na última palavra.



O uso de concordância não-padrão no português parece evidenciar esse tipo de propriedade: ‘os aluno’; ‘dois aluno’, já que a marca de plural pode ocorrer apenas no primeiro elemento do sintagma. “*Não é nítida a distinção entre estas propriedades e as propriedades configuracionais ou relacionais*” (ROSA, 2000, p. 124).

#### 2.3.2.4. Sintetizando a proposta de Anderson (1992)

Segundo o autor, além de uma estrutura formal, uma palavra tem uma representação morfossintática. Essa representação “*constitui-se de uma lista não determinada de características relevantes*” (ANDERSON, 1992, p. 90); não importa a representação fonológica desses atributos. A representação morfossintática realiza interface entre sintaxe e morfologia; define-se o único aspecto da palavra visível para a sintaxe. Ao mesmo tempo, é o único modo pelo qual a sintaxe pode afetar a forma de uma palavra.

#### 2.5. *Discordâncias no aporte teórico dos que distinguem flexão e derivação totalmente*

Nas análises do português, o fato de Cunha & Cintra não definirem as marcas de modo-tempo como desinências, assim como Câmara Jr. classificar o grau como derivacional, indica que a inspeção de um afixo como flexional ou derivacional não é, muitas vezes, uma tarefa simples. Em outras palavras, é frequente a possibilidade de marcas por tradição consideradas flexionais apresentarem características derivacionais.

Essa percepção e o “caminhar” dos estudos linguísticos levaram a que alguns autores propusessem um olhar gradiente para as unidades da morfologia. A partir do

Funcionalismo, houve uma busca por categorizações não-discretas para os elementos linguísticos. Apresentamos, no próximo capítulo, diversas abordagens que defendem uma oposição gradiente para as marcas morfológicas quanto ao seu teor flexional/derivacional.

### 3) PERSPECTIVAS QUE APROXIMAM FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Existem diversas características que evidenciam semelhanças entre os processos flexional e derivacional. “*Alguns autores, como Halle (1973), em vez de insistirem na separabilidade, defendem a ideia de que o comportamento da flexão não é radicalmente diferenciado do da derivação, uma vez que ambas guardam relações de identidade formal e/ou estrutural*” (GONÇALVES, 2011, p. 71).

Nesta Tese, acreditamos que o tratamento da flexão por um viés sintático (CHOMSKY, 1970; MATHEWS, 1972; ANDERSON, 1982) é muito reducionista. A oposição discreta (total) entre flexão e derivação não nos parece a melhor maneira para analisar os dados. Flexão e derivação utilizam estratégias formais morfológicas semelhantes; para MTA e NP, no português, ocorrem sufixação e processos não contatenativos (fusão), como veremos no capítulo 4. Além disso, como afirma Halle (1973), significados veiculados pela flexão em uma língua podem ser expressos por derivação em outras.

Os autores que optam por uma oposição discreta, em detrimento da gradiente, para flexão e derivação defendem a ideia de que esses processos ocorrem em módulos diferentes (hipótese lexicalista fraca): flexão, na sintaxe, e derivação, no léxico. Aqueles que não acreditam no tratamento sintático da flexão e afirmam que os dois processos não devem ser entendidos como totalmente opostos são “partidários” da hipótese lexicalista forte. Segundo esta corrente, flexão e derivação operam no léxico.

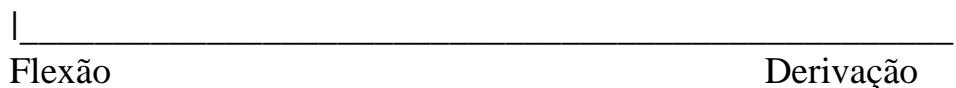
Defendemos a hipótese de que flexão e derivação apresentam semelhanças e, por isso, ocorrem num mesmo módulo; desse modo, a oposição entre os processos deve ser gradiente. Para questionar a visão sintática da flexão, Gonçalves (2011), fundamentando-se em Williams (1981) e Lieber (1980), afirma que a derivação também

pode apresentar relevância sintática, além de ser, em alguns exemplos, mais periférica (externa) que a flexão. Além disso, propriedades idiossincráticas, fonológicas, semânticas e paradigmas defectivos associam-se à flexão. “*Por isso, formas flexionadas devem figurar no léxico e estar relacionadas por regras de redundância idênticas às que relacionam derivados*” (GONÇALVES, 2011, p. 85). Neste capítulo, apresentamos uma série de abordagens que apresentam semelhanças entre flexão e derivação.

### 3.1. A visão de Bybee (1985)

Segundo Bybee (1985), flexão e derivação apresentam semelhanças e, por isso, não se distinguem totalmente. Nas línguas do mundo, os afixos devem ser dispostos em um *continuum* com os polos flexional e derivacional, como formalizamos abaixo:

(1)



Além de propor a análise gradiente dos processos morfológicos flexional e derivacional, a autora defende que os meios de expressão linguística (léxico, derivação, morfemas gramaticais livres, flexão e sintaxe) são motivados.

### *3.1.1. Relevância e generalidade: princípios que governam os meios de expressão lingüística*

Bybee (1985) verifica a existência de três expressões básicas nas línguas do mundo: lexical, flexional, sintática. Com relação à expressão flexional, a autora afirma que esta pode ser de duas formas: através de 1) afixos ligando-se a um radical ou de 2) mudança no radical (fusão). Em português, por exemplo, observamos, na forma verbal ‘fizemos’<sup>9</sup>, informação número-pessoal do primeiro tipo; já em ‘f/e/z’, a informação de número-pessoa dá-se por mudança no radical (fusão).

Um mesmo conteúdo pode ser expresso lexical, flexional ou sintaticamente nas línguas do mundo; Bybee (1985) tem o interesse de descrever alguns princípios que façam previsões sobre o comportamento de categorias flexionais. Dessa forma, através da amostra de Perkins, de cinquenta línguas, a autora verifica 1) quais categorias gramaticais são expressas flexionalmente nas línguas do mundo; 2) a ordem em que essas categorias ocorrem com relação ao radical e 3) o efeito morfofonêmico dessas categorias com relação ao radical.

Na expressão lexical, dois ou mais conteúdos são expressos num mesmo vocábulo, indivisível em outras unidades morfológicas. Como afirma Gonçalves (2005), no português, ocorre expressão lexical: em ‘feliz’, os conteúdos ‘triste’ e ‘contrário’ são expressos num vocábulo monomorfêmico; ‘cardume’ é a expressão lexical de ‘peixe’ e ‘grupo’; e ‘horrível’ apresenta os conteúdos ‘feio’ e ‘muito’. Já na expressão sintática, conteúdos diferentes são expressos por vocábulos distintos, independentes. No português, a informação de tempo futuro pode ser expressa morfológicamente (‘conhecerei’) ou sintaticamente (‘vou conhecer’, ‘irei conhecer’).

---

<sup>9</sup> Utilizamos aspas simples para citar vocábulos ou trechos e também para indicar significados; os afixos são representados em itálico. Para expressar conteúdos gramaticais, optamos por letras maiúsculas (conteúdo de PRESENTE DO INDICATIVO, significado de 1ª PESSOA DO SINGULAR).

Segundo Bybee (1985), esses três tipos de expressão não são discretos, mas constituem áreas de um *continuum*. Além disso, entre essas expressões, ocorrem outras intermediárias. Entre as expressões lexical e flexional, por exemplo, ocorre a expressão derivacional. A expressão derivacional assemelha-se à lexical, porque se caracteriza por significados idiossincráticos (há instabilidade semântica) e sofre restrições de aplicabilidade.

Quanto à semelhança com a expressão flexional, na derivação, assim como na flexão, duas (ou mais) partículas são aplicadas dentro de um mesmo vocábulo. Entre as expressões flexional e sintática, também ocorrem expressões intermediárias. No português, como observa Gonçalves (2005), clíticos ('me', 'o', 'lhe'), verbos auxiliares ('ter', 'haver', 'ir') e artigos ('o', 'as', 'um', 'umas') são exemplos de expressão intermediária: morfemas gramaticais livres, nos termos de Bybee (1985).

Esse tipo de expressão intermediária assemelha-se à expressão lexical, visto que ocorrem vocábulos (e não unidades morfológicas presas) que se ligam a outros itens lexicais. Todavia, essa expressão também tem características de flexão, já que seus elementos formam oposições paradigmáticas e são obrigatórios em determinados contextos. Esses diferentes tipos de expressão são dispostos num *continuum* que parte do maior para o menor grau de fusão, como vemos abaixo (BYBEE, 1985, p. 12):

(2)

lexical --- derivacional --- flexional --- morfemas gramaticais livres --- sintática

< -----

maior grau de fusão

Bybee (1985) defende a hipótese de que a expressão linguística é motivada; existem princípios que levam uma categoria a ser expressa flexional, lexical ou sintaticamente. A autora verifica que certas categorias verbais aparecem com grande frequência nas línguas do mundo como flexionais: aspecto, tempo, modo, número, pessoa. Outras, como causatividade, negação e voz, também aparecem, mas com menos frequência. Essa regularidade não ocorre por acaso: princípios, como relevância e generalidade, governam a expressão flexional segundo a autora.

### *3.1.2. Relevância e generalidade: Motivação entre forma de expressão e conteúdo*

O princípio relevância estabelece que dois conteúdos são relevantes entre si quando um afeta diretamente o outro. Quando existe relevância entre os conteúdos, a expressão é lexical ou morfológica (flexional / derivacional). Se os conteúdos forem irrelevantes, um para o outro, a expressão tende a ser sintática.

Para ilustrar o princípio relevância semântica, podemos verificar o conteúdo direcionalidade em verbos. O conteúdo direcionalidade tem relevância muito alta para verbos de movimentos; isso fica evidente, já que, para o conteúdo ‘mover’, é essencial que se saiba ‘para onde se move’. Como afirma Gonçalves (2005), é provável encontrarmos expressão lexical para esses conteúdos no português: ‘subir’ (‘andar para cima’); ‘descer’ (‘andar para baixo’); ‘seguir’ (‘andar para frente’); ‘voltar’ (‘andar para trás’); ‘entrar’ (‘andar para dentro’); ‘sair’ (‘andar para fora’).

Um outro conteúdo que se relaciona a verbos é o de COMPANHIA (‘com quem se realiza um processo’). Esse conteúdo não é tão fundamental para verbos de movimento; então, não vemos fusão de conteúdos MOVIMENTO e COMPANHIA.

Assim, para indicarmos que nos movemos na companhia de alguém, utilizamos expressão sintática: ‘Andamos *com alguém*’; ‘Seguimos *com alguém*’; ‘*Eu e alguém* voltamos de algum lugar’ (GONÇALVES, 2005).

Quando um vocábulo indica uma atividade que pode ser realizada em conjunto ou sozinho, é relevante semanticamente o conteúdo COMPANHIA. Focalizando, por exemplo, a atividade ‘orientação acadêmica’, é fundamental saber se ela foi em conjunto ou não. Desse modo, apesar de não haver expressão lexical para os conteúdos ‘orientar’ + COMPANHIA, verificamos expressão morfológica: ‘coorientar’; ‘coorientação’.

Para conteúdos como ‘organizar’, ‘chefiar’, ‘participar’ (que também indicam atividades que podem ser realizadas em conjunto), também é relevante o conteúdo COMPANHIA. Ocorrem dados no português que comprovam essa previsão: ‘coparticipação’; ‘coorganizar’; ‘cochefiar’.

Bybee (1985, p. 13-14) afirma que a relevância depende da saliência cognitiva e cultural: “*dois conteúdos são altamente relevantes, um para o outro, se o resultado da combinação deles nomeia algo que tem alta saliência cultural ou cognitiva*”. Segundo Gonçalves (2005), no português, o conteúdo ‘ritmo’ é relevante para o conteúdo ‘dança’. Por isso, ocorre, com frequência, fusão, no radical, desses dois conteúdos.

Em ‘sambar’, há fusão no radical ‘samb-’ dos conteúdos ‘dançar’ e ‘ritmo’. O mesmo ocorre em ‘pagodear’, ‘valsar’, ‘lambadear’, ‘salsar’, ‘sapatear’. A fusão de ‘ritmo’ em radicais que expressam o conteúdo ‘dança’ demonstra que ritmos musicais são elementos importantes culturalmente no Brasil.

Bybee (1985) verifica ser possível medir o grau de relevância de categorias gramaticais (tempo, modo, aspecto, número, pessoa etc.) para conteúdos lexicais (expressos por radicais), ilustrando que uma “*categoria é relevante para o verbo na*



*medida em que o sentido dessa categoria afeta diretamente o conteúdo lexical do verbo” (BYBEE, 1985, p. 15).*

Como acredita na motivação entre forma de expressão e sentido, a autora verifica que categorias mais relevantes a uma base tendem a ocorrer mais próximas dela, enquanto categorias menos relevantes encontram-se mais distantes dessa base. Se a relevância entre dois conteúdos for muito alta, é possível que ocorra fusão das unidades de superfície desses conteúdos. Em outras palavras, conteúdos só se fundem em termos formais se forem relevantes entre si. Através de um estudo de 50 línguas, da aludida amostra elaborada por Perkins, Bybee (1985) propõe, para as categorias verbais, uma escala decrescente de relevância: valência, voz, aspecto, tempo, modo e concordância, que formalizamos a seguir:

(3)

<<< Da menos relevante para a mais relevante

<-----  
valência      voz      aspecto      tempo      modo      concordância

A autora verifica que o aspecto é uma categoria mais relevante para o significado do verbo que a concordância. Enquanto o aspecto refere-se diretamente ao evento descrito pelo verbo, a concordância liga-se aos participantes do evento. A maior relevância de aspecto que concordância leva a duas previsões: 1) a ocorrência de mais expressões lexicais de aspecto que de concordância nas línguas do mundo e 2) a existência de mais línguas com a categoria flexional aspecto que com a categoria flexional concordância. Essa última previsão, segundo Bybee (1985), foi confirmada

por Greenberg (1963), que evidenciou o seguinte: quando há flexão de número e pessoa nos verbos, há também flexão de tempo, aspecto ou modo.

Essa informação reforça a escala de relevância proposta por Bybee (1985), visto que aponta serem tempo, aspecto e modo mais relevantes para o verbo que concordância. No português, há flexão de número e pessoa (categorias amalgamadas numa mesma unidade morfológica), e, como prevê Greenberg (1963), ocorre também flexão de modo, tempo e aspecto (aglutinadas em uma unidade morfológica).

Das categorias expressas nos morfemas verbais do português - modo, tempo, aspecto, número e pessoa -, o aspecto é a mais relevante semanticamente, de acordo com a escala de relevância de Bybee (1985). No português, há muitos casos de expressão lexical de aspecto, como prevê o princípio relevância. Como afirma Gonçalves (2005), fundamentando-se em Travaglia (1981) e Borba (1991), em exemplos como 'progredir', 'desenvolver', 'crescer', há a indicação de aspecto INCOATIVO, já que são colocados em evidência o início e o desenvolvimento do evento, mas não o seu término.

Quanto ao significado aspectual REITERAÇÃO - que expressa repetição, hábito - ocorrem dados como 'permanecer', 'costumar', 'fumar'. Um outro significado aspectual indicado por Gonçalves (2005) é o de PONTUALIDADE, com o qual se coloca em evidência o término de um processo. Observa-se tal significado em 'cair', 'falecer', 'acabar'. Todos esses dados indicam como é frequente a existência de expressão lexical de aspecto em português.

O conceito de relevância, no entanto, apresenta problemas. Não há parâmetros evidentes para distinguir o que é relevante semanticamente daquilo que não é. Muitas vezes, então, sem esses parâmetros, acaba focalizando-se a posição ou a fusão como índices da relevância. Para categorias gramaticais, é, inclusive, difícil pensar em graus

de importância semântica e cultural. Desse modo, não é fácil aplicar aos dados a definição de relevância.

À não existência de uma abordagem efetiva de relevância semântica ou cognitiva, soma-se o fato de, nas línguas, muitas vezes, uma mesma categoria ser expressa por meios de materialização distintos. Utilizamos, no português, expressão morfológica ou sintática para indicar futuro: ‘jogarei’ ~ ‘vou jogar’; ‘jogaria’ ~ ‘iria jogar’. Além disso, ocorre fusão de modo-tempo-aspecto, mas também de número-pessoa: ‘tive’ e ‘teve’; ‘fui’ e ‘foi’; assim, mesmo estando mais distante da base, afixos de NP teriam relevância suficiente para manifestar-se por fusão.

Como afirmamos acima, o significado COMPANHIA pode ser expresso morfológicamente em algumas bases: ‘coorientar’; ‘coproduzir’; ‘coparticipar’. Entretanto, esse conteúdo também pode ser expresso por meio sintático: ‘orientar em conjunto’; ‘participar da reunião na companhia de Fulano’. Em outras palavras, parece que a relevância não é um parâmetro adequado para entender os tipos de expressão linguística.

### 3.1.2.1. A generalidade para Bybee (1985)

Fundamentando-se em Bybee (1985), Gonçalves (2005, p. 133) define o princípio generalidade da seguinte forma: *“para ser flexional, o significado deve ser aplicado a todas as bases com mesma especificação lexical e deve obrigatoriamente ocorrer num contexto sintático apropriado”*.

A generalidade é um outro princípio determinante para definir o tipo de expressão linguística. Para que um conteúdo seja expresso flexionalmente, é necessário que seja plenamente aplicável a bases de uma determinada categoria sintática e

semântica. A generalidade<sup>10</sup> pode ser entendida através da noção de potencial de aplicação de um elemento morfológico com disponibilidade. Um afixo com alta generalidade está disponível, visto que é bastante aplicável a bases. Gonçalves (2011, p.25) focaliza a distinção entre flexão e derivação quanto à aplicabilidade:

*Nos paradigmas derivacionais, encontram-se numerosas células vazias (lacunas), o que não acontece nos flexionais, que tendem a ser mais padronizados: são conjuntos completos ou fechados, altamente previsíveis, com pequeno contingente de casos excepcionais.*

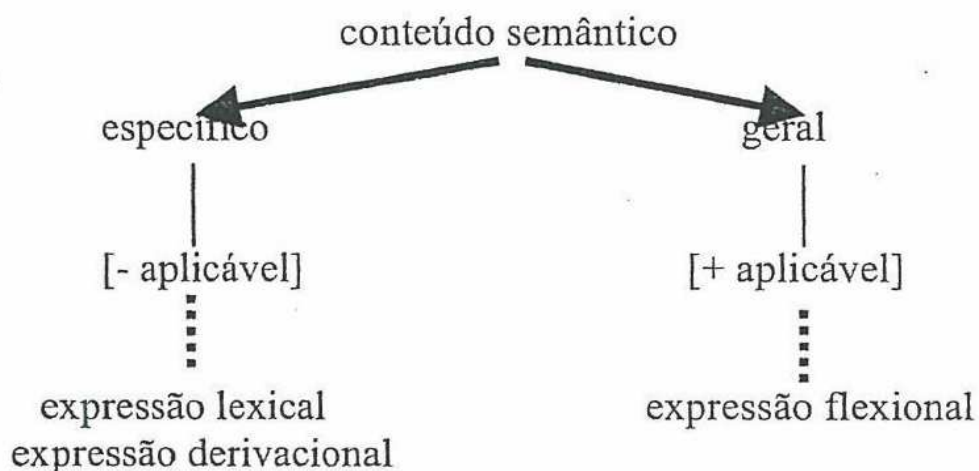
Um processo morfológico só tem uma generalidade de aplicação alta se o seu conteúdo for mínimo. Se o conteúdo de um processo morfológico for muito específico, tal processo não será aplicável a um grande número de bases. O conteúdo ‘direção’ não é expresso flexionalmente em português e não tem alta generalidade. Isso ocorre, porque esse conteúdo é muito específico, só se aplicando a verbos que expressam movimento.

Bybee (1985) afirma que muitas categorias que são relevantes para o verbo não são gerais o suficiente para adquirir expressão flexional. Verificamos isso na representação feita a seguir (GONÇALVES, 2005, p. 134):

---

<sup>10</sup> Não se deve confundir generalidade com produtividade. A produtividade (ARONOFF, 1976) tem relação com frequência de uso de uma regra de formação de palavras. Um processo produtivo, além de estar disponível (ter alta aplicabilidade), é bastante utilizado para determinada classe com características morfológicas específicas. Não se deve definir a produtividade de uma maneira, absoluta, genérica. Uma regra é produtiva para uma classe X com determinadas características: a regra de formação de substantivos em *-ção* é produtiva para bases verbais em *-izar*; já a substantivação em *-mento* tem alta produtividade, por exemplo, nas bases verbais em *-ecer*.

(4)



Um grau muito alto de relevância semântica impede que a generalidade seja alta por dois motivos. Um desses motivos é que a combinação de conteúdos relevantes costuma acarretar expressão lexical. Como ilustração, podemos, novamente, analisar o conteúdo DIREÇÃO. Esse conteúdo é tão relevante a verbos de movimento que é frequente a ocorrência de expressão lexical, como verificamos na última seção, em dados como 'subir'; 'descer'; 'seguir'; 'voltar'; 'entrar'; 'sair'.

Bybee (1985, p. 19) verifica que, para a expressão ser morfológica, o grau de relevância precisa ser alto, mas não ao ponto de levar à expressão lexical. Por isso, quando o grau de relevância é muito alto, há, de modo geral, expressão lexical. Às vezes, há, na língua, expressão lexical e morfológica para um determinado conteúdo.

Gonçalves (2005, p.136) utiliza o conteúdo OPOSTO no português para exemplificar tal fato; esse conteúdo é muito relevante semanticamente em bases adjetivas. Desse modo, para a indicação de OPOSTO, ocorre expressão morfológica: prefixo *in-*: 'apto' / 'inapto'; 'justo' / 'injusto'; 'útil' / 'inútil'.

Todavia, pela altíssima relevância desse conteúdo, há também expressões lexicais na língua: ‘bonito’ / ‘feio’; ‘magro’ / ‘gordo’; ‘alegre’ / ‘triste’; ‘forte’ / ‘fraco’. Formas como ‘\*imbonito’; ‘\*imagro’; ‘\*inalegre’; ‘\*inforte’ são bloqueadas. Esse bloqueio, para Bybee (1985), é, então, explicado pela interação dos princípios relevância e generalidade.

Gonçalves (2005) afirma que o prefixo *in-* não tem expressão flexional no português, porque deixa lacunas com relação à generalidade, não sendo plenamente aplicável. Em outras palavras, o prefixo *in-* é considerado derivacional por ter uma relevância semântica alta. Isso reforça a verificação de Bybee (1985), acima exposta: conteúdos, para serem flexionais, devem estar no centro da escala de relevância.

Uma outra causa de relevância alta levar a lacunas na generalidade é que categorias muito relevantes, geralmente, acarretam alteração de sentido (BYBEE, 1985). Quando um conteúdo é muito relevante para o radical do verbo, pode levar a uma opacidade de sentido muito grande ao ser aplicado a uma base. Bybee (1985, p. 18) verifica que, quando ocorre expressão lexical, os falantes não conseguem aplicar o processo produtivamente.

Gonçalves (2005) indica que isso ocorre em português com o conteúdo CAUSATIVIDADE. Por esse conteúdo ser muito relevante a verbos (BYBEE, 1985), é normal que se funda a radicais levando à expressão lexical. Os verbos ‘matar’ e ‘morrer’ distinguem-se por o primeiro verbo conter os conteúdos ‘morte’ e CAUSA, enquanto o segundo só indica o conteúdo ‘morte’ (GONÇALVES, 1985, p. 138). O fato é que ‘matar’ e ‘morrer’ indicam processos substancialmente diferentes.

Um outro par que exemplifica a expressão lexical ocasionada pela relevância alta do conteúdo CAUSATIVIDADE é ‘cair’ e ‘derrubar’; o segundo dado difere da base ‘cair’ por manifestar, em seu radical, além do conteúdo ‘queda’, o conteúdo

CAUSATIVIDADE. A opacidade semântica faz com que o falante não consiga aplicar o processo produtivamente; em outras palavras, o processo perde em generalidade.

Sintetizando a interação relevância-generalidade, Bybee (1985) afirma que um alto grau de relevância gera duas consequências na língua: bloqueio (\*‘imagro’, \*‘imbonito’) e dificuldade de associação entre formas (‘matar’ e ‘morrer’; ‘cair’, ‘derrubar’). Essas consequências afetam diretamente a generalidade, fazendo com que a aplicabilidade não seja plena (GONÇALVES, 2005, p. 138).

Um conteúdo só é flexional se a interação entre relevância e generalidade (princípios determinantes do tipo de expressão linguística) tornar isso possível. Assim, na expressão flexional, deve haver um grau médio de relevância e um grau alto de generalidade. A relevância deve ser média, porque, se for muito alta, a expressão tende a ser lexical, em vez de morfológica. Havendo relevância média, o conteúdo será mínimo, levando a uma aplicabilidade plena (alto grau de generalidade).

Na verdade, a interação desses princípios fundamenta também os outros tipos de expressão: lexical, sintática e derivacional. Na expressão sintática, a relevância semântica e a generalidade são baixas. Como Bybee (1985) acredita na motivação entre forma e conteúdo, afirma que, por ser baixa a relevância, na expressão sintática, não há fusão das unidades de expressão. Desse modo, ocorrem dois itens vocabulares distintos. Além disso, nessa expressão, a generalidade é baixa, não havendo aplicabilidade plena.

Na expressão lexical, ocorre relevância alta e generalidade baixa. Por ser alta a relevância, há fusão das unidades de expressão: ‘derrubar’ (CAUSA + ‘queda’), ‘matar’ (CAUSA + ‘morte’). A expressão lexical faz com que o falante não consiga aplicar o processo produtivamente (a generalidade torna-se baixa). Na expressão derivacional, a relevância é alta e a generalidade é média; prefixos são relevantes indicando, geralmente, conteúdos específicos.

Por veicularem noções muito específicas, prefixos não têm generalidade plena, localizando-se no centro da escala de generalidade. O prefixo *des-*, no português, indica um conteúdo muito específico: REVERSIBILIDADE (GONÇALVES, 2005, p. 34). Desse modo, esse conteúdo só se aplica a bases que indicam processos passíveis de reversão, a exemplo de ‘desaprender’; ‘desanimar’; ‘descontrole’; ‘desentupir’; ‘desligar’. Formas como ‘\*desviver’ e ‘\*desmorrer’ são agramaticais, visto que não veiculam processos reversíveis<sup>11</sup>.

Gonçalves (2005) cita também dados de afixos que expressam direção para ilustrar que processos derivacionais são pouco gerais devido a indicarem conteúdos específicos: *sub-*; *intra-*, *supra-*; *inter-* só se afixam “a nomes passíveis de localização espacial, não podendo ser anexados a um elevado número de bases para serem gerais e, portanto, adquirirem status flexional” (GONÇALVES, 2005, p. 135).

Verificamos abaixo uma formalização proposta por Gonçalves (2005, p. 139) apresentando a interação dos princípios relevância e generalidade e as consequentes formas de expressão:

---

<sup>11</sup> Em determinados contextos, é possível que o falante produza, propositadamente, “desmorrer” e “desviver”. Caso isso ocorra, ele estará conceptualizando uma cena não reversível como reversível: “Depois que soube da tragédia com a sua família, ela desviveu”; “Os médicos pensaram que o paciente morreria naquela semana, mas, de repente, ele desmorreu”.



(5)



### 3.1.3. O continuum flexão - derivação

O trabalho de Bybee (1985) fornece um aporte teórico para os diversos tipos de expressão linguística e realiza previsões sobre quais categorias tendem a ser flexionais nas línguas do mundo, indicando quais princípios fundamentam essa regularidade para a expressão flexional prototípica.

A autora também verifica como categorias relevantes ocorrem mais próximas do radical que categorias menos relevantes e evidencia a existência de fusão sistemática de categorias relevantes em radicais nas línguas do mundo. Além desses aspectos que objetivam apresentar uma motivação entre forma e conteúdo, Bybee (1985, p. 87) ainda explicita que a divisão entre os processos flexional e derivacional não deve ser discreta, mas gradiente:

*Alguns linguistas ficariam infelizes com a conclusão de que a distinção entre as morfologias derivacional e flexional não é discreta, mas gradiente [...] O modelo que resulta dos princípios teóricos desenvolvidos neste livro, no entanto, reconhece fenômenos*

*gradientes de vários tipos e é, portanto, capaz de lidar com uma divisão não discreta entre flexão e derivação.*

Apesar de propor, teoricamente, uma visão não discreta entre as expressões morfológicas flexional e derivacional, Bybee (1985), além de não definir plenamente o conceito de relevância, não fornece um instrumental teórico capaz de posicionar os afixos das línguas nesse *continuum*. Como observa Gonçalves (2005), fundamentando-se apenas em relevância semântica e generalidade, não é possível posicionar quaisquer afixos da língua portuguesa num *continuum* morfológico entre flexão e derivação. “*Em outras palavras, não aparece operacionalizada, na prática, a ideia de escalaridade entre flexão e derivação*” (GONÇALVES, 2005, p. 165).

Focalizando, por exemplo, as categorias gênero e grau, “*o -a<sup>12</sup> de feminino é menos aplicável que os sufixos de grau, mas não parece menos flexional que -inho, -ão e -íssimo, sem qualquer relevância para a sintaxe*” (GONÇALVES, 2005, p. 166). Em termos de generalidade, grau seria mais flexional que gênero. Já por relevância semântica, grau seria mais relevante semanticamente que gênero, como a ordem indica, e, por isso, seria mais derivacional. Para chegarmos a uma conclusão sobre o lugar dos afixos de gênero e grau no *continuum* flexão-derivação, precisaríamos lançar mão de outros critérios:

*Como a diferença entre flexão e derivação não é encarada como discreta, torna-se necessário buscar parâmetros que funcionem como medidas de avaliação para o posicionamento das operações morfológicas ao longo do continuum idealizado por Bybee (op. cit.). A autora não oferece esse instrumental. (GONÇALVES, 2005, p. 166).*

Gonçalves (2005) verifica que inspecionar categorias por critérios empíricos pode ser efetivo para avaliar afixos de modo gradiente. Quando se inspecionam marcas

---

<sup>12</sup> Grifos nossos. Colocamos os afixos em itálico, nesta citação, para manter a uniformidade das nossas representações na Tese.

morfológicas específicas, é comum que haja características derivacionais e flexionais a depender do critério analisado. Isso indica que a categorização linguística se processa na base de protótipos; se um afixo *X* atende a todos critérios que apontam para a flexão, ele é o membro prototípico. Outros afixos *Y*, *Z* afastam-se mais ou menos do protótipo flexional. Quanto mais características flexionais tem um afixo, mais próximo do polo flexional ele está.

Gonçalves (2005) propõe que, na análise gradiente de categorias, devemos inspecionar alguns critérios não por binarismos, mas por graus: relevância (baixa, média, alta); fusão (baixa, média, alta); generalidade (baixa, média, alta); previsibilidade (baixa, média, alta), lexicalização (baixa, média, frequente). Essa visão gradiente dos critérios possibilitaria dispor não só formativos distintos no *continuum* flexão-derivação (gênero, número e grau) como também marcas concorrentes de uma mesma categoria (por exemplo, sufixos agentivos, como *-ista* e *-dor*).

### 3.2. *As semelhanças entre flexão e derivação e a existência de dois tipos de flexão (BOOIJ, 1996)*

Booij (1996) aborda a relação entre flexão e formação de palavras. O autor observa que a distinção entre flexão e derivação é questionada por uma série de morfólogos. Schultink (1962), por exemplo, afirma que a distinção entre flexão e derivação não se sustenta quando se analisam dados da língua holandesa. Essa afirmação é muito forte e, por isso, foi questionada por vários linguistas. O estruturalista De Groot (1966) defende a distinção entre os processos, indicando que a flexão é mais periférica que a derivação. Além disso, afirma que a derivação, em oposição à flexão, é frequentemente irregular.

Perlmutter (1988) e Anderson (1992) defendem a hipótese da morfologia cindida. Os autores acreditam que flexão e derivação ocorram em módulos linguísticos separados (léxico e sintaxe). Booij (1996) defende a tese de que flexão e derivação devem ser entendidas como processos distintos, mas ocorrem num mesmo componente da gramática: o morfológico. Desse modo, o autor acredita que as duas posições radicais não dão conta da descrição desses processos.

### *3.2.1. Distinção entre flexão inerente e flexão contextual*

Para Booij (1996), há dois tipos de flexão: inerente e contextual. A flexão inerente não é requerida pela sintaxe. O autor fornece, como exemplos de flexão inerente, a categoria número para os nomes; o grau superlativo e comparativo para os adjetivos; o tempo, o aspecto, o infinitivo e o particípio para o verbo. A flexão contextual é obrigatória, visto que é exigida pelo contexto sintático. São exemplos de flexão contextual as marcas de número e pessoa nos verbos, as marcas de concordância nos adjetivos e o caso nos nomes. Afirma o autor que relevância sintática não é um bom critério para distinguir flexão de derivação.

A flexão inerente é mais semelhante à derivação que a flexão contextual, visto que a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Dados de aquisição da linguagem e de mudança linguística também reforçam a distinção entre os dois tipos de flexão.

### 3.2.2. Flexão Inerente alimenta a formação de palavras

Booij (1996) verifica que a flexão inerente pode servir como base para a derivação e para a composição. Em muitos dados, substantivos no plural servem como *input* de palavras compostas ou derivadas. Isso evidencia que flexão e derivação não ocorrem em componentes separados. Os participípios também podem ser considerados exemplos de flexão inerente que alimenta a formação de palavras, já que, em muitas línguas, participípios funcionam como adjetivos e, além disso, criam outras palavras por processos de adjetivais. O autor afirma que, em holandês, infinitivos, que têm características de nome e verbo, também participam da criação de novos vocábulos através de derivação e composição. A flexão contextual, diferentemente da inerente, não alimenta diretamente a formação de palavras.

No português, observamos casos evidentes de flexão inerente que alimenta a formação de palavras. O número plural, nos substantivos, atua na composição: ‘portacopos’, ‘paraquedas’. Já o gênero feminino e o participípio ocorrem com frequência em processos derivacionais: ‘sabiamente’ (‘sábia’ + *-mente*); ‘cansadíssimo’ (‘cansado’ + *-íssimo*) e ‘quebradiço’ (‘quebrado’ + *-iço*).

Há muitos casos considerados flexionais pela tradição que são semelhantes aos derivacionais. Nesses exemplos de flexão inerente, atuam as mesmas regras lexicais que ocorrem na derivação. Em outras palavras, há regras no léxico que atuam como regras de redundância e como regras que produzem novas palavras.

Para Booij (1996), os processos morfológicos flexionais podem alimentar a criação de palavras, porque regras lexicais podem alimentar outras regras. Não se deve, dessa maneira, considerar que a flexão inerente ocorre num componente morfológico pós-sintático através de regras de saída.

A flexão inerente apresenta restrições na criação de novos vocábulos. Na derivação, geralmente, ocorrem radicais como *inputs*. As formas flexionadas só servem como *inputs* quando acrescidos de sufixos não-coerentes (sufixos que formam palavras prosódicas)<sup>13</sup>: ‘portõezinhos’ (‘portão’ + PLURAL + *-zinho*); ‘animaizinhos’ (‘animal’ + PLURAL + *-zinho*) e ‘interessadamente’<sup>14</sup> (‘interessado’ + FEMININO + *-mente*). Isso indica que restrições morfológicas podem ter uma base prosódica (Booij & Lieber, 1993). É importante ressaltar que, para o autor, na formação de palavras, o *input* infinitivo funciona como substantivo e o *input* particípio, como adjetivo.

Marcas de flexão contextual são mais periféricas que marcas de flexão inerente. Booij (1996) afirma que, em nomes, geralmente, sufixos de caso ocorrem depois do sufixo de número. Já nos verbos, sufixos de tempo e aspecto ocorrem mais próximos à base que sufixos de número e pessoa. Desse modo, a distinção entre dois tipos de flexão é fundamental para a análise da posição de marcas morfológicas no interior de um vocábulo. Nossa Tese focaliza as marcas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Posteriormente, na nossa análise, precisamos verificar se essa distinção entre flexão inerente e contextual ocorre nessas marcas e se está relacionada à posição destas.

### 3.2.3. A aquisição da linguagem e os tipos de flexão

Booij (1996) afirma que, na fase de aquisição da linguagem, as marcas de flexão inerente são aprendidas primeiramente com relação às marcas de flexão contextual. O que explica isso é que as marcas de flexão inerente têm significado, apresentam um

---

<sup>13</sup> Gonçalves (2012) demonstra que, no português, sufixos, em geral, não projetam palavras prosódicas, mas se anexam a uma base sob um único acento: ‘portugu-’ + ‘-ês’ = ‘português’ (uma palavra prosódica -PwD); ‘malandr’ + ‘-agem’ = ‘malandragem’ (uma PwD.). As exceções são os sufixos ‘mente’ e ‘zinho’, que projetam PwD e, por isso, não promovem alterações fonético-fonológicas na palavra-base.

<sup>14</sup> É importante verificar que ‘interessada’, mesmo sendo um caso de flexão contextual, atua no processo de formação de palavras. No português, adjetivos no feminino formam advérbios a partir do acréscimo de *-mente*.

conteúdo. Já os afixos de flexão contextual não indicam informações independentes. Marcas de caso são aprendidas pelas crianças depois das marcas de número, assim como os afixos de tempo e aspecto são dominados pelos falantes antes dos afixos de número e pessoa.

#### *3.2.4. Onde posicionar a flexão inerente: na flexão ou na derivação?*

Para Booij (1996), a flexão inerente localiza-se no domínio da flexão. Chelliah (1992) afirma que, na língua Manipuri, as marcas derivacionais podem alterar a posição umas com as outras com distinção de significado correspondente; o mesmo não ocorre com a flexão, cujas marcas apresentam posição fixa. Um outro argumento fundamental para colocar a flexão inerente no domínio da flexão é que uma mesma marca formal pode funcionar como flexão inerente ou contextual.

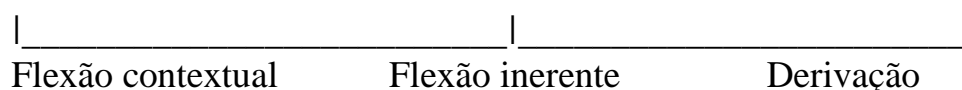
No português, a marca de gênero *-a* e a marca de plural *-s* são consideradas flexão contextual nos adjetivos ('mulher bonita') e flexão inerente nos substantivos ('a professora'). Além disso, algumas línguas podem fundir num mesmo afixo um conteúdo de flexão inerente e outro de flexão contextual. No latim, por exemplo, uma mesma terminação indicava caso e número no substantivo: em 'ueritatem', *-m* informava as noções de caso acusativo e número singular.

A distinção entre os tipos de flexão ainda auxilia na noção de radical para processos de formação de palavras, já que radical pode ser entendido como a palavra menos suas marcas de flexão inerente e flexão contextual. Como último argumento, Booij (1996) afirma que a fonologia "enxerga" a flexão diferentemente da derivação. Fundamentando-se em Wetzels (1992), observa que, no português, processos

derivacionais sofrem a aplicação de regras fonológicas de alternância de vogal média, o que não ocorre com processos flexionais.

Para Booij (1996), flexão e derivação ocorrem num mesmo componente: o léxico (o que corresponde ao lexicalismo forte, na visão da teoria gerativa). Mesmo ocorrendo num mesmo componente, há restrições na interação desses processos. Sendo assim, só a flexão inerente alimenta a formação de palavras. Apesar de possuir características derivacionais, a flexão inerente não deve ser confundida com derivação. A flexão inerente localiza-se no meio de uma escala, cujos polos correspondem à flexão e à derivação, a exemplo do que se observa em (5), a seguir:

(6)



No português, as formas verbais flexionadas que participam da criação de palavras por composição, geralmente, são aquelas em que não ocorrem marcas verbais para expressar modo-tempo-aspecto e número-pessoa: *'porta-copos'*; *'guarda-chuva'*; *'pega-pega'*; *'pula-pula'*. Nessas bases, é ausência de marcas – o que a tradição estruturalista chama de morfe zero – que caracteriza tanto o PRESENTE DO INDICATIVO como 3ª PESSOA DO SINGULAR.

Nesse sentido, não nos parece relevante a distinção entre flexão inerente e contextual na formação de novas palavras. O que é fundamental para que bases flexionadas sirvam à criação de palavras por composição é a falta de marcas; isso leva a que essas bases sejam instanciadas em outras classes: em *'porta-copos'*; *'guarda-chuva'*; *'pega-pega'*; *'pula-pula'*, as bases se instanciam em produtos substantivos.



### 3.3. A abordagem de Booij (2006) sobre flexão e derivação

Booij (2006) afirma que a flexão e a derivação se distinguem funcionalmente apesar de utilizar os mesmos expedientes formais: afixação e alternância vocálica (no inglês). Enquanto a derivação gera lexemas, a flexão cria formas de palavras. As bases para a derivação, geralmente, são radicais de lexemas e não formas flexionadas. Enquanto a derivação cria radicais a partir de radicais, a flexão, através de radicais, produz formas de palavras concretas. Com relação à posição, há uma tendência de a flexão ser mais periférica que a derivação.

No português, verificamos que, realmente, marcas consideradas derivacionais, em geral, são mais próximas da base que marcas entendidas como flexionais. Desse modo, em “sabemos que eles se entristeceram” e em “sempre socializávamos”, as marcas derivacionais *-ecer* e *-izar* aparecem mais próximas da base que as marcas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Entretanto, há contraexemplos: ‘portõe~~zinhos~~’, ‘prefeit~~azinha~~’; as marcas grifadas são casos de flexão que ocorrem antes do elemento ‘-zinho’, considerado, pela tradição que opõe os processos, como derivacional.

Com relação ao fato de a flexão criar formas de palavras e a derivação gerar lexemas, verificamos casos intermediários. Dados como ‘formou’ e ‘demorou’ são formas de palavras em ‘ele formou uma bela família’ e ‘Fulano demorou a chegar’. Todavia, em exemplos como ‘Vamos marcar um encontro sim, *demorou!*’ ou ‘Fulano: Vamos entrar no grupo de José?!; Sicrano: *Formou!*’, não ocorrem propriamente formas de palavras.

Os dados grifados ativam cenas diferentes de eventos verbais, adquirindo funções interjectivas. Em outras palavras, não são novos lexemas, mas também não são

formas de palavras: dados como ‘formou’, ‘demorou’, ‘partiu’ são flutuáveis, podem funcionar como formas de palavras ou atuar em determinados contextos com novas funções e significados.

O autor utiliza os seguintes critérios para pensar a distinção entre flexão e derivação: obrigatoriedade, relevância sintática, mudança de categoria sintática, organização por paradigmas e diferenças semânticas. Com relação à obrigatoriedade, afirma que categorias flexionais são utilizadas obrigatoriamente, enquanto as derivacionais são opcionais. No inglês, por exemplo, a categoria número é obrigatória nos substantivos. Todo substantivo deve ser marcado como singular ou plural. Sendo assim, essa categoria é obrigatória (flexional).

Fundamentando-se em Bybee (1985), Booij (2006) afirma que há distinções semânticas entre flexão e derivação (critério diferenças semânticas). Nas línguas do mundo, há um número limitado de categorias que podem ser expressas flexionalmente:

Substantivos: número, gênero, definitude e caso.

Verbos: valência, tempo, aspecto, modo, pessoa, número e gênero.

Adjetivos: grau, número, gênero, caso e definitude.

Na expressão derivacional, há uma gama muito mais variada de categorias semânticas. Desse modo, a derivação, em comparação com a flexão, seria muito mais próxima da expressão lexical. Booij (2006) defende a ideia de Bybee (1985) de que a relevância semântica é o que diferencia flexão de derivação em termos de significado. Conteúdos derivacionais são muito mais relevantes ao radical que conteúdos flexionais.

Como já indicamos na Tese, a definição de relevância é problemática em Bybee (1985); não dá conta dos dados. O que se faz, muitas vezes, é avaliar o grau de

relevância por índices como posição ou ocorrência de fusão. Para que esse conceito seja efetivamente aplicado, devem ser criados expedientes a fim de inspecionar níveis de importância cultural e semântica. Observar a posição ou a existência de fusão de algumas marcas acaba servindo como subterfúgio por não haver uma definição efetiva de relevância.

O outro fator importante para a distinção entre flexão e derivação, também levantado por Booij (2006), é a generalidade. Se uma categoria for pouco relevante ao radical do verbo (baixa relevância) e bastante geral (alta generalidade), tende a ser expressa flexionalmente. Um bom exemplo é a categoria tempo, que não afeta diretamente o significado do radical verbal; apenas tem caráter dêitico: localiza o estado de coisas expresso pela oração com relação ao tempo do discurso. Esta categoria, por ter baixa relevância semântica, é bastante geral no paradigma verbal.

As marcas de concordância, como o gênero nos adjetivos e número-pessoa nos verbos, não têm nenhuma relevância para o significado do radical. Sendo assim, são bastante gerais e devem ser consideradas como casos prototípicos de flexão.

Afirma o autor que, muitas vezes, podem ser feitos questionamentos quanto aos critérios relevância sintática, mudança de categoria sintática e organização por paradigmas. Esses critérios, utilizados para distinguir os dois processos morfológicos, podem unir flexão e derivação através de uma análise de dados nas diferentes línguas do mundo. Na análise de cada um desses critérios, há contraexemplos que nos levam a questionar se esses processos devem ser entendidos como tão opostos.

### 3.3.1. Relevância Sintática

No critério relevância sintática, por exemplo, afirma-se, em geral, que flexão é relevante sintaticamente e derivação não é, pois se utiliza opcionalmente. Em outras palavras, afixos flexionais são utilizados por exigência do contexto sintático, para atender à concordância. Todavia, há casos de flexão em que o uso de afixos flexionais é opcional, como, por exemplo, o uso do plural nos substantivos em inglês: “*John read these books*<sup>15</sup>”.

O mesmo ocorre em português; as marcas de plural, quando anexadas a adjetivos, atendem à concordância: ‘meninas bonitas’. Já, nos substantivos, o uso de plural ou singular ocorre por escolha do falante, de acordo com a quantidade de referentes do mundo que se pretende nomear: ‘menina’ (um referente) ou ‘meninas’ (mais de um referente).

Segundo Booij (2006), pode-se considerar a derivação como relevante sintaticamente também. Para isso, deve-se entender que a relevância não se restringe ao uso de marcas formais para atender à concordância. Em outras palavras, para um afixo apresentar relevância na sintaxe, não é necessário que o seu uso seja obrigatório.

Quando a derivação indica mudança de categoria, por exemplo, é relevante sintaticamente: no português, podemos citar os afixos *-ção* (‘armação’), *-mente* (‘felizmente’) Além disso, há formas verbais derivadas que têm uma valência sintática específica. Como observa o autor, as formas verbais derivadas causativas do inglês exigem objeto direto: “*John whitened the walls*<sup>16</sup>”.

Tendo em vista esses exemplos, não é possível afirmar que só a flexão é relevante sintaticamente. Caso se pretenda distinguir as “morfologias” por esse critério,

---

<sup>15</sup>*Jonh lê esses livros.*

<sup>16</sup>*Jonh tornou as paredes brancas.*

deve-se afirmar que flexão e derivação apresentam diferenças quanto à relevância sintática. Enquanto marcas derivacionais podem causar mudança de categoria ou ter valência específica, marcas flexionais podem ser utilizadas por exigência do contexto sintático para atender à concordância.

### 3.3.2. *Mudança de categoria sintática*

Em geral, diz-se que a derivação pode promover mudança de classe, ou seja, pode determinar a categoria sintática do lexema que cria. Já a flexão é neutra categorialmente. Em outras palavras, a flexão apenas cria formas de palavras a partir de lexemas, mantendo a categoria do *input*.

Booij (2006) verifica que há casos de flexão que não são completamente neutros quanto à categoria sintática. As formas não-finitas (nominais) de verbos, apesar de serem formas flexionadas de verbo, podem funcionar como outras categorias. Para evidenciar isso, Booij (2006), fundamentando-se em Haspelmath (1996), dá exemplos de infinitivos do holandês, que apresentam função de verbo e de substantivo, e de participípios do alemão, que funcionam como verbo e como adjetivos.

Com relação a esse critério, a diferença da derivação para a flexão é que, na flexão, a categoria do *input* é mantida mesmo quando há mudança de categoria. Os infinitivos apresentam, ao mesmo tempo, características de verbo e de substantivo e os participípios, características de adjetivo e de verbo.

No português, verifica-se que o infinitivo se comporta como substantivo ou verbo: ‘vou **poder**’ (verbo); ‘o **poder**’ (substantivo). O gerúndio também pode funcionar como verbo (‘está **sorrindo**’) e advérbio (‘chegou **sorrindo**’). Vivas (2010) observa que o participípio no português apresenta uma instabilidade categorial, já que pode se

comportar como verbo ('tinha *imposto*'; 'tinha *cantado*'), adjetivo ('taxa *imposta*'; 'mulher *cantada*') e substantivo ('o *imposto*', 'a *cantada*').

### 3.3.3. Organização por paradigmas

Segundo esse critério, a flexão organiza-se paradigmaticamente. Um paradigma é definido por Booij (2006, p. 656) como “*um conjunto abstrato de células*”. Cada célula do paradigma tem um valor particular para categorias flexionais como tempo, aspecto, número e caso. Para cada célula de uma categoria lexical, há o preenchimento com determinadas formas de palavras.

Booij (2006) afirma que essa organização paradigmática nem sempre é garantida, visto que pode ocorrer defectividade. Nomes podem não ter formas plurais; no russo, há casos de verbos com paradigmas defectivos. Quando algumas células não são preenchidas por afixos, diz-se que ocorrem perífrases (manifestações sintáticas). Desse modo, a organização em paradigmas não ocorre perfeitamente.

Há outros aspectos que levam ao questionamento da formação paradigmática na flexão. Muitas vezes, há diferentes classes flexionais para um mesmo paradigma. Os nomes do latim têm cinco declinações; há línguas em que ocorrem diferentes conjugações para o paradigma da flexão verbal. No português, por exemplo, existem três conjugações verbais: 'cantar' (1<sup>a</sup>), 'vender' (2<sup>a</sup>) e 'partir' (3<sup>a</sup>).

Um outro problema para a noção de paradigma são os casos em que há mais de uma propriedade flexional expressa por um único expediente morfológico: afixos que acumulam a informação de duas ou mais propriedades flexionais. Em línguas indoeuropeias, caso e número são, geralmente, expressos por um mesma marca. Afixos do latim informam caso e número, duas diferentes propriedades morfossintáticas.

Diferentemente da flexão, a morfologia derivacional nas línguas indo-europeias costuma ter cada afixo indicando uma propriedade (a relação é de um para um).

Para Booij (2006), um outro contraexemplo para o paradigma na flexão é a alomorfia. Há casos em que há mais de uma forma de radical para um mesmo lexema. Booij (2006) fornece como exemplo o verbo ‘ponere’ do latim, que tinha como formas de radical: *pone-*, *posu-* e *posit-*. A alomorfia nos radicais também pode ocorrer na derivação: no inglês, ocorrem as formas ‘*drama*’/‘*dramatic*’.

No português, verificamos que a alomorfia se dá na derivação. Há exemplos de raízes *doublets* em dados como ‘*larin/ʒ/e*’ / ‘*larin/g/al*’; ‘*estôma/g/o*’ / ‘*estocama/k/al*’; ‘*chuva*’ / ‘*pluvial*’; ‘*lua*’ / ‘*lunar*’; ‘*estrela*’ / ‘*estelar*’. Também ocorrem casos de alomorfia no verbo. Podemos citar os seguintes exemplos: ‘*posso*’ / ‘*pode*’; ‘*ponho*’ / ‘*puser*’ / ‘*porei*’; ‘*veja*’ / ‘*vemos*’ / ‘*verei*’, entre outros. Existem ainda na flexão, casos em que ocorrem formas supletivas: ‘*sou*’ / ‘*é*’ / ‘*fui*’; ‘*vou*’ / ‘*fui*’. Nesses casos, atuam formas de palavra diferentes para indicar significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais.

#### 3.3.4. Propriedades da flexão e da derivação

##### 3.3.4.1. Produtividade

Geralmente, diz-se que processos flexionais têm produtividade plena, enquanto os derivacionais têm diferentes graus de produtividade. Booij (2006) observa que há casos de processos flexionais improdutivos. Quando há dois expedientes flexionais que preenchem uma mesma função na língua, um desses expedientes é improdutivo.

Como exemplo, o autor cita que a informação de plural do inglês é expressa pelo acréscimo do afixo de plural *-z/*. Todavia, há casos em se aplica o processo improdutivo: acréscimo de *-a* em pares como: *'prolegomenon' / 'prolegomena'*. Para a informação de passado, além da estratégia produtiva, acréscimo de *-ed*, ocorre a improdutivo, alternância vocálica (*'ride' / 'rode'*).

#### 3.3.4.2. Irregularidades semânticas

Na literatura morfológica, afirma-se que a flexão apresenta regularidade semântica. Formas de palavras flexionadas apresentam um significado regular, esperado, já palavras derivadas podem apresentar todo tipo de idiosincrasia semântica. Booij (2006) verifica que formas de palavras flexionadas também podem apresentar idiosincrasias semânticas. O plural de *'brother'* em inglês é *'brethren'* (flexão irregular) e pode indicar membros masculinos de uma religião. Em holandês, *'letteren'* (plural de *'letter'*) indica um domínio científico das artes<sup>17</sup>.

#### 3.3.4.3. Processamento linguístico

Na psicolinguística, segundo a Teoria do Mecanismo Dual do Processamento Morfológico (PINKER, 1999; CLAHSN, 1999), através da utilização de testes, verifica-se que, no processamento linguístico, formas flexionais regulares são processadas *on line*. Em outras palavras, são decompostas pelo interlocutor. Já as palavras derivadas são armazenadas no léxico mental e menos composicionais.

---

<sup>17</sup> Convém afirmar que, no português, *'irmãos'* e *'letras'* também adquirem o sentido de *'membros de uma mesma religião'* e *'domínio científico da arte verbal'*. Entretanto, no português, esses significados idiosincráticos provêm da flexão regular (acrécimo da marca *-s*).



A flexão irregular também não é computada; armazenam-se formas flexionadas irregulares no léxico. Assim, no inglês, ‘walked’ (verbo ‘to walk’), por ser regular, é previsível e, por isso, analisável. Já ‘fell’ (verbo ‘to fall’) não se demonstra previsível, sendo, portanto, uma forma armazenada no léxico.

Estudos recentes de psicolinguística indicam, entretanto, que formas flexionadas regulares também podem ser armazenadas no léxico. O fato de um interlocutor computar uma forma flexionada não o impede de recuperar e armazenar esta forma através de sua memória lexical.

#### *3.3.4.4. Como considerar as diferenças entre flexão e derivação?*

A teoria da Morfologia Cindida (PERLMUTTER, 1988; ANDERSON, 1992) afirma que a derivação é um componente pré-sintático e a flexão, um componente pós-sintático. Já a teoria do ordenamento em níveis defende a ideia de que a morfologia (flexional e derivacional) é pré-sintática. Todavia, afirma-se, nesta teoria, que a flexão ocorre no último nível do componente lexical da gramática e a formação de palavras se dá num nível anterior.

Booij (2006) verifica que formas flexionadas podem servir como base para a formação de palavras na composição e até mesmo na derivação. Sendo assim, as teorias que tentam isolar flexão de derivação na gramática não dão conta desses processos plenamente. Há, na verdade, uma interação da flexão com a formação de palavras.

Booij (2006) continua defendendo a divisão entre flexão inerente e flexão contextual (BOOIJ, 1994; 1996). Afirma que só a flexão inerente serve à formação de palavras e interage com a derivação. Segundo o autor, a flexão inerente deve se posicionar entre a flexão contextual e a derivação, como na representação feita em (5).

Essa proximidade maior com a derivação leva a flexão inerente a poder causar mudança de classe: infinitivos com propriedades de substantivo; participios com propriedades de adjetivo. Segundo Booij (2006), há experimentos psicolinguísticos que indicam a distinção entre os dois tipos de flexão.

Como exemplo de flexão inerente, o autor cita o plural nos nomes. A escolha de plural dos nomes, na maioria dos casos, é uma opção semântica do usuário da língua. Outros exemplos de flexão inerente, como vimos em 3.2, são as formas não-finitas verbais (infinitivo e particípio). Já a utilização de caso nos nomes ou de formas finitas verbais é determinada pelo contexto sintático; são, então, exemplos de flexão contextual.

#### *3.4. A observação efetiva dos dados aponta para a necessidade do continuum (WINTER, 2011)*

Winter (2011) observa que sempre há contraexemplos nos critérios utilizados para defender uma oposição discreta entre flexão e derivação. Quem defende uma dicotomia entre as “morfologias”, dá peso diferente aos critérios. O autor verifica como critérios utilizados por Aronoff & Fudeman (2005) para separar flexão e derivação podem ser questionados. Para isso, analisa, além de exemplos do inglês, dados da língua Sahaptin<sup>18</sup>.

Caso se analisem todos os critérios com uma mesma medida e se observem efetivamente os dados, torna-se fundamental pensar num *continuum* entre flexão e derivação. Para defender a morfologia cindida, os morfólogos, em geral, fundamentam-se numa intuição – o que, segundo o autor, não é um argumento – e “fecham os olhos”

---

<sup>18</sup> O Sahaptin é uma língua indígena do noroeste dos Estados Unidos da América. Essa língua é dividida em dialetos e ainda é utilizada atualmente, apesar de ser pequeno o número de falantes.

para contraexemplos. Abaixo, apresentamos alguns dos questionamentos feitos por Winter (2011).

Como exemplos de falhas nos critérios utilizados para distinguir flexão e derivação, Winter (2011) aponta a relevância sintática. Da mesma forma que, na flexão, a concordância levando a utilização de afixos é uma prova de relevância sintática, a mudança de classe, na derivação, também deve ser vista como fundamental para o contexto sintático. Além disso, o autor questiona a relevância sintática em modo, tempo e aspecto.

Quanto à obrigatoriedade de expressão na flexão, afirma o autor que os “zeros morfológicos” evidenciam noções indicadas por ausência de expressão formal. Se a marca pode ser “zero”, isso significa que não existe obrigatoriedade de expressão na morfologia flexional.

Quando se aborda a organização paradigmática da flexão (a aplicabilidade ilimitada), esquecem-se os exemplos de defectividade. Defende-se que, na derivação, há uma tendência maior à alomorfia de bases. Winter (2011) afirma que ocorre alomorfia de base também na flexão.

O autor também faz considerações sobre a distinção realizada entre as “morfologias” quanto a aspectos de significado. Autores que distinguem flexão e derivação, como Aronoff & Fudeman (2005), defendem que, na flexão, não há expressão de um novo conceito: formas de palavra flexionadas indicam o mesmo conceito que a base. Já na derivação, formam-se lexemas que denotam conceitos novos.

Winter (2011) afirma que há, na flexão, casos em que surgem novos conceitos. Em nossa pesquisa, buscamos exemplos do português como ‘tomara’ e ‘demorou’ (interjeições), em que não necessariamente é preservado o sentido base. Além disso, na derivação, podem ocorrer formas que indicam um mesmo conceito. Sufixos como

*-dade* formam palavras no português ('lealdade') em que talvez não se indique efetivamente um novo conceito: a ideia base parece ser mantida mesmo com o acréscimo do sufixo.

Geralmente, afirma-se que a flexão indica conceitos mais abstratos e a derivação, conceitos mais concretos. Winter (2011) observa que há sufixos nominalizadores que indicam conceitos abstratos. Como exemplos do português, podemos citar dados de sufixos nominalizadores como *-dade*, *-mento*, *-ção* ('bondade', 'processamento', 'nomeação').

Segundo o critério composicionalidade, em formas de palavras flexionadas, o significado é composicional, já que o conteúdo da forma de palavra é indicado pela soma de suas partes. Já lexemas derivados podem ter significado não-composicional; Winter (2011) afirma que há exemplos na flexão em que o significado não é composicional. Em palavras complexas do português, podemos citar 'pudera' (verbo com sentido interjectivo) e 'cheguei', em 'blusa cheguei' (verbo com sentido de adjetivo).

*3.5. A divisão em seis tipos de morfologia: contextual, inerente, avaliativa, transposicional, de expansão do léxico, de mudança de valência (BAUER, 2004)*

Segundo Bauer (2004), o único problema da distinção entre flexão e derivação feita por Booij (1996) é que um mesmo afixo pode ser considerado como marca de flexão contextual ou marca de flexão inerente. Para entender essa crítica, podemos pensar na marca *-s* de número no português. Em substantivos, *-s* é flexão inerente: é utilizada por escolha do falante. Já em adjetivos, é marca de flexão contextual, pois concorda com um substantivo.

O autor afirma que Haspelmath (1996) opta por dizer que a flexão pode mudar classe e exemplifica isso com *-ly*, do inglês, sufixo regular, produtivo e geral. Desse modo, *-ly* seria um sufixo flexional que pode mudar classe. Utilizando o aporte teórico de Haspelmath (1996), defenderíamos que *-mente* é um sufixo flexional que muda classe, pois essa marca tem alto grau de generalidade, além de ser regular e sistemática.

Bauer (2004), então, começa a questionar se a nominalização deverbal não poderia ser chamada de flexão que muda classe. A nominalização tem uma relevância sintática fundamental. Além disso, o argumento de que a nominalização pode gerar palavras com significados diversos (ESTADO, RESULTADO, PROCESSO) não é efetivo. Para o autor, isso é uma característica dos substantivos em geral, não tendo relação com o processo morfológico nominalização. O autor afirma que não há uma clara diferença de significado entre as diversas marcas formais de nominalização deverbal do inglês (*-age, -al, -ance, -ation, -ence, -ary, -ment, -s, -t, -th, -ure, -y*).

Há afixos que, além de mudar a classe de uma palavra, adicionam determinado significado. Outros afixos, como os nominalizadores, têm como função apenas mudar a classe (efetuar a transposição). A função da nominalização deverbal seria, então, apenas a transposição de verbo para nome. Pode-se pensar nos afixos envolvidos nos processos de formação de palavras como inerentes ou contextuais. Em detrimento de pensar na distinção entre flexão e derivação, deve-se pensar numa morfologia transposicional. Segundo o autor, é necessário abandonar a visão corrente de que a função da derivação é expandir o léxico através da modificação do significado de lexemas existentes.

Há determinados tipos de morfologia que não podem ser considerados flexão nem derivação. Um exemplo disso é a morfologia avaliativa, realizada pelos aumentativos e diminutivos. Em muitas línguas, não é possível caracterizar aumentativos e diminutivos em nenhuma das duas morfologias.

Villalva (2003) descreve a sufixação avaliativa, no português, como um tipo morfológico específico. Segundo a autora, na sufixação avaliativa, o significado não se limita à dimensão aumentativa ou diminutiva e, além disso, com esse expediente morfológico, sempre se exprime um juízo de valor sobre o conteúdo da base. Rio-Torto (1993), na análise do português, propõe uma regra de formação de palavras específica para a avaliação apreciativa ou depreciativa: RFP AVAL. A apreciação ou a depreciação não seria, então, “*definitória ou configurante dum paradigma derivacional do português*” (RIO-TORTO, 1996-1997).

Os afixos de grau, muitas vezes, mantêm a classe e o gênero da base, características da flexão, e têm uma produtividade maior que marcas flexionais. Todavia, apresentam também características de derivação; costuma haver, por exemplo, várias marcas formais de grau. Um outro tipo de morfologia, que se mostra diferente de flexão e de derivação, é a de mudança de valência. Segundo Bauer (2004), há marcas formais em inglês que não mudam a classe, mas a valência de uma base: de ‘king’ (‘rei’) para ‘kingdom’ (‘reino’).

Para o autor, em morfologia, a divisão, então, não deve ser entre flexão e derivação. O autor defende que há 6 tipos de morfologia (contextual, inerente, de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico). O autor tece comentários sobre essas morfologias, como verificamos abaixo:

- 1) Só a flexão contextual é utilizada para atender à concordância entre estruturas.
- 2) A flexão contextual e a inerente mantêm o mesmo lexema. As outras morfologias (de mudança de valência, transposicional, avaliativa e de expansão do léxico) geram novos lexemas através das suas marcas formais.

3) As morfologias contextual, inerente e de mudança de valência mantêm a classe da base. Já a transposicional e a de expansão do léxico promovem mudança de classe. A morfologia avaliativa, geralmente, mantém a classe da base, mas, em alguns contextos, também pode causar mudança de categoria.

4) As morfologias inerente, contextual, transposicional e de mudança de valência compartilham função gramatical. Em outras palavras, marcas dessas morfologias são utilizadas para atender a necessidades gramaticais. Já as morfologias avaliativa e de expansão do léxico têm uma função mais lexical. Assim como a morfologia de expansão do léxico, marcas avaliativas criam novos lexemas que não são impostos por necessidades gramaticais.

5) A morfologia de expansão do léxico é menos paradigmática que as outras morfologias. A utilização de marcas de expansão do léxico é feita devido a necessidades sociais. Existem lacunas que só se preenchem se houver necessidade social para isso. As outras morfologias são mais automáticas. Segundo Bauer (2004), nestas morfologias, a existência ou não de determinadas classes é imposta por necessidades gramaticais.

*3.6. A existência de categorias que podem se manifestar por flexão ou derivação: evidências de um continuum entre flexão e derivação (MANOVA, 2005)*

Manova (2005) faz um estudo tipológico, com base em três línguas flexionais eslavas (búlgaro, russo e servo-croata), dos casos de flexão e derivação não-

prototípicos. Os casos não-prototípicos são categorias que podem ter manifestação flexional ou derivacional. As categorias analisadas foram as seguintes: formação de feminino a partir do masculino; diminutivos denominais e transformação para o imperfeito (*imperfectivization*).

A manifestação flexional ou derivacional de uma mesma categoria aponta para a existência de semelhanças entre os processos morfológicos. Para Manova, é necessário analisar flexão e derivação através de um *continuum*. A ideia defendida por Manova é adequada à realidade linguística. Se uma mesma categoria se manifesta por flexão e derivação numa língua, isso constitui uma evidência de que há semelhanças entre tais processos morfológicos.

### *3.7. Marcas formais que são flexionais em alguns vocábulos e derivacionais em outros: a análise do inglês antigo (GONZÁLEZ TORRES, 2010)*

González Torres (2010), através da análise do inglês antigo, verifica sobreposição de flexão e derivação em alguns afixos. Alguns afixos, em determinadas palavras, têm uma função apenas flexional, mas, em outras, servem de base à derivação. O sufixo *-a*, por exemplo, pode marcar o singular nominativo de nomes masculinos ('adela', que significa 'lama'; 'tosca', que significa 'sapo') ou cumprir relação morfológica com outra palavra ('fulwa' – que significa 'encalçar' - < 'fulwian' – que significa 'batizar'-; 'andetta' – 'alguém que confessa'- < 'andettan' – 'confessar'). Quando marca o singular nominativo de nomes masculinos, a função do sufixo *-a* é exclusivamente flexional. Já nos casos em que *-a* é base para a derivação, é um sufixo flexional e derivacional. Outros sufixos que têm características de flexão e derivação no inglês antigo são *-e*, *-o* e *-u*.



González Torres (2010) defende que os sufixos *-a*, *-e*, *-o* e *-u* são meios flexionais que adquirem a função adicional de expressar derivação. Sendo assim, esses sufixos expressam derivação por meios flexionais e representam uma continuidade entre flexão e derivação no inglês antigo. A autora acredita que flexão e derivação devem ser descritos como pertencentes a um *continuum* morfológico.

Para defender uma continuidade entre os processos, cita Shopen (1985). Não há realizações formais (afixação, alternância vocálica) exclusivas da flexão ou da derivação segundo o autor. Os dois processos lançam mão das mesmas marcas formais. Além disso, a distinção também não pode ser feita tendo em vista as categorias envolvidas, já que uma categoria derivacional em uma língua pode ser flexional em outra.

Ao analisar a função dos sufixos do inglês antigo, González Torres (2010) observa que esses sufixos podem alimentar a derivação ou a composição. Ocorrem meios flexionais que adquirem a função de servir de base a outras palavras através da derivação ou da composição.

### *3.8. Reflexões sobre as abordagens apresentadas*

Mesmo tendo realizado uma análise muito coerente dos diversos significados e funções de marcas morfológicas nas línguas, acreditamos que a opção de Bauer (2004) de defender a existência de seis morfologias (contextual, inerente, avaliativa, transposicional, de mudança de valência e de expansão do léxico) deve ser evitada.

Propor a existência de seis processos morfológicos em detrimento de dois seria muito pouco econômico e poderia causar um alto custo à descrição das línguas naturais. Além disso, sabemos que há semelhanças entre marcas contextuais / inerentes (flexão);

transposicionais / avaliativas / de expansão do léxico (derivação). Talvez seja mais interessante propor a existência de dois polos (flexão e derivação): cada um com diversas marcas formais que apresentam variadas funções e significados. Defendemos não só a existência de semelhanças entre diferentes marcas de um polo, mas também a continuidade / gradiência entre os dois polos.

Booij (1996) afirma que flexão e derivação são processos distintos, mas ocorrem no mesmo componente: o lexical (componente morfológico). O autor demonstra a necessidade de separar a flexão em dois tipos: inerente e contextual. Evidencia ainda que a flexão inerente deve se colocar entre os polos da flexão contextual e da derivação. Só a flexão inerente que apresenta algumas semelhanças com a derivação.

Booij (2006) distingue flexão e derivação e aponta diferenças entre esses processos verificadas através da análise de alguns critérios. Posteriormente, evidencia que, quando se inspecionam marcas morfológicas por esses critérios, ocorrem lacunas. O autor não se pauta nas semelhanças, na continuidade entre flexão e derivação. O que faz é distinguir os processos e demonstrar que estes interagem. Além disso, propondo uma distinção entre flexão inerente e contextual, defende a hipótese de que só a flexão inerente realiza interação com a derivação.

Winter (2011) também observa lacunas nos critérios que distinguem flexão e derivação quando se analisam os dados. Além disso, afirma que os autores que distinguem os processos totalmente (de modo discreto) dão, necessariamente, peso diferente aos critérios: consideram alguns em detrimento de outros. Sendo assim, defende uma visão gradiente para os dados.

Manova (2005) e González Torres (2010) também defendem essa gradiência entre flexão e derivação. Para verificarem isso, buscam fatos linguísticos concretos. O primeiro, num estudo tipológico de três línguas flexionais eslavas (búlgaro, russo e

servo-croata), comprova essa semelhança entre os processos através da evidência de, numa mesma língua, uma categoria funcionar como flexional ou derivacional.

A evidência apontada por González Torres (2010), num estudo do inglês antigo, é o fato de uma mesma marca morfológica apresentar função flexional e derivacional. Existem meios flexionais que adquirem funções derivacionais; esse fato aponta para a continuidade entre os dois processos morfológicos.

Esses autores (WINTER, 2011; MANOVA, 2005; GONZÁLEZ TORRES, 2010) apresentam evidências concretas de que uma distinção total, discreta, entre flexão e derivação não é o modo mais eficiente de entender estas duas principais áreas da morfologia. Observam que a visão que separa as “morfologias” não dá conta efetivamente dos dados.

### *3.9. Próximos passos: a análise de características derivacionais nos afixos de modo-tempo-aspecto e número-pessoa*

Neste capítulo da Tese, explicitamos uma série de abordagens que defendem uma distinção gradiente entre os processos morfológicos. Os autores, fundamentando-se em argumentos variados, defendem que não há fronteiras rígidas entre essas duas principais áreas da morfologia. Na nossa Tese, pretendemos demonstrar que é necessário e fundamental propor uma distinção gradiente entre flexão e derivação para os afixos verbais de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) no português.

No próximo capítulo, apresentamos características derivacionais dos afixos de MTA e NP para fundamentar a necessidade de uma abordagem não-discreta para essas marcas formais de verbo. À medida que for necessário, utilizamos alguns critérios e

argumentos já abordados ao longo deste Capítulo, a fim de entender as características não flexionais dessas marcas verbais do português.

#### 4) CARACTERÍSTICAS DERIVACIONAIS NOS AFIOS DE MTA e NP

Gonçalves (2005; 2011) explicita um conjunto de critérios objetivos utilizados na literatura morfológica para distinguir afixos flexionais de derivacionais. Relevância sintática, meios de materialização, lexicalização, mudança de classe e posição da cabeça lexical são alguns dos critérios apontados pelo autor.

Segundo Gonçalves (2005; 2011), uma análise efetiva dos dados através desses critérios aponta para semelhanças entre os processos flexional e derivacional: “*é extremamente difícil encontrar afixos ‘bem-comportados’, em que todos os critérios levem à mesma caracterização.*” (GONÇALVES, 2011, p. 68). Piza (2001) foi pioneira, em trabalhos de grau acadêmico, na análise de marcas morfológicas do português através de uma visão gradiente. A autora, através da análise de critérios objetivos, constatou que as marcas de gênero, número e grau não podem ser consideradas 100% flexionais ou derivacionais e elaborou um *continuum* para essas marcas. Nessa escala, número apresenta mais características flexionais e grau, menos características flexionais; já gênero se encontra numa posição intermediária.

Neste Capítulo, inspecionamos as marcas de MTA e NP através de alguns critérios objetivos, demonstrando que há características derivacionais nesses formativos. Com isso, evidenciamos que um olhar que considera essas marcas verbais como totalmente flexionais não é inteiramente adequado para a morfologia verbal.

##### 4.1. Estabilidade semântica?

Para separar, discretamente, flexão e derivação, um dos critérios utilizados é a estabilidade semântica (CÂMARA JR., 1970; SANDMANN, 1991; LAROCA, 1994).

Afirma-se que afixos flexionais são estáveis semanticamente, pois não sofrem modificação de sentido. Por essa perspectiva, afixos de MTA sempre indicariam significados modo-tempo-aspectuais: *-ra* manifestaria o conteúdo de PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO, *-ria*, de FUTURO DO PRETÉRITO; afixos de NP, por sua vez, veiculariam apenas significados número-pessoais: *-mos* informaria 1ª PESSOA DO PLURAL (P4) e a nasalidade<sup>19</sup> indicaria a 3ª PESSOA DO PLURAL (P6). Inspeccionando efetivamente os dados verbais da língua, verificamos que nem sempre ocorre estabilidade semântica ao serem anexados afixos de MTA e NP a um tema verbal.

Nesta Tese, não delimitamos nenhum tipo de *corpus* para buscar os dados. Utilizamos dados de quaisquer fontes possíveis. Desse modo, utilizamos exemplos de gêneros da *internet*, de entrevista, de conversas e até apontamos alguns casos não atestados, porém totalmente possíveis de serem produzidos. Optamos por essa estratégia, porque é importante, no trabalho, observar dados que apontem para a competência linguística e para a criatividade dos falantes. Quanto mais natural e sem pressão for o uso linguístico, maior a possibilidade de ocorrer um comportamento não-flexional.

Além disso, entendemos que as marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa apresentam mais características flexionais que derivacionais. O que nos importa é verificar o que há de derivacional em algumas dessas marcas a fim de propor uma visão que não separe os processos discretamente. Para que possamos analisar toda e qualquer característica derivacional, não podemos fazer restrição de fontes. Precisamos, ao contrário, abranger o maior número possível destas.

---

<sup>19</sup>Estamos seguindo a proposta de M. Câmara Jr. (1970) para a marca morfológica de 3ª PESSOA DO PLURAL. O autor representa a marca de P6 através de um arquifonema /N/. Independente da realização gráfica como 'o' (jogarão) ou 'm' (jogam), sempre se realiza P6 através de um arquifonema nasal. Em muitas obras (p. ex., Monteiro, 1991), admite-se -m como desinência.

#### 4.1.1. *Lexicalização semântica* (BAUER, 1983)

Bauer (1983) define lexicalização como irregularidade, arbitrariedade. Quando ocorre lexicalização semântica, o sentido de um vocábulo não equivale à soma de suas partes constitutivas. Evidenciamos, nas subseções a seguir, que a utilização de MTA e NP não necessariamente tem, como resultado, um sentido número-pessoal ou modo-tempo-aspectual, mas sentidos “não-composicionais<sup>20</sup>”, opacos.

Em alguns contextos, verificamos que palavras com marcas de MTA de pretérito perfeito do indicativo e de NP de P3 ou P1, assim como formas no presente do indicativo e P3, podem indicar ‘impressão sobre algo ou alguém’. Dizendo de outro modo, as formas modificadas em MTA e NP, nesses contextos, não indicam eventos, mas denotam juízo de valor positivo ou negativo sobre situações ou referentes. Essa indicação de expressividade, função geralmente atribuída à morfologia derivacional, demonstra que as marcas verbais de MTA e NP passam por lexicalização semântica.

As formas nominais são mais um exemplo de uso de marcas verbais que passam por lexicalização<sup>21</sup> semântica; verificamos que as formas nominais perdem, em determinados contextos, o significado composicional para adquirir outros sentidos que são ativados através das habilidades cognitivas metáfora e metonímia.

Apresentamos abaixo exemplos desses dois casos de lexicalização semântica por que passam as marcas verbais. Expomos, primeiro, a indicação de expressividade (seção

---

<sup>20</sup> Entende-se não-composicional, “opaco”, como diferente daquilo que prevê a descrição morfológica que separa totalmente flexão e derivação. Apesar de esses usos, geralmente, não serem descritos, são utilizados e reconhecidos normalmente pelos falantes.

<sup>21</sup> Por nos ancorarmos numa concepção cognitivista de língua, acreditamos que mudanças de significado são motivadas e apresentam sempre uma explicação com base em habilidades cognitivas e no conhecimento de mundo. Usamos o termo lexicalização para respeitar a nomenclatura criada para avaliar o caráter flexional/derivacional de marcas, já que a ideia deste capítulo é demonstrar que, mesmo por esses critérios, não é possível considerar marcas verbais como totalmente flexionais. O termo lexicalização consiste numa concepção de léxico como o local das irregularidades; concepção à qual não nos filiamos. Posteriormente, utilizaremos os termos lexicalização categorial e instabilidade categorial, mas é importante ressaltar que acreditamos em motivações para todas essas alterações, o que ficará ainda mais evidente no capítulo 5.

4.1.1.2) e, posteriormente, discutimos a não-composicionalidade do significado das formas nominais, com ênfase na análise do particípio.

#### *4.1.1.2. Efeitos expressivos*

Os autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação afirmam que só é possível indicar ponto de vista com relação a algo ou alguém através de afixos derivacionais. Afixos flexionais, estáveis semanticamente, nunca teriam uma função avaliativa. Como afirma Gonçalves (2011), segundo o critério efeitos expressivos, a derivação pode ser usada para que falantes exteriorizem a sua avaliação positiva ou negativa a respeito do que falam. Já a flexão não serve a esse propósito, não tem essa função pragmática.

Em nossa pesquisa, verificamos que, através do uso de MTA e NP, indica-se uma avaliação positiva ou negativa do falante com relação ao que se diz. Em outras palavras, é possível efetivar a função pragmática de avaliação através do uso de afixos de MTA e NP.

(7)

*Tema verbal + MTA: pretérito mais-que-perfeito do indicativo + NP: 3ª pessoa do singular (P3) → ‘ponto de vista positivo do falante’*

Matheus: Eu acho que vou passar.

José: *Tomara!*



Matheus: Ela me perdoou.

Juliana: Também, *pudera!*

*Quisera* eu ser rico.

Quem *dera*<sup>22</sup> entrar naquela empresa!

Nesses dados, o uso das formas verbais tem como resultado um sentido interjectivo: ‘desejo de que algo aconteça’. Esses usos mostram que, em discursos efetivos, MTA e NP podem expressar sentidos diferentes de conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Algumas formas verbais na P3 do pretérito mais-que-perfeito não expressam mais os conteúdos ‘processo que ocorreu num passado anterior a outro evento que também se deu no passado’ e 3ª PESSOA DO SINGULAR.

Por mais que esse padrão não seja produtivo na formação de novos dados no português, usos como ‘quisera’, ‘pudera’ e ‘tomara’, nos exemplos citados acima, exercem, na interação, a função de expressar um sentimento positivo, o desejo do locutor de que algo aconteça. O falante, através desses verbos, exterioriza uma ‘impressão positiva sobre eventos’. Em outras palavras, essas formas adquirem um sentido interjectivo com um papel fundamental na interação.

É interessante citar que a utilização do afixo de MTA de pretérito mais-que-perfeito, *-ra*, informando um conteúdo modo-tempo-aspectual de ‘passado anterior a outro passado’ caiu em desuso no português do Brasil (GONÇALVES, 1993). Os falantes informam esse conteúdo através de uma locução formada pelos verbos

---

<sup>22</sup> Este verbo, no pretérito mais-que-perfeito e na P3, só indica uma impressão sobre algo quando está acompanhado do sujeito ‘quem’.

auxiliares ‘ter’ ou ‘haver’ no pretérito imperfeito do indicativo + verbo principal no particípio passado (‘tinha cantado’; ‘tinha amado’).

Uma outra possibilidade atestada é o uso do pretérito perfeito no contexto de pretérito mais-que-perfeito. Utiliza-se “ele foi embora quando o procuraram”, em vez de “ele fora embora quando o procuraram”. Parece que o uso do afixo *-ra* se especializou em realizar a função pragmática de indicar ‘uma impressão sobre algo’. Abaixo, apresentamos mais um caso de indicação de expressividade através do uso de MTA e NP.

(8)

*Tema verbal + MTA: pretérito perfeito do indicativo+ NP: 3ª pessoa do singular → sentido: “falante expressa um ponto de vista positivo com relação ao que se diz”:*

Matheus: Vamos jogar futebol?

José: ***Demorou.***

Juliana: Eu queria que você namorasse a Fernanda, o que acha?

José: ***Formou.***

Matheus: Você vai trabalharna segunda, mas folgará durante esse fim de semana.

José: ***Valeu!***

Matheus: Estou querendo sair na sexta.

José: Então, ***fechou!***

A utilização de MTA, PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO, e NP, 3ª PESSOA DO SINGULAR, não expressa o sentido previsível: ‘processo verbal pontual que ocorreu no passado (significado modo-tempo-aspectual) e foi realizado por um participante (significado número-pessoal)’, mas uma nova noção, sendo a construção opaca em relação ao sentido previsto (composicional<sup>23</sup>). Através de uma palavra no pretérito perfeito do indicativo e na 3ª pessoa do singular, o falante pode expressar uma ‘avaliação positiva com relação a uma situação’. Como verificamos abaixo, através do uso de MTA e NP, também é possível indicar uma avaliação negativa com relação ao que se diz.

(9)

*Tema verbal + MTA: pretérito perfeito do indicativo + NP: 1ª pessoa do singular → sentido: ‘falante expressa um ponto de vista negativo (pejorativo) com relação ao que se afirma’:*

Eu achei sua roupa muito *cheguei*.

Sofia e seu olhar *caguei*<sup>24</sup> para vocês todos<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> De acordo com a Linguística Cognitiva, o significado não é composicional; através do uso de habilidades cognitivas pelos interlocutores, as palavras ativam determinadas cenas. Acreditamos nessa premissa cognitivista. Usamos, então, o termo composicional com o intuito de indicar que os significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais estão presentes na interpretação das palavras feita pelos falantes. Quando se expressa PRETÉRITO IMPERFEITO e P4 com ‘cantávamos’, isso significa que a palavra ativa a cena de um evento verbal em que significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais estão presentes.

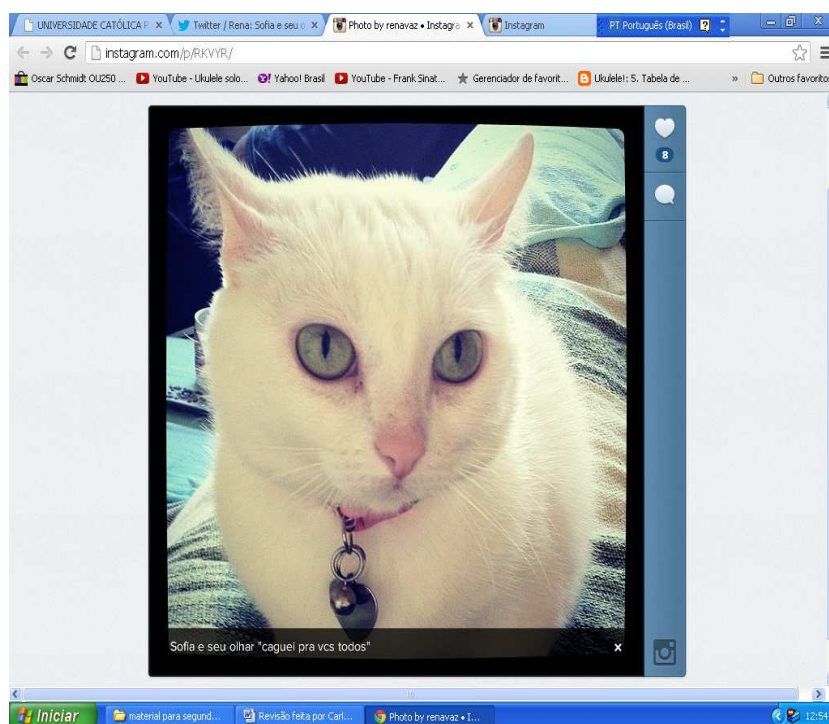
<sup>24</sup> ‘Cagar’ também pode expressar indiferença quando atua como verbo, independente da sua modificação modo-tempo-aspectual ou número-pessoal. Podemos ver isso em um exemplo como ‘Fulano caga para as críticas que recebe’.

<sup>25</sup> Dado encontrado no twitter em que um usuário descrevia o olhar de sua gata numa foto; disponível em: <https://twitter.com/Rena/status/128090190639153152>

No primeiro dado, a terminação do verbo ‘chegar’ levaria aos seguintes conteúdos: PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO (MTA) e 1ª PESSOA DO SINGULAR (NP). O sentido do vocábulo não é o que se espera com o uso da marca morfológica, mas a expressão de um ponto de vista negativo do falante com relação ao que é dito: o falante usa um tom pejorativo com relação à roupa. Fica evidente, então, que marcas de MTA e NP apresentam também características derivacionais. Muitas vezes, o uso desses expedientes morfológicos de MTA e NP não apresenta estabilidade semântica, não informa os conteúdos previsíveis e serve para exteriorizar uma avaliação do falante sobre o que se afirma.

Com o segundo dado, através da forma em PRETÉRITO PERFEITO e 1ª PESSOA DO SINGULAR, indica-se uma impressão de indiferença com relação à situação e às pessoas (‘você todos’). Quando o usuário do *twitter* escreve isso para apontar o que o olhar de sua gata indica, tem noção, pelo menos implícita, de que o uso de ‘caguei’ serve à expressão de ponto de vista. É evidente que não se indicam conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais com esse uso. Vemos abaixo a foto, postada pelo usuário do *twitter*, em que seu animal de estimação apresenta um olhar indiferente:

(10)



#### 4.1.1.3. Mudança de significado em formas de participio

Como veremos no item 3.2.2, *Instabilidade categorial*, Vivas (2010) afirma que o participio passado no português apresenta flutuação categorial, visto que uma forma de participio não atua apenas como verbo, mas também como adjetivo e como substantivo. Quando se categoriza como substantivo, é comum, de acordo com Vivas (2010), o participio passar por especialização semântica. Em outras palavras, essa forma, atuando como substantivo, apresenta, muitas vezes, um significado não-composicional<sup>26</sup>; não necessariamente corresponde a um ‘verbo no participio’. Observemos abaixo alguns casos de formas participiais que atuam como substantivos e apresentam especialização semântica:

<sup>26</sup> Utilizamos não-composicional para indicar que não se ativa o significado de um evento verbal com a palavra.

(11)

O *imposto* está a cada dia mais caro no Brasil.

A *comida* daquele restaurante é excelente.

No churrasco, a *bebida* será por minha conta.

Essa *cantada*<sup>27</sup> que ela recebeu foi inesquecível.

Ele está envolvido numa *roubada*.

Nesses dados<sup>28</sup>, verificamos que, através de participípios, os falantes realizam a função de nomear. A rotulação ocorre por metonímia e metáfora. Para a Linguística Cognitiva, metáforas e metonímias são instrumentos cognitivos e, por isso, a linguagem cotidiana contém um grande número de expressões e palavras que se fundamentam nessas habilidades conceituais (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; CROFT, 1993; SILVA, 2006). Demonstramos abaixo a distinção entre metáfora e metonímia (SILVA, 2006, p. 122):

*Desde há mais de duas décadas que, predominantemente, G. Lakoff e M. Johnson (Lakoff & Johnson 1980, 1999, Lakoff 1987, 1990, 1993, Johnson 1987, Lakoff & Turner 1989), seguidos por, entre outros, Sweetser (1990), Gibbs (1994) e Kövecses (2002), estabelecem a distinção basicamente nos seguintes termos: a metáfora envolve domínios conceituais distintos, como um mapeamento (“mapping”), por uma série de correspondências ontológicas e epistêmicas, da estrutura de um domínio (origem) num outro (alvo), passando este a ser entendido em termos daquele, ao passo que a metonímia envolve um mesmo domínio conceptual, em que um subdomínio é tomado em vez de um outro (ou por todo o domínio, ou este por um dos seus subdomínios) [...] Explica Croft (1993) que a metonímia se*

---

<sup>27</sup> ‘Cantada’ é o único dado em que verificamos especialização semântica também na função de adjetivo (‘a menina *cantada*’) e de verbo (‘ele tinha *cantado* todas as vizinhas’).

<sup>28</sup> Encontramos, na pesquisa, dados participiais regulares e irregulares que passam por flutuação categorial. Quanto aos regulares, entendemos como formas de participípio todos os dados terminados em -da ou -do que tivessem um verbo correspondente. Desse modo, ‘cantada’ (‘cantar’) e ‘roubada’ (‘roubar’) foram considerados como participípios. Já ‘palhaçada’ e ‘meninada’, por não terem verbos correspondentes (‘\*palhaçar’, ‘\*meninar’), foram entendidos como substantivos em -ada.

*caracteriza por uma salientação de domínios (“domain highlighting”), no sentido de uma activação mental de um (sub)domínio pouco saliente por referência a outro mais saliente – em termos de Langacker (1984, 1993, 1999), zona activa (ZA) e ponto de referência (PR), respectivamente –, ao passo que o que é próprio da metáfora é um mapeamento de domínios (“domain mapping”).*

Com relação aos dados participiais expostos acima, em ‘imposto’, designa-se uma ‘taxa cobrada pelo governo’. Essa taxa é nomeada salientando-se apenas o subdomínio de IMPOSIÇÃO; ocorre metonímia (mapeamento intradomínial). Em outras palavras, dentre os diversos aspectos presentes no significado de ‘imposto’ (PREÇO, AUTOR DA COBRANÇA, CAUSA DA COBRANÇA, OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO, IMPOSIÇÃO DA TAXA), apenas o último é posto em relevo.

Em ‘bebida’ e ‘comida’, também ocorre nomeação por metonímia: para designar ALIMENTOS, coloca-se o MODO COMO ELES SÃO INGERIDOS como o aspecto central (subdomínio saliente), deixando-se de lado outras características como PREÇO, GOSTO, RECEITA etc. De acordo com Basilio (2011, p. 102), “*A metonímia se revela um instrumento não apenas para a eficiência da comunicação no nível dos enunciados, mas também para a eficiência do léxico enquanto sistema dinâmico provedor de signos nas línguas enquanto sistemas de comunicação*”.

Nos outros dois exemplos, a nomeação ocorre através de metáfora: entende-se um domínio semântico através de outro. Em ‘cantada’, designa-se a atitude de SEDUZIR ALGUÉM PELAS PALAVRAS através do ato de CANTAR (mapeamento interdomínial). Já no último dado, utiliza-se o domínio semântico ROUBO para indicar que a pessoa se encontra numa SITUAÇÃO RUIM, está numa ROUBADA. A motivação para esse uso é que o roubo é visto como algo negativo à sociedade e quem pratica esse ato é punido.

Existe uma série de outros dados de participios, regulares e irregulares, que podem se categorizar como substantivos apresentando, assim, novos significados

através das habilidades cognitivas metáfora e metonímia. Em (12), a seguir, arrolamos mais alguns exemplos que ilustram a polissemia do participio:

(12)

**'goleada'** ('partida em que um time vence o outro com uma diferença de, pelo menos, três gols no placar')

**'largada'** (início de uma corrida')

**'parada'** ('local em que o ônibus busca passageiros' ou 'significado de coisa: sentido abrangente que pode indicar vários referentes')

**'retirada'** ('ato de retirar algo ou alguém')

**'rodada'** ('marca o momento em que jogam todos os times de um campeonato; uma competição tem, geralmente, várias rodadas' ou 'o momento em que todos bebem em um evento')

**'partida'** ('jogo')

**'batida'** ('bebida alcoólica' ou 'situação em que um veículo bate')

**'descoberta'** ('ato de descobrir algo')

**'salgado'** ('um alimento frito ou assado - feito com sal, farinha de trigo etc. - que serve, em geral, como lanche')

**'simulado'** ('uma avaliação-teste que prepara para um concurso')

**'dado'** ('um elemento proveniente de pesquisa' ou 'instrumento utilizado em jogos de tabuleiro')

**'mexido'** ('tipo de comida em que se misturam diversos alimentos')

**'visto'** ('documento que possibilita uma pessoa a viajar para outros países' ou 'marca que atesta ter sido uma prova ou exercício avaliada/observada pelo professor')



**‘vista’** (local onde se observam belezas de uma região’ ou ‘revisão de uma prova que tem como objetivo a alteração da nota’)

**‘lotada’** (‘percurso de vans ou kombis’)

**‘perseguida’** (‘órgão genital feminino’)

**‘babado’** (‘fofoca’)

**‘pelada’** (‘partida de futebol não profissional’)

Pretendemos evidenciar, com esses exemplos, que participios, quando atuam como substantivos, deixam de indicar um evento verbal e adquirem novos significados (não-composicionais). Não indicamos a habilidade cognitiva envolvida em cada um desses dados, porque nosso objetivo, nesta Tese, não é realizar uma descrição detalhada da nomeação feita pelo participio, mas apresentar a instabilidade de significado das marcas participiais. Com esses exemplos, afirmamos que tais marcas passam por mudança de significado; portanto, apresentam características derivacionais. Na próxima seção, analisamos outra característica derivacional de algumas marcas de MTA e NP, a instabilidade quanto à categoria morfológica.

#### *4.2. Estabilidade categorial?*

Para separar discretamente os processos flexional e derivacional, costuma-se afirmar que, na flexão, base e produto têm uma mesma classe: a base ‘bonito’, quando afixada da marca morfológica de gênero feminino, a terminação *-a*, não muda a classe (continua adjetivo). Já afixos derivacionais podem causar mudança de classe: o sufixo *-izar*, quando anexado a uma base adjetiva, forma verbo (‘tranquilizar’); o sufixo *-mente*, ao se adjungir a bases adjetivas, forma advérbios: ‘felizmente’; ‘totalmente’. Desse

modo, por esse critério, os afixos *-mente* e *-izar* seriam derivacionais, considerando-se o *slogan* “morfologia que muda classe é derivação” (GONÇALVES, 2011).

Como as marcas de MTA e NP são consideradas flexionais, seria esperado que tais afixos fossem totalmente estáveis em termos de categoria. Em outras palavras, não seriam observadas irregularidades categoriais provenientes do acréscimo das marcas morfológicas para expressar tais significados gramaticais; estas marcas sempre formariam verbos ao se concatenarem a temas verbais. Verificamos que as palavras morfológicamente estruturadas com elementos de MTA e NP nem sempre são estáveis quanto à classe morfológica, ilustraremos isso a seguir fundamentando-nos em dois critérios: lexicalização categorial e instabilidade categorial.

#### 4.2.1. *Lexicalização categorial*

Todos os dados expostos no critério 4.1.1, *Lexicalização semântica*, podem ilustrar também a lexicalização categorial. A lexicalização categorial<sup>29</sup> (ou sintática) dá-se quando ocorre alguma irregularidade, desvio, em termos de classe no *input* ou no *output* de uma determinada formação. O sufixo *-dor*, a partir de bases verbais, forma substantivos: ‘vendedor’; ‘jogador’; ‘amador’, ‘empreendedor’. Vemos a seguir a RFP (Regra de Formação de Palavras) desse processo:  $[X]v \rightarrow [[X]v \text{ dor}]s$

Em casos como ‘lenhador’ e ‘aviador’, ocorre lexicalização categorial, já que há desvios, com relação à base, para a formação de substantivos agentivos. Nesses dois dados, a base é um nome (‘lenha’ e ‘avião’) e não um verbo (GONÇALVES, 2005, p. 54).

---

<sup>29</sup> Como evidenciamos na última nota, utilizamos o termo dado geralmente para respeitar a tradição dos estudos de flexão e derivação. No entanto, sabemos que essas modificações categoriais podem ser explicáveis, não são irregularidades.

#### 4.2.1.1. Uso de MTA e NP que forma interjeições

Para se conjugar um verbo em língua portuguesa, acrescentam-se sufixos de MTA e NP a um tema verbal, levando ao seguinte produto: um verbo morfologicamente complexo:

(13)

*Input*

*Output*

Tema verbal + SMTA + SNP → Verbo conjugado

Verificamos que, nos dados do critério 4.1.1, *Lexicalização semântica*, ocorre também lexicalização categorial. Há irregularidades no *output*; o acréscimo de marcas morfológicas de MTA ou NP a um tema verbal não necessariamente forma um verbo:

(14)

Matheus: Eu acho que vou passar.

José: ***Tomara!***

Matheus: Ela me perdoou.

Juliana: Também, ***pudera!***

***Quisera*** eu ser rico.

Quem *dera* entrar naquela empresa!

Matheus: Vamos jogar futebol?

José: *Demorou*.

Juliana: Eu queria que você namorasse a Fernanda, o que acha?

José: *Formou*.

Matheus: Você vai trabalhar na segunda, mas folgará durante esse fim de semana.

José: *Valeu!*

Matheus: Estou querendo sair na sexta.

José: Então, *fechou!*

Nesses dados, ocorre lexicalização categorial, porque os *outputs* realizam função de interjeição, o que não estaria em conformidade com o modelo em (13). A expressão de MTA (PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO ou PRETÉRITO PERFEITO) e NP (3ª PESSOA DO SINGULAR) cria interjeições nos contextos supracitados. Já a formação com PRETÉRITO PERFEITO e P1 leva à formação de adjetivos em ‘cheguei’ e ‘caguei’, como vemos abaixo:

(15)

Eu achei sua roupa muito *cheguei*.

Sofia e seu olhar *caguei* para vocês todos.

O vocábulo ‘cheguei’ modifica o nome ‘roupa’, caracterizando-o (por isso, deve ser classificado como adjetivo); ‘caguei’ também tem função adjetival, já que caracteriza o olhar de Sofia<sup>30</sup>. Todos esses dados de lexicalização categorial demonstram como marcas de MTA e NP podem não ser vistas como totalmente estáveis categorialmente. O uso desses formativos pode levar a *outputs* interpretados holisticamente (sem acesso às partes), evidenciando uma característica derivacional dos afixos verbais.

#### 4.2.1.2. *Uso de MTA e NP que forma marcadores discursivos*

Formas modificadas por MTA e NP podem criar marcadores discursivos. No português, a atuação como marcadores discursivos ocorre de modo regular com formas em P3. Quanto ao uso modo-tempo-aspectual, o verbo pode encontrar-se no presente do indicativo ou no pretérito perfeito. Verificamos abaixo alguns exemplos<sup>31</sup>:

#### *Formas modificadas em P3 e PRESENTE DO INDICATIVO:*

(16)

---

<sup>30</sup> O dado ‘caguei’, nesse exemplo, é interessante, porque apresenta uma flutuação categorial: ao mesmo tempo em que caracteriza o olhar (função de adjetivo), é modificado por um adjunto adverbial ‘para vocês todos’ (função verbal). Além disso, a caracterização realizada por ‘caguei para vocês todos’ é bem mais específica que uma caracterização feita por um adjetivo típico como, por exemplo, ‘indiferente’ (‘olhar indiferente’). Através do uso de ‘caguei’, apresenta-se uma expressividade maior ao se indicar indiferença.

<sup>31</sup> Esses dados foram coletados de interação real no uso da língua no orkut, facebook e em uma entrevista. Os quatro primeiros exemplos foram retirados do facebook e do Orkut com o auxílio de Patrícia Affonso de Oliveira, a quem prestamos nossos agradecimentos. Mantivemos os textos de forma semelhante à sua produção, conservando as convenções da escrita da internet. Os últimos dois dados foram encontrados em uma entrevista gravada no curso de Pós-Graduação da UFRJ na disciplina de Prosódia, ministrada por João Antônio de Moraes. A entrevista foi gravada em laboratório e tinha o objetivo de ter acesso a características prosódicas da fala expressiva. Não havia como foco encontrar esses dados que apontam características derivacionais das marcas de MTA e NP; apenas se pretendia avaliar a fala de uma informante quanto aos parâmetros acústicos.

Aí, se *liga*<sup>32</sup>, quando vc for ver o ingresso do Asa, me liga.

*Saca* só, vc tem o exercício de linguística?

Se *liga*, vou te dar umas dicas...

*Olha* só, enquanto vocês tavam de bob, eu tava pegando umas minas na rua, safados!

Então, as pessoas não querem se envolver, *entende*? Você... você pode ver uma turma de... pessoal assim de:... típico de Ipanema por exemplo... muito difícil se o indivíduo não tem assim uma formação mais... é:... humanista.. Mas, assim, é muito difícil dependendo da natureza da pessoa também *né*<sup>33</sup>?

Eu me senti numa, num jogo, onde, eu, não era simplesmente, se desse game over, era só continuar de novo, *sabe*? Era a minha vida ali, foi muito, muito esquisito, assim certamente.

*Formas variadas em P3 e PRETÉRITO PERFEITO*<sup>34</sup>:

(17)

---

<sup>32</sup> É importante ressaltar que é o verbo 'ligar' pronominal que apresenta essa possibilidade de atuar como marcador discursivo.

<sup>33</sup> Forma contraída: 'não' + 'é' (presente do indicativo). No uso, utiliza-se tanto 'né' como 'não é'.

<sup>34</sup> Os quatro primeiros dados foram retirados do orkut e do facebook com o auxílio de Patrícia Affonso de Oliveira. Já o último dado foi coletado da entrevista gravada no curso de Prosódia da UFRJ, indicada anteriormente na nota de rodapé 12.

Tudo bem contigo, cara? Espero que sim! Uma ótima semana pra vc, *falou*? Fui...

*Viu*, foi castigo! Rsrrsrsrs

Te adoro muito, *viu*?

Marca um dia pra eu botar fogo no seu colégio, *valeu*?

isso tudo isso tudo é:... eles tão tentando organizar eles tão tentando imitar a cidade é:... européia...*entendeu*? que tem essas... essas ruas de pedestres exclusivas e tal...

Essas formas vocabulares no presente do indicativo ou pretérito perfeito do indicativo, utilizadas em P3, adquirem a função de marcadores discursivos, visto que exercem uma função pragmática. Freitag (2009, p. 2) afirma que os marcadores discursivos “*conquistaram o status de categoria gramatical*” mesmo não sendo descritos na gramática normativa. Segundo Freitag (2009, p. 2), os marcadores discursivos devem ser conceituados da seguinte maneira:

*itens linguísticos que podem apresentar um duplo funcionamento: tanto de caráter textual – estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal – mantendo a interação falante/ouvinte e auxiliando no planejamento da fala (MARCUSCHI, 1989; GORSKI; ROST; DAL MAGO, 2004, entre outros).*

Quando utilizam marcadores discursivos como ‘viu’, ‘entendeu’ e ‘sabe’, os locutores verificam a coerência do seu discurso. Em outras palavras, parecem atestar se podem continuar com a mesma progressão temática que estão seguindo ou se

necessitam modificar a trajetória do seu texto, rever argumentos, descrições, utilizar outras estratégias etc.

Fundamentando-se em Martelotta, Votre & Cezário (1996), Freitag (2009, p. 3) afirma que essas formas verbais que atuam como marcadores discursivos passam por “discursivização”: *“o percurso de mudança de itens lexicais pode não acabar com o ganho de funções gramaticais, mas pode continuar em direção a funções de natureza pragmática, ligadas à interação e ao processamento da fala”*. Além disso, devem ser denominadas, segundo Macedo & Silva (1996), como requisitos de apoio discursivo, que são *“marcadores discursivos de natureza basicamente interpessoal, caracterizados por desempenhar funções relacionadas à organização da fala”* (FREITAG, 2009, p. 4).

Os usos acima evidenciam como a visão de que formas com marcas morfológicas de MTA e NP sempre funcionam como verbos e indicam conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais não é efetiva. Verificamos que marcas de MTA e NP não só adquirem, no discurso, sentidos diferentes como podem exercer diversas funções, inclusive no nível pragmático. Como afirma Freitag (2009, p. 5), esses itens linguísticos, mesmo tendo origem verbal, *“não se comportam como flexões dos verbos entender, saber e ver”*. A autora ainda realiza uma descrição em que explicita o uso desses verbos como marcadores discursivos:

*Em sua trajetória de mudança, entendeu?, sabe? e viu?, inseridos em início de construções plenamente interrogativas que solicitam a aquiescência do ouvinte, incorporam traços pragmáticos de interpessoalidade, relacionados a atos de fala diretos. Deslocando-se para outros pontos na frase acabam por ocupar posições que não são ocupadas por verbos e fixar sua forma, tornando-se invariáveis (ou estando a caminho de ficar invariáveis) cristalizando-se em um tempo e pessoa específicos. Assim, um dos aspectos mais visíveis que diferenciam as formas usadas como requisitos de apoio discursivo das formas verbais é sua fixação em uma certa forma, entonação e posição linguística. Segundo Macedo e Silva (1996, p. 17) entendeu?, sabe? e viu? diferenciam-se dos respectivos verbos de origem por receberem uma pronúncia mais rápida, maior contorno interrogativo,*



*fixando-se em final de enunciado e na terceira pessoa. (FREITAG, 2009, p. 5-6)*

Itens linguísticos de apoio discursivo como ‘tá’ e ‘né’, além de função pragmática, “*desempenham o papel de manter e ritmar o turno do falante*” (FREITAG, 2009, p. 6). Em outras palavras, além da importância na interação, esses marcadores discursivos exercem funções gramaticais relacionadas à organização do texto.

O uso de formas verbais atuando pragmaticamente como marcadores discursivos tem motivações sociocognitivas. A flexão de NP é em P3. Defendemos a visão de que isso se relaciona muito provavelmente com o fato de essas formas sempre ocorrerem na interação entre um locutor e um interlocutor. O interlocutor a quem o locutor se refere remete atualmente à segunda pessoa do discurso, que é expressa na grande maioria do território brasileiro por ‘você’ (pronome que concorda com o verbo flexionado em 3ª pessoa). Mesmo nos locais em que há o uso de ‘tu’, vem crescendo a utilização deste pronome com o verbo flexionado em P3 (‘tu joga’, ‘tu fala’<sup>35</sup>). Desse modo, é coerente a forma verbal que atua pragmaticamente como marcador discursivo estar, em geral, na 3ª PESSOA DO SINGULAR.

Quanto à variação em MTA, verificamos que essas formas vocabulares que atuam pragmaticamente sempre estão no PRESENTE DO INDICATIVO ou no PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO. Isso tem total relação com a função que essas formas exercem. Como ressaltamos acima, a função dessas formas (‘entendeu’, ‘valeu’, ‘sabe’, ‘olha’) é garantir a continuidade do discurso. Para garantir essa continuidade, são fundamentais dois aspectos: 1) verificar se o que foi dito

---

<sup>35</sup>“Há, no total, em PB, três formas de expressar a segunda pessoa: (i) pronome tu + verbo de segunda pessoa: tu és / tu vais; (ii) pronome tu + verbo de terceira pessoa: tu é / tu vai; (iii) pronome você e verbo de terceira pessoa: você é / você vai. Uma ou outra das duas primeiras soluções prevalece conforme a região nos três estados da região Sul. Na fala carioca, encontramos a segunda e a terceira. Nas regiões Norte e Nordeste, também encontramos (i) e (ii). A solução com você + verbo de terceira pessoa prevalece no restante do país.” (ILARI & BASSO, 2009, p. 169)

anteriormente foi coerente ao interlocutor, teve sentido e 2) perceber se pode continuar com o discurso; para isso, é fundamental compreender a resposta do interlocutor com palavras ou gestos.

O aspecto 1) tem relação com a noção de PASSADO do pretérito perfeito: o locutor verifica se o que falou anteriormente foi coerente, teve a interpretação que ele desejava. Já o aspecto 2) baseia-se na noção de PRESENTE, já que o locutor atesta se pode continuar com o seu discurso, percebe se o interlocutor continua tendo um alto grau de aceitabilidade para com o texto. Em outras palavras, a mudança de significado dessas formas se deu por polissemia; não ocorreu assistematicamente, foi motivada. Um outro critério que explicita a falta de estabilidade de classe em MTA e NP é instabilidade categorial.

#### *4.2.2. Instabilidade categorial*

As formas nominais do verbo (gerúndio, particípio e infinitivo) não têm uma classificação estável. Os afixos responsáveis pela categorização das chamadas formas nominais do verbo ligam-se a temas, fazendo com que estes tenham um comportamento instável categorialmente; esses afixos proporcionam que a base possa se categorizar em mais de uma classe. A título de ilustração, apresentamos abaixo a instabilidade categorial do particípio passado:

(18)

O homem tinha *cantado* a sua vizinha. (verbo)

A mulher *cantada* ficou contente. (adjetivo)

A *cantada* deixou a mulher feliz. (substantivo)

O assaltante tinha sido *descoberto* pela polícia. (verbo)

O assaltante *descoberto* foi preso. (adjetivo)

A *descoberta* do assaltante alegrou os moradores da cidade. (substantivo)

Ele tinha *imposto* aquele alto valor. (verbo)

O valor *imposto* foi alto. (adjetivo)

O *imposto* do Brasil é um dos mais caros do mundo. (substantivo)

Esses dados indicam que os diversos papéis assumidos pelo particípio passado não são apenas casos de mudança de função de acordo com o contexto sintático. Como afirma Vivas (2010), afixos participiais (regulares ou irregulares) ligam-se a bases verbais levando a uma instabilidade categorial; a classe da forma participial é flutuante.

Formas nominais, como particípio passado, gerúndio e infinitivo, aparecem em Gramáticas Tradicionais (ROCHA LIMA, 1972; CUNHA & CINTRA, 1985) na seção de conjugação verbal, o que demonstra serem esses afixos considerados flexionais pela tradição gramatical. Os autores que acreditam na oposição discreta entre flexão e derivação alegam que afixos flexionais são estáveis quanto à classificação, visto que o processo flexional não levaria à mudança de classe.

Como vimos acima, afixos participiais levam o produto a se caracterizar como verbo, adjetivo e substantivo. O afixo participial *-do* não promove uma mudança de classe discreta, como a do sufixo *-dor* ou a do sufixo *-mente*, mas demonstra terem os afixos participiais características derivacionais por estarem longe de possuir estabilidade de classe.

As outras formas nominais também são instáveis categorialmente. Dessa forma, um gerúndio pode categorizar-se como verbo ('Estou *orientando* o seu trabalho') ou substantivo ('O *orientando* / A *orientanda* do professor José faltou hoje'), além de constituir orações adverbiais (que cumprem papel de advérbio), a exemplo de 'Passei a semana toda *orientando* meu aluno'.

Uma outra possibilidade é o gerúndio fazer parte de orações adjetivas (que funcionam como adjetivos): 'O professor *orientando* alunos da graduação precisa ter muita paciência'. O infinitivo também pode se categorizar como verbo ('Vou *poder* falar com você na próxima semana sobre esse assunto') ou substantivo ('O *poder* atrapalha os homens').

#### *4.3. Marcas de MTA e NP: criação de palavras*

Geralmente, afirma-se, em morfologia, que marcas flexionais não possibilitam a criação de vocábulos nas línguas (BOCHNER, 1984; COLNAGHI, 2006; ROSA, 2000). Verificamos que formas verbais que informam conteúdos de MTA e NP podem participar do processo de formação de palavras em português. Existem formas de participípio, gerúndio e infinitivo que alimentam a criação de palavras através do uso de sufixos<sup>36</sup>:

(19)

---

<sup>36</sup> É necessário deixar claro que todos esses exemplos ('quebradiço', 'boladona', 'cansadíssimo', entre outros) não chegam a ser novas palavras, porque o referente é o mesmo. O que se verifica, efetivamente, são bases (formas nominais) com marcas verbais modificadas por sufixos chamados, geralmente, de derivacionais.

*'quebrado'* > 'quebradiço'. *'cansado'* > 'cansadíssimo'; *'bolada'* > 'boladona'; *'animada'* > 'animadíssima'; *'babado'* > 'babadão', *'orientando'* > 'orientandozinho', 'orientandozão'; *'olhar'* > 'olharzão'; *'andar'* > 'andarzinho'.

Há também formas verbais variadas em modo-tempo-aspecto e número-pessoa que servem de base a processos de composição ('Maria-*vai*-com-as-outras'; *'portacopos'*; *'guarda*-chuva') e de reduplicação (*'corre-corre'*; *'bate-bate'*). Nesses casos, em que as formas verbais servem de base à composição e à reduplicação, os conteúdos de MTA e NP são PRESENTE DO INDICATIVO e P3. Como afirma Vialli (2013, p.117), ao descrever o polo formal da reduplicação, a base selecionada, nesse processo, é a P3 do presente do indicativo. A observação de dados modificados em MTA e NP em bases que participam da produção de palavras na língua evidencia a existência de atributos que fogem daquilo que é considerado flexional para a tradição.

#### 4.4. Meios de materialização

O critério meios de materialização, fundamentado na noção de univocidade, relação de uma forma para um conteúdo, aponta que conteúdos flexionais só têm manifestação morfológica. Quando há outras estratégias, além da morfológica, para expressar um conteúdo, diz-se que o conteúdo é derivacional (GONÇALVES, 2011).

No português, há concorrência de estratégias para indicar um conteúdo modo-tempo-aspectual. Uma noção modo-tempo-aspectual, muitas vezes, possui, em português, mais de uma forma de ser materializada morfológicamente, além de apresentar materializações sintáticas, como se vê em (20), a seguir:

(20)

Noção de futuro do presente:

Amanhã, eu *falarei* com ela.

Amanhã, *irei falar* com ela.

Amanhã, eu *vou falar* com ela.

Eu *falo* com ela *amanhã*.

Noção de pretérito imperfeito:

Eu *saía* com ela sempre às segundas.

Eu *ia sair* com ela sempre às segundas.

Ela *cantava* sempre naquele bar.

Ela *ia cantar* sempre naquele bar.

Noção de futuro do pretérito:

Se eu fosse você, eu *falaria* com ela amanhã.

Se eu fosse você, eu *iria falar* com ela amanhã.

Se eu fosse você, eu *falava* com ela amanhã.

Se eu fosse você, eu *ia falar* com ela amanhã.

Noção de imperativo:

Vocês, *venham* logo aqui.

Vocês, *vêm* logo aqui.

Vocês *vão vir* logo aqui.

Vocês *virão* logo aqui.

Noção de pretérito mais-que-perfeito:

Ele *jogara* futebol há muitos anos quando se tornou técnico.

Ele *tinha (havia) jogado* futebol há muitos anos quando se tornou técnico.

Ele *jogou* futebol há muitos anos; depois, tornou-se técnico.

Para indicar FUTURO DO PRESENTE, além do uso do afixo de MTA de futuro do presente, *-re*; *-ra*, como em ‘falarei’; ‘falará’, utiliza-se também a forma do presente do indicativo em um verbo modificado por um adjunto adverbial que indique futuro: ‘falo amanhã’. Além disso, ocorrem expressões sintáticas para manifestar essa noção: ‘irei falar’; ‘vou falar’. Além das marcas morfológicas *-va* e *-ia*, para expressar o conteúdo PRETÉRITO IMPERFEITO, utiliza-se também a estratégia sintática: ‘ia cantar’; ‘ia sair’ (verbo ‘ir’ no pretérito imperfeito do indicativo + verbo principal no infinitivo).

Para indicar FUTURO DO PRETÉRITO, além da estratégia morfológica (*-ria*), como em ‘falaria’, ocorre a utilização da marca de pretérito imperfeito, com certa frequência, nesses contextos (*-va*): ‘falava’. Além disso, os falantes também lançam mão de estratégias sintáticas para veicular a noção de FUTURO DO PRETÉRITO: ‘iria

jogar’ (materialização sintática do futuro do pretérito); ‘ia jogar’ (materialização sintática do pretérito imperfeito).

Para expressar a noção encontrada em formas imperativas, é comum utilizar-se a expressão morfológica de tempo presente do indicativo: ao lado de ‘venham’ (imperativo), ocorre ‘vêm’ (presente do indicativo). Um outro uso frequente para dar ordens, conselhos ou fazer pedidos às pessoas (contexto de imperativo) é preencher o sujeito (que representa o interlocutor) e colocar o verbo no futuro através de estratégia morfológica (‘vocês virão’) ou sintática (‘vocês vão vir’).

A noção de PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO tem materialização morfológica (‘jogara’) e materialização sintática (‘tinha jogado’, ‘havia jogado’). Uma outra possibilidade de realização formal no contexto de pretérito mais-que-perfeito, atestada no uso da língua, é o uso do verbo no pretérito perfeito (‘jogou’).

Há outros contextos modo-tempo-aspectuais para os quais existem variadas estratégias para veicular um significado. Frequentemente, em algumas variedades da língua, utilizam-se marcas morfológicas do modo indicativo em contexto de subjuntivo: ao lado de “Você quer que eu te chame de quê?”, ocorre o uso “Você quer que eu te chamo de quê?”. Verificamos abaixo as possibilidades de manifestação morfológica nos tempos ‘presente’ e ‘futuro’ do ‘modo subjuntivo’:

(21)

*Noção de presente do subjuntivo:*

Duvido que ele *jogue* mais que eu.

Duvido que ele *joga* mais que eu.



*Noção de futuro do subjuntivo:*

Se ele *falar* comigo, eu explico toda a situação.

Se ele *fala* comigo, eu explico toda a situação.

Para manifestar o conteúdo PRESENTE DO SUBJUNTIVO no português do Brasil, ocorre uma variação entre o uso de marcas morfológicas de presente do subjuntivo (apresentado na norma padrão) e o uso de presente do indicativo. O presente do indicativo também é utilizado com frequência no contexto de futuro do subjuntivo.

Como verificamos acima, através da análise do uso de verbos no português do Brasil, é incontestável que não se verificam apenas estratégias morfológicas na manifestação dos conteúdos de modo-tempo-aspecto. Além disso, é uma ilusão pensar na existência de relações unívocas. Além de expressões sintáticas em diversos contextos de MTA, ocorrem também manifestações morfológicas não previstas pela tradição<sup>37</sup>. Marcas formais idênticas são usadas para expressar diferentes significados modo-tempo-aspectuais: presente do indicativo para expressar a noção de FUTURO DO PRESENTE e FUTURO DO SUBJUNTIVO; pretérito imperfeito do indicativo ocorrendo no contexto de FUTURO DO PRETÉRITO etc.

Um outro meio de materialização morfológica sistemático e frequente nas construções verbais do português é a fusão. Bybee (1985: 36) sistematiza o processo morfológico fusão da seguinte maneira: “*Conteúdos relevantes semanticamente tendem*

---

<sup>37</sup> Certamente, cada manifestação morfológica ou sintática que ocorre em determinado contexto apresenta um significado ou função pragmática diferente; não há sinônimos perfeitos na língua. Nesta Tese, não nos interessa analisar as diferenças entre usos num mesmo contexto, mas sim verificar que há estratégias diversificadas atuando num mesmo contexto, e isso evidencia atributos derivacionais para as marcas de MTA.

*a se fundir no radical dos verbos. Desse modo, significados gramaticais relevantes tendem a aparecer expressos no radical dos verbos.”.*

Mudanças no radical verbal, muitas vezes, são reflexos de fusão de algum conteúdo gramatical. Vivas (2011) verifica, em português, fusão de conteúdos de modo-tempo-aspecto e de número-pessoa no radical do verbo.

#### *4.4.1: A fusão: outro meio de materialização morfológica*

Vivas (2011) analisa fusões de conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais, sistematizando esse processo em língua portuguesa. A marca morfológica de 1ª e 3ª pessoas do singular, na grande maioria dos tempos verbais do português, é considerada “zero”. Verificamos que, muitas vezes, a língua utiliza a fusão (mudança no radical do verbo) para expressar essas noções; a fusão parece ser uma maneira de compensar a marca “zero”, uma ausência de expressão formal. Abaixo, vemos exemplos de fusão de NP por alternância vocálica:

(22)

*Padrão A:*

t[ <b>i</b> ]ve	est[ <b>i</b> ]ve	f[ <b>u</b> ]i	p[ <b>u</b> ]de
t[ <b>e</b> ]ve	est[ <b>e</b> ]ve	f[ <b>o</b> ]i	p[ <b>o</b> ]de

*Padrão B:*

cons[ <b>i</b> ]go	div[ <b>i</b> ]rto	desc[ <b>u</b> ]bro	d[ <b>u</b> ]rmo
cons[ <b>ε</b> ]gue	div[ <b>ε</b> ]rte	desc[ <b>ɔ</b> ]bre	d[ <b>ɔ</b> ]rme

Nesses dados, a informação de primeira e terceira pessoa ocorre pela qualidade da vogal na sílaba tônica do radical. Desse modo, vogal alta indica 1ª PESSOA DO SINGULAR e vogal média, 3ª PESSOA DO SINGULAR. Vivas (2011) observou a existência de dois padrões (A e B) nos casos de fusão por alternância vocálica, como observamos acima. No padrão A, encontram-se os casos de fusão de P1 e P3 no pretérito perfeito do indicativo; a vogal média, nesse caso, é sempre média-alta. Além disso, a alternância vocálica é a única responsável pela informação de P1 e P3.

No padrão B de fusão por alternância vocálica, a vogal média é realizada como média-baixa ('desc[ɔ]bre'; 'div[ɛ]rte'), exceto quando antecede uma consoante nasal ('cons[o]me'; 'desm[e]nte'). Nesse padrão, a informação de número-pessoa acontece no presente do indicativo: a fusão em P1 coocorre com a marca *-o* (em 'acudo', reforça-se a noção de P1 expressa na marca *-o*). Já em P3, a alternância vocálica é a única responsável por informar 3ª PESSOA DO SINGULAR ('ac[ɔ]de').

Ocorrem outros expedientes de fusão número-pessoal no português; dentre estes, podemos citar, no contexto de presente do indicativo, ditongação ('leio'; 'creio'), mudança na consoante final do radical ('perco'; 'posso'; 'digo'; 'ouço') e inserção consonantal ('vejo'; 'tenho'; 'venho'). Nesses três casos, a fusão reforça a noção de P1, visto que as modificações no radical coocorrem com a marca *-o*, que já expressa a noção de PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR.

Mesmo quando, na norma culta, não há distinção entre a altura da vogal na 1ª e na 3ª pessoa, em algumas variedades linguísticas, o falante realiza esse padrão (vogal alta → 1ª PESSOA DO SINGULAR; vogal média → 3ª PESSOA DO SINGULAR). Assim, verificamos usos como 'tr/u/xé'; 'c/u/be'; 's/u/be' (P1 – padrão A) e 'v/ɛ/ve';

‘corr/ɛ/ge’; ‘div/ɛ/de’(P3 – padrão B). Os falantes identificam um padrão morfológico na língua e passam a aplicá-lo produtivamente.

No português, ocorre também fusão de MTA. Para informar PRESENTE DO INDICATIVO, a literatura morfológica indica que há uma marca morfológica “zero” (CÂMARA JR., 1970; LAROCA, 1994; KEHDI, 1990). Verificamos, porém, uma tendência, pelo menos no português brasileiro, a abrir a vogal tônica do radical no presente do indicativo, na 1ª Conjugação, e defendemos que isso é um exemplo de fusão do conteúdo PRESENTE através da alternância vocálica. Assim, há, na língua, a estratégia de abrir a vogal tônica (média) do radical para indicar presente, como vemos, abaixo, na conjugação dos verbos *jogar* e *pegar*:

(23)

#### ***Quadro Pronominal na Norma Padrão***

Eu	j/ɔ/go	p/ɛ/go
Tu	j/ɔ/gas	p/ɛ/gas
Ele	j/ɔ/ga	p/ɛ/ga
Nós	jogamos	pegamos
Vós	jogais	pegais
Eles	j/ɔ/gam	p/ɛ/gam

#### ***Quadro pronominal de uso no Brasil***

*Verbo 'jogar':*

Eu	j[ɔ]go
Você ~ Tu	j[ɔ]ga ~ j[ɔ]gas <sup>38</sup>
Ele	j[ɔ]ga
Nós ~ A gente	j[o]'gamos ~ j[ɔ]ga
Vocês	j[ɔ]gam
Eles	j[ɔ]gam

*Verbo 'pegar':*

Eu	p[ɛ]go
Você ~ Tu	p[ɛ]ga ~ p[ɛ]gas
Ele	p[ɛ]ga
Nós ~ A gente	p[e]'gamos ~ p[ɛ]ga
Vocês	p[ɛ]gam
Eles	p[ɛ]gam

É importante reforçar que a abertura de vogal (realização da média-baixa) acontece também no imperativo e no presente do subjuntivo; todos esses tempos têm em comum a informação de PRESENTE (ROCHA LIMA, 1972; VIVAS, 2009). Esse padrão de abertura de vogal é regular na primeira conjugação e, sempre que possível, o falante realiza a vogal média-baixa em prol da informação de PRESENTE: 'r/ɔ/bo'; 'r/ɔ/ba'; 'r/ɔ/bam'; 'est/ɔ/ro'; 'est/ɔ/ra'; 'est/ɔ/ram'.

Verificamos, então, que, em português, para indicar um significado verbal de MTA, além de manifestações sintáticas e de manifestações morfológicas não previstas pela maioria dos morfólogos (marcas de pretérito imperfeito no contexto de futuro do pretérito, uso de verbo no presente para expressar futuro), pode ocorrer informação

<sup>38</sup> No uso efetivo do Rio de Janeiro, é frequente o pronome tu com o verbo flexionado em 3ª pessoa do singular ('alm[ɔ]ça'). Essa forma não é marcada negativamente pelos falantes e vem se tornando cada vez mais frequente. Na Região Sul, o pronome tu com o verbo em 3ª pessoa é uma variante com alta realização.

gramatical através do mecanismo fusão (expediente morfofonológico produtivo).  
Ilustramos abaixo outros casos de fusão do conteúdo de PRESENTE por alternância  
vocálica realizados no uso, mesmo estando em desacordo com a norma culta:

(24)

almejar: alm[ɛ]ja, alm[ɛ]jo

arejar: ar[ɛ]ja, ar[ɛ]jo

azulejar: azul[ɛ]jo, azul[ɛ]ja

bocejar: boc[ɛ]jo, boc[ɛ]ja

invejar: inv[ɛ]ja, inv[ɛ]jo

velejar: vel[ɛ]ja, vel[ɛ]jo

anexar: an[ɛ]xo, an[ɛ]xa

vexar: v[ɛ]xo, v[ɛ]xa

bochechar: boch[ɛ]cho, boch[ɛ]cha

desfechar: desf[ɛ]cha, desf[ɛ]cho

fechar: f[ɛ]cha, f[ɛ]cho

flechar: fl[ɛ]cha, fl[ɛ]cho

espelhar: esp[ɛ]lho, esp[ɛ]lha

aparelhar: apar[ɛ]lho, apar[ɛ]lha

destelhar: dest[ɛ]lho.dest[ɛ]lha

Roubar: r[ɔ]bo, r[ɔ]ba

Agourar: ag[ɔ]ro, ag[ɔ]ra

Estourar: est[ɔ]ro, est[ɔ]ra

Pousar: p[ɔ]so, p[ɔ]sa

Repousar: rep[ɔ]so, rep[ɔ]sa

Não são muito comuns usos como ‘far[ɛ]ja’, ‘fest[ɛ]ja’, ‘gagu[ɛ]ja’, ‘man[ɛ]ja’, ‘plan[ɛ]ja’, ‘assem[ɛ]lha’, ‘acons[ɛ]lha’, mas, se passarem a ocorrer na língua, estarão a serviço da informação de presente. Mesmo quando a vogal média é seguida por uma semivogal, há uma tendência a abrir essa vogal. Verificamos essa abertura no ditongo “eu”: ‘end[ɛ]usa’, ‘end[ɛ]uso’, ‘end[ɛ]use’. No ditongo ‘ei’, essa abertura é vista em formas terminadas em ‘eiçar’, como ‘desb[ɛ]iça’, ‘desb[ɛ]iço’, ‘desb[ɛ]ice’; ‘emb[ɛ]iça’, ‘emb[ɛ]iço’, ‘emb[ɛ]ice’.

Formas terminadas em ‘eirar’ também sofrem abertura, mas acompanhada de monotongação, a exemplo de ‘abrasil[ɛ]ra’, ‘abrasil[ɛ]ro’, ‘abrasil[ɛ]re’; ‘b[ɛ]ra’, ‘b[ɛ]ro’, ‘b[ɛ]re’; ‘emband[ɛ]ra’, ‘emband[ɛ]ro’, ‘emband[ɛ]re’; ‘emparc[ɛ]ra’, ‘emparc[ɛ]ro’, ‘emparc[ɛ]re’; ‘emparec[ɛ]ro’, ‘emparec[ɛ]re’; ‘empo[ɛ]ra’, ‘empo[ɛ]ro’, ‘empo[ɛ]re’; ‘encarr[ɛ]ra’, ‘encarr[ɛ]ro’, ‘encarr[ɛ]re’; ‘enfil[ɛ]ra’, ‘enfil[ɛ]ro’, ‘enfil[ɛ]re’; ‘entrinch[ɛ]ra’, ‘entrinch[ɛ]ro’, ‘entrinch[ɛ]re’; ‘int[ɛ]ra’, ‘int[ɛ]ro’, ‘int[ɛ]re’; ‘man[ɛ]ra’, ‘man[ɛ]ro’,

‘man[ɛ]re’; ‘pen[ɛ]ra’, ‘pen[ɛ]ro’, ‘pen[ɛ]re’. A abertura em ‘aleijar’ também é acompanhada de monotongação: ‘al[ɛ]ja’, ‘al[ɛ]jo’, ‘al[ɛ]je’.

Os casos de aplicação produtiva de fusão de presente promovem inclusive pares mínimos na língua, como verificamos abaixo:

(25)

<i>Verbo que indica presente</i>	<i>Outra classe</i>
n[ɔ]iva/n[ɔ]ivo	n[o]iva/n[o]ivo
pern[ɔ]ite	pern[o]ite
f[ɔ]ice	f[o]ice
aç[ɔ]ite	aç[o]ite
af[ɔ]Ito	af[o]ito
r[ɔ]bo	r[o]ubo ou r[o]bo
tresl[ɔ]co	tresl[o]uco ou tresl[o]co
ag[ɔ]ro	ag[o]uro ou ag[o]ro
est[ɔ]ro	est[o]uro ou est[o]ro
p[ɔ]so	p[o]uso ou p[o]so
rep[ɔ]so	rep[o]uso ou rep[o]so

Além da alternância vocálica, reforçamos, há outros exemplos de fusão do



conteúdo PRESENTE em português: mudança na consoante final do radical (‘ouço’, ‘ouça’; ‘perco’, ‘perca’; ‘posso’, ‘possa’; ‘digo’, ‘diga’); acréscimo consonantal (‘veja’; ‘proveja’) e ditongação (‘presenteia’; ‘recheia’<sup>39</sup>; ‘caiba’; ‘saiba’; ‘queira’).

Na língua, também se buscam formas para indicar a noção de PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO. Assim, verificamos, por exemplo, a existência de diferentes formas de raiz, como *troux-* (‘trazer’); *coub-* (‘caber’); *pud-* (‘poder’); *estiv-*, *estev-* (‘estar’) e *soub-* (‘saber’), que veiculam a noção gramatical de tempo no pretérito perfeito do indicativo (VIVAS, 2011).

#### *4.4.2. As diversas manifestações morfológicas de MTA: característica derivacional*

As construções verbais do português não se estabelecem através de relações unívocas. No âmbito morfológico, ocorrem materializações formais não descritas pelos autores para indicar conteúdos modo-tempo-aspectuais; também ocorre o mecanismo da fusão, processo sistemático e produtivo. Além disso, noções modo-tempo-aspectuais são também expressas, muitas vezes, por expedientes sintáticos. A utilização de estratégias sintáticas, ao lado de estratégias morfológicas variadas, para expressar noções modo-tempo-aspectuais indica que marcas de MTA apresentam características derivacionais. Essa constatação reforça o que afirma Gonçalves (2011, p. 23-24):

*Ao que tudo indica, a naturalidade da flexão se mostra mais saliente nas categorias morfossintáticas realizadas por propriedades de concordância, como número e pessoa. No caso das propriedades inerentes, como tempo e aspecto, que não são ‘impostas pela posição*

---

<sup>39</sup> Todos os verbos terminados em -ear têm formas ditongadas por epêntese de -i que expressam a noção de ‘presente’. Como demonstra Vivas (2011), os falantes também aplicam a ditongação produtivamente ao aplicar o padrão de -ear nos verbos terminados em -iar (uso de ‘vareia’; ‘apreceia’) Estes usos costumam ser realizados por falantes com baixo grau de escolaridade.

*estrutural ocupada pela palavra, nem pelas propriedades de outras palavras na estrutura' (ANDERSON, 1982, p. 182), a seleção das marcas morfológicas pode depender da vontade do falante e apresentar concorrentes potenciais.*

#### *4.5. O uso improdutivo de marcas de MTA*

Em morfologia, costuma-se afirmar que marcas flexionais são produtivas. Como demonstramos no *Capítulo 2*, Booij (2006) defende que, quando existem duas estratégias flexionais que preenchem uma mesma função, há uma tendência de que uma dessas estratégias seja improdutivo. No português, o uso de afixo *-ra* para indicar a noção de PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO caiu em desuso na língua; muitos falantes nem reconhecem mais essa marca. A improdutividade desse expediente formal ocorreu devido à concorrência com a estratégia sintática 'verbo auxiliar *ter* ou *haver* no pretérito imperfeito + verbo principal no particípio' ('*tinha jogado*' / '*havia jogado*').

Outros conteúdos que apresentam mais de um tipo de materialização possível parecem passar por processo semelhante. Sendo assim, no uso falado da língua, a estratégia mais produtiva de informação de FUTURO DO PRESENTE é a sintática: 'verbo *ir* no presente do indicativo + verbo no infinitivo' ('*vou jogar*', '*vou vender*'). O expediente morfológico (acréscimo de *-re/ -ra*) é cada vez menos utilizado. Para a indicação de ordem, conselho, o imperativo, muitas vezes, parece ser menos utilizado que as outras duas estratégias: 'presente do indicativo' ('*joga*' / '*jogam*') e 'sujeito (interlocutor) + futuro' ('*você jogará*' / '*você vai jogar*').

#### *4.6. Marcas de MTA: não-obrigatoriedade*

Segundo Gonçalves (2011, p.12), autores que distinguem, de modo discreto, flexão e derivação costumam afirmar que marcas flexionais são obrigatórias, são

exigidas pelo contexto sintático:

*A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática.*

Tendo em vista as marcas verbais, afixos de NP, realmente, são utilizados para atender à sintaxe; ocorrem para concordar com o sujeito da sentença. Quanto às marcas de MTA, só podemos afirmar que há obrigatoriedade nos casos em que um conteúdo modo-tempo-aspectual está subordinado a outro:

(26)

Eu gostaria que você *trabalhasse* comigo.

Espero que você *trabalhe* comigo.

Esperava que você *trabalhasse*.

Nesses contextos de período composto, o verbo da oração subordinada é utilizado no pretérito imperfeito do subjuntivo, presente do subjuntivo e pretérito imperfeito do subjuntivo, respectivamente, por exigência do contexto; ocorre uma adequação ao conteúdo modo-tempo-aspectual do verbo a que essas orações se subordinam.

Já o uso de ‘gostaria’, ‘espero’ e ‘esperava’ ocorre por opção do falante. Devido à escolha do locutor, adequando-se à situação em que produz o enunciado, são utilizadas as marcas de MTA de futuro do pretérito (modo indicativo), presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo. Nenhuma exigência sintática o obriga a fazer essas escolhas.

Em períodos simples, a escolha de marcas de MTA também é opcional. Não há

sintaxe que leve o falante a utilizar, por exemplo, um verbo no presente do indicativo, no pretérito perfeito, no pretérito imperfeito do indicativo, no futuro do presente (indicativo) ou no futuro do pretérito (indicativo):

(27)

Eu *trabalho* na empresa X.

Eu *trabalhei* na empresa X.

Eu *trabalhava* na empresa X.

Eu *trabalharei* na empresa X.

Eu *trabalharia* na empresa X.

O locutor utiliza essas marcas de MTA por opção; de acordo com situações externas variadas, fará a escolha por conteúdos de MTA diferentes. Caso trabalhe na empresa no momento do enunciado, utilizará o verbo no presente do indicativo. Se tiver trabalhado na empresa e quiser reforçar o aspecto habitual / frequente desse evento, usará a forma de pretérito imperfeito do indicativo.

Sendo o objetivo marcar que esse evento se deu num determinado momento do passado, realiza o verbo no pretérito perfeito do indicativo. Na hipótese de querer expressar que trabalhará na empresa com certeza, escolhe a marca de futuro do presente (indicativo); já se quiser indicar que trabalharia caso isso fosse possível, opta pela forma que expressa futuro do pretérito (indicativo).

Verificamos, então, que as marcas de MTA seriam consideradas derivacionais tendo em vista o critério obrigatoriedade. A utilização dessas marcas ocorre, em geral, por opção do falante, de acordo com os seus objetivos e a situação em que se encontra.

Com exceção de verbos que ocorrem em orações subordinadas, não há condicionamento linguístico para a escolha de afixos que manifestam conteúdos modo-tempo-aspectuais.

Com relação aos conteúdos número-pessoais, os casos em que ocorrem “zeros morfológicos” evidenciam a ausência de expressão; isso ocorre, muitas vezes, na indicação de P3 (‘cantaria’, ‘cantava’, ‘cantara’, ‘cantará’, ‘canta’). Como afirma Winter (2011), os “zeros morfológicos” indicam que a expressão de uma categoria não é obrigatória. Há ainda situações em que aplicabilidade dos afixos de NP não ocorre plenamente, como vemos abaixo em 4.7.

#### *4.7. Aplicabilidade*

Como mostra Gonçalves (2011), autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação alegam que processos flexionais são plenamente aplicáveis, não deixam lacunas, ao contrário de processos derivacionais. Focalizando os afixos verbais do português, verificamos que as marcas de MTA, realmente, são aplicáveis a quaisquer bases verbais. Desse modo, todos os verbos<sup>40</sup> na língua podem receber marcas de MTA.

Como afirma Gonçalves (2011), para ilustrar essa alta generalidade, podemos verificar o uso de afixos de MTA em verbos novos, criados há pouco tempo na língua: ‘escanearia’, ‘twittava’; ‘twittarei’; ‘downloudava’. Pelo critério aplicabilidade, seriam as marcas de MTA, realmente, flexionais.

Já as marcas de número-pessoa não são aplicáveis a qualquer verbo, pois, muitas vezes, deixam lacunas:

---

<sup>40</sup> Por mais que, em Breviários de Conjugação Verbal (REIS, 1982), afirme-se que alguns verbos não se realizam em alguns tempos verbais, acreditamos que, no uso efetivo da língua, o falante adapta os verbos à expressão de todos os contextos modo-tempo-aspectuais.

*Os estudos sociolinguísticos revelam que a concordância verbal constitui um fato variável, ou seja, a concordância pode ser concretizada ou não pelo usuário da língua em função de fatores diversos de natureza linguística e extralinguística (VIEIRA, 2007, p.87).*

Isso leva a que afixos de NP não sejam totalmente aplicáveis; dados como ‘tu compra; nós compra; eles compra’ indicam que “*as marcas de concordância podem não ser utilizadas em algumas variantes do português brasileiro*” (GONÇALVES, 2005, p. 161).

Outro fato que evidencia não serem sufixos número-pessoais aplicáveis a qualquer base verbal é a defectividade. Vários autores que abordam o mecanismo da flexão verbal mostram que os paradigmas número-pessoais apresentam defectividade (KOCH & SOUZA e SILVA, 1989; MONTEIRO, 1991; LOPES, 2003; ZANNOTO, 2006). Há verbos que não podem receber quaisquer afixos de NP.

A título de ilustração, podemos citar os verbos que expressam fenômenos da natureza; esses verbos só se atualizam na 3ª pessoa do singular: ‘relampeja’; ‘relampejou’; ‘relampejará’. “*Como tais verbos expressam um fenômeno natural, seu significado não é compatível com o de marcas morfológicas que pressupõem um sujeito*” (GONÇALVES, 2005, p. 42).

Em outras palavras, esses verbos não pressupõem semanticamente a existência de um participante do evento verbal. Dados como ‘Choveram aplausos’ ocorrem porque o sentido do verbo muda, ativando uma outra cena e admitindo um participante do processo: ‘aplausos’.

O significado de 1ª PESSOA também não é totalmente aplicável a verbos: quando um verbo se encontra no imperativo, marcas de P1 não são utilizadas. Isso também se deve à incompatibilidade semântica; uma pessoa não dá conselhos ou ordens

a si próprio. Verbos como ‘falir’<sup>41</sup>, ‘colorir’, ‘comedir’, ‘abolir’, ‘aguerrir’, ‘florir’, ‘ressarcir’ não apresentam também o uso de P1 no presente do indicativo.

Os casos de defectividade e de variação na concordância verbal apontam para lacunas na generalidade de aplicação das marcas número-pessoais, o que constitui característica derivacional desses afixos. A aplicabilidade é, então, mais um critério que evidencia que a separação discreta entre flexão e derivação não parece ser a mais adequada a uma análise efetiva dos dados. Marcas de MTA apresentam alta generalidade; já marcas de NP podem não ser aplicáveis em algumas variedades da língua. Além disso, alguns significados número-pessoais não se compatibilizam com qualquer verbo, perdendo, com isso, em generalidade.

#### *4.8. Problemas na organização por paradigmas*

Como afirma Booij (2006), autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação afirmam que, na morfologia flexional, ocorre organização por paradigmas. O autor verifica que, muitas vezes, nas línguas do mundo, algumas características fazem com que essa organização paradigmática não seja garantida. Verificamos algumas evidências linguísticas que nos levam a questionar o paradigma na flexão.

Como observamos em 4.4, conteúdos modo-tempo-aspectuais nem sempre se manifestam por afixos (‘cantaremos’); ocorrem também materializações sintáticas (‘vamos cantar’). Mesmo quando a realização é morfológica, pode realizar-se através de

---

<sup>41</sup> Reis (1982), em seu Breviário de Conjugação verbal, defende que, na norma padrão, as formas de ‘abolir’ que se realizam começam necessariamente com a terminação com ‘i’ ou ‘e’. Já, no verbo ‘falir’, as formas que se realizam devem ter necessariamente um ‘i’ depois do ‘l’. Verbos como ‘aguerrir’, ‘florir’, ‘ressarcir’ atendem ao padrão de ‘falir’. Já ‘colorir’ e ‘comedir’ seguem ‘abolir’. Apesar de algumas das formas não previstas por Reis (1982) ocorrerem no uso mesmo não estando de acordo com a norma padrão, as formas em P1 do presente do indicativo não são utilizadas: \*‘abulo’, \*‘falo’, \*‘floro’ etc.

uma outra marca ('cantávamos' no contexto de futuro do pretérito) ou por fusão ('p[ε]ga'). Os conteúdos número-pessoais, por exemplo, só se realizam morfologicamente, mas essa manifestação ocorre através de acréscimo de sufixo ('jogamos') ou por fusão ('t[i]ve' / 't[e]ve').

Há outros aspectos que causam lacunas na idealização do paradigma na flexão. Entre esses aspectos, podemos citar a existência de mais de uma classe num mesmo paradigma (há três conjugações verbais no português). Outra falha na organização paradigmática é a ocorrência de cumulação numa mesma marca: são expressos número e pessoa em NP e modo, tempo e aspecto em MTA.

Um outro fator que comprova não haver, em português, organização paradigmática plena em MTA e NP é a alomorfia. Utilizam-se, por exemplo, as marcas *-va* e *-ia* para indicar pretérito imperfeito do indicativo. Além disso, ocorre acréscimo de afixo ou fusão para expressar um conteúdo de MTA ou NP: *-ria* expressa FUTURO DO PRETÉRITO; vogal média aberta indica PRESENTE; vogal alta indica P1 e *-mos* indica P4). Às vezes, a fusão é levada às últimas consequências (GONÇALVES, 2005; VIVAS, 2011), criando formas supletivas. Nesses casos, ocorrem formas completamente diferentes para expressar conteúdos diferentes de NP: '*sou*', '*é*', '*são*' (verbo '*ser*') e de MTA '*eu vou*', '*eu ia*', '*se eu for*' (verbo '*ir*').

Caso se defenda que a flexão se caracteriza por formar paradigmas, a observação de lacunas nos padrões de MTA e NP fornecem mais evidências de que esses conteúdos apresentam características derivacionais e essas particularidades precisam ser consideradas numa análise das marcas verbais do português.



#### 4.9. O que evidencia a análise de características derivacionais em MTA e NP?

Apresentamos características derivacionais nas marcas de MTA e NP através da análise dos seguintes critérios: instabilidade semântica, instabilidade de classe, criação de palavras, existência de meios de materialização diversos (tanto morfológicos quanto sintáticos), uso improdutivo de marcas de MTA, não-obrigatoriedade no uso de MTA, existência de lacunas na aplicabilidade e problemas na organização paradigmática. Ao observarmos diversos dados que ocorrem no uso da língua, verificamos que um olhar flexional discreto não dá conta efetivamente das marcas verbais.

Existe, na língua, um padrão, descrito pelos estudos morfológicos, em que afixos de MTA e NP indicam os conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais e não mudam a classe do verbo. Entretanto, defendemos a existência de outros padrões (derivacionais) realizados por essas marcas. Estas podem, por exemplo, indicar ponto de vista, atuando como interjeições ('tomara', 'demorou', 'formou') e adjetivos ('cheguei') ou mesmo funcionar como marcadores discursivos atestando a coerência do discurso ('sabe', 'entendeu').

Um outro padrão verificado é a possibilidade de essas marcas apresentarem flutuação categorial ao se comportarem como verbo ('tinha *comido*'), substantivo ('a *comida* está boa') ou adjetivo ('o camarão *comido*'). Atuando como substantivo, essas formas de particípio passam por especialização semântica, nomeando através de metáfora ('cantada') ou metonímia ('comida').

Marcas de MTA e NP também apresentam características derivacionais tendo em vista a sua materialização. Como foi observado, existem estratégias sintáticas e variados expedientes morfológicos para expressar conteúdos modo-tempo-aspectuais e

número-pessoais<sup>42</sup>. Essa gama variada de estratégias faz com que o uso de determinadas marcas de MTA não seja obrigatório (é possível utilizar ‘vou jogar’; a marca *-re* não é obrigatória) e leva a que determinadas estratégias de manifestação se tornem improdutivas (‘cantara’ é improdutivo, já que o falante do português utiliza ‘tinha cantado’).

Além disso, é possível alimentar a criação de palavras através de marcas de participio, infinitivo, gerúndio ou por meio de formas verbais desenvolvidas no PRESENTE DO INDICATIVO e em P3. A constatação de que ocorrem lacunas na aplicabilidade de marcas de NP é mais um motivo para defendermos que uma visão discreta não é a mais eficiente para as marcas verbais do português. Verificamos ainda que uma série de aspectos analisados leva a vários questionamentos com relação à organização paradigmática dos conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais do português.

#### 4.10. Como devemos definir flexão e derivação?

Acreditamos que a melhor maneira de entender os processos morfológicos é através do conceito de gradiência. “*Categorias linguísticas são definidas por um conjunto de atributos, que, no entanto, muitas vezes não se aplicam a todos os membros da classe*” (GONÇALVES, 2011, p.92). Focalizando o verbo, como vimos neste Capítulo, as marcas morfológicas de MTA e NP nem sempre apresentam todas as características que definem a flexão.

---

<sup>42</sup> NP não se materializa sintaticamente. Todavia, no âmbito morfológico, a relação não é unívoca, visto que a expressão, além de ocorrer pelo uso de afixos, também se dá por fusão.

#### 4.10.1. Fundamentando a gradiência segundo Bybee (2010)

Bybee (2010) afirma que, na linguagem, a estrutura, o modelo não existe a priori, mas surge do uso, emerge da aplicação repetida de processos. Para a autora, a linguagem deve ser entendida como uma duna de areia e não como uma estrutura planejada. Por ser uma construção, a linguagem apresenta muita variação e gradiência.

A gradiência ocorre porque a mudança acontece a todo instante e de uma maneira gradual, fazendo com que haja mudança de um elemento presente num *continuum* de uma categoria à outra. Dentre os *continua* existentes, a autora cita a distinção entre flexão e derivação; entre palavras funcionais e afixos e entre construções produtivas e improdutivas.

Com relação à variação, Bybee (2010, p.2) afirma que “*as unidades e estruturas da linguagem exibem variação no uso sincrônico ao longo dos caminhos contínuos de mudança que criam gradiência*”. A variação evidencia o caminho para a mudança e gera gradiência. Segundo a autora, não cabe distinção rígida entre afixos; além disso, às vezes, até um mesmo afixo muda em combinações diferentes.

A autora ressalta que os processos de mudança na língua são bem conhecidos e tidos como inquestionáveis. Entretanto, afirma que é fundamental demonstrar o que essas mudanças acarretam quanto ao processamento cognitivo. Esses processos de mudança são fundamentais ao armazenamento linguístico e à organização desse armazenamento. Para Bybee (2010), mais interessante que descrever a gradiência, é fundamental entendê-la como a essência do fenômeno e pensar a linguagem como afetada pelo uso e pelo impacto que a experiência tem no sistema cognitivo.

A existência de gradiência e variação não nega a existência de padrão numa língua e nem entre línguas. “*No entanto, é fundamental que não se vejam as*

*regularidades como o principal e a gradiência e a variação de forma secundária; mais do que isso, os mesmos fatores operam tanto nos padrões como nos desvios”* (BYBEE, 2010, p. 6). Se a linguagem fosse uma estrutura mental fixa, poderia ter categorias discretas. Por ser uma estrutural mental que está em constante uso e é colocada em atividades de processamento que a mudam, passa por variação e gradação.

#### 4.10.2. A visão por protótipos para as marcas de MTA e NP

Quanto mais atributos da flexão apresentar uma marca, mais flexional esta será. Caso um expediente morfológico de MTA ou NP tenha todos os atributos desse processo, será esse expediente uma marca flexional prototípica. Abordar flexão e derivação através da noção de prototipicidade é 1) considerar que as marcas morfológicas de cada processo não são idênticas; 2) entender que marcas flexionais e derivacionais são flexíveis e 3) acreditar numa maleabilidade entre as fronteiras morfológicas da flexão com a derivação.

Defendemos a ideia de que flexão e derivação devem ser processos entendidos através da noção de protótipo. O protótipo flexional é aquele que atende a todas as características da flexão<sup>43</sup>: estável semanticamente (ES); estável categorialmente (EC); não envolvido na criação de palavras (NC); expresso por um meio de expressão morfológica – relação unívoca (RU); produtivo (PR); obrigatório (OB); com alta aplicabilidade (AP) e organizado de modo paradigmático (OP). Abaixo, apresentamos a formalização do protótipo flexional:

---

<sup>43</sup> Existem outras características que definem a flexão em oposição à derivação e, caso haja o interesse de dispor todas as marcas de MTA e NP num *continuum*, o ideal é considerar todos os atributos já apresentados na literatura morfológica. Entretanto, só utilizamos aquelas características que foram apresentadas neste Capítulo, ao demonstrarmos uma série de características derivacionais em MTA e NP.

(28)

Protótipo flexional:

ES	EC	CP	RU	PR	OB	OP	AP
+	+	+	+	+	+	+	+

Como vimos neste capítulo, há marcas de MTA e NP que não apresentam uma série de atributos do processo flexional, mas, ao contrário, têm características derivacionais. O afixo *-ra*, por exemplo, apesar de bastante aplicável, passa por instabilidade semântica e categorial, além de parecer participar da criação de palavras em dados como ‘tomara’ e ‘pudera’ (como interjeições). Para finalizar, não é expresso por relações unívocas e também não é obrigatório.

Como se utiliza a estratégia sintática (‘tinha amado’; ‘tinha falado’) e a morfológica de pretérito perfeito (‘amou’; ‘falou’) no contexto de pretérito mais-que-perfeito, evidenciam-se, então, problemas na organização por paradigmas. Além disso, esse expediente morfológico (marca *-ra*) é improdutivo; caiu, inclusive, em desuso no português.

Como propõe Gonçalves (2005; 2011), caso haja o interesse de dispor todas as marcas verbais num *continuum* morfológico flexão-derivação, é importante que se pense nesses atributos de uma maneira gradiente: por exemplo, um afixo tem instabilidade semântica e categorial alta, média ou baixa.

Havendo mais dados de instabilidade semântica e categorial de marcas de participio que do expediente *-ra*, é sinal de que, segundo esses critérios, os dois afixos não são totalmente flexionais, mas a marca participial é menos flexional que *-ra*. Entretanto, um afixo participial, além de bastante aplicável, é produtivo e expresso por

uma estratégia morfológica. Por estes atributos, o expediente de participio seria mais flexional. Nesta Tese, não pretendemos dispor todas as marcas verbais de MTA e NP num *continuum*. Apresentamos abaixo o que pretendemos discutir no próximo capítulo.

#### 4.11. *Próximos passos*

No próximo capítulo, pretendemos propor uma análise dos padrões de MTA e NP que apresentam características derivacionais. Não são todos os conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais que apresentam atributos não-flexionais. Temos o objetivo de explicar a motivação para isso; por exemplo, só os conteúdos de PRETÉRITO PERFEITO, PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO e 3ª PESSOA DO SINGULAR podem criar interjeições que indicam ponto de vista ('tomara', 'quisera', 'formou', 'demorou').

Para indicar impressão negativa ('blusa cheguei') ou indiferente ('um olhar caguei'), utiliza-se o conteúdo PRETÉRITO PERFEITO (MTA), mas altera-se o de NP para 1ª PESSOA. Com estes conteúdos, realiza-se a função de adjetivo. Evidenciaremos as motivações semânticas, formais ou de uso para que somente essas noções estabeleçam tais padrões de formação.

Verificaremos outras motivações na construção de padrões morfológicos, como, por exemplo, as que fazem com que marcas de formas nominais – mais especificamente, o participio – se caracterizem por instabilidade categorial. Outro objetivo é abordar o porquê de formas que indicam P3 e PRESENTE DO INDICATIVO servirem de base na composição ('guarda-chuva'; 'porta-copos'; 'bate-entope'; 'entra-e-sai') e na reduplicação ('pega-pega'; 'bate-bate').

Além de fundamentar formal e semanticamente os padrões de derivação das marcas verbais do português e verificar as motivações para que esses padrões sejam estabelecidos apenas com determinadas noções de modo-tempo-aspecto e número-pessoa, pretendemos abordar as vantagens e desvantagens de realizar a distinção entre flexão inerente e contextual (BOOIJ, 1996; 2006) com relação aos dados do português.

## 5) MOTIVAÇÕES FORMAIS E SEMÂNTICAS NA CONSTRUÇÃO DE PADRÕES DERIVACIONAIS EM PALAVRAS MODIFICADAS EM MTA E NP

Como já abordamos na Tese, não é a maioria das formas modificadas em MTA e NP que apresenta padrões derivacionais. Até por isso, defendemos que, por mais que os afixos verbais apresentem características derivacionais, estes estão muito mais próximos do protótipo flexional. É importante entendermos o que leva algumas formas a instanciar padrões derivacionais. Desse modo, neste capítulo, discutimos as motivações para que ocorram esses padrões em algumas palavras modificadas por marcas de MTA e NP. Pretendemos abordar três processos pelos quais formas modificadas por marcas morfológicas verbais passam: a instabilidade de significado, a instabilidade de classe e a criação de palavra.

*5.1. A distinção entre flexão inerente e contextual (BOOIJ, 1996; 2006) é relevante para entender os padrões de instabilidade e de criação de palavras presentes na flexão verbal do português?*

Segundo Booiij (1996; 2006), apenas a flexão inerente interage com a derivação. Analisando o verbo do português, seriam as marcas de NP de flexão contextual, visto que são utilizadas para atender à concordância verbal. Já as marcas de MTA, assim como as formas nominais, seriam casos de flexão inerente. Os exemplos de particípio, gerúndio e infinitivo que atuam como outras classes sem haver mudança da categoria do *input* se compatibilizam com os argumentos de Booiij; são casos de flexão inerente que interage com a derivação.



(29)

Infinitivo: Olhar (verbo) → O olhar (substantivo)

Gerúndio: Orientando (verbo) → O orientando (substantivo)

Particípio: Babado (verbo) → O lençol babado (adjetivo) / O babado (substantivo)

Visto (verbo) → O homem visto (adjetivo) / O visto (substantivo)

A interação com a derivação também ocorre na participação dessas formas nominais na expansão lexical a serviço da expressão de avaliação, nos termos de Basilio (1987): ‘orientadozinho’; ‘babado’; ‘olharzinho’. Observando, então, as formas nominais do português, a distinção entre flexão inerente e contextual é plena; realmente, há uma semelhança entre a flexão inerente e a derivação. No entanto, não são apenas as formas nominais que atuam em padrões derivacionais no português.

Há casos de formas modificadas em MTA e NP que atuam como outras categorias, também passando por mudanças quanto ao significado. Abaixo apresentamos exemplos de formas modificadas em MTA e NP encontradas na pesquisa, que, além de serem verbos, também funcionam como outras categorias:

(30)

INTERJEIÇÕES: tomara, demorou

ADJETIVOS: cheguei, caguei

MARCADORES DISCURSIVOS: sabe, entendeu

Esses dados evidenciam que não só as marcas de MTA interagem com a derivação; as marcas de NP, que são chamadas de flexão contextual por Booij (1996; 2006), também participam da produção de padrões derivacionais no português. Os dados acima, como verbos, são modificados na dimensão modo-tempo-aspectual e número-pessoal. O fato de ocorrer a flexão contextual não impede que haja a criação de padrões derivacionais.

Formas verbais conjugadas em P3 e presente do indicativo também podem participar da criação de palavras; isso ocorre através da composição (do tipo VV – duas bases verbais – e do tipo VN – uma base verbal e uma nominal) ou da reduplicação (padrão  $V_iV_i$ , com duas bases idênticas):

(31)

CRIAÇÃO DE PALAVRAS: 5.2) bate-bate, pula-pula, pega-pega (reduplicação<sup>44</sup>); guarda-chuva, porta-copos (composição VN); bate-entope; bate-volta (composição do tipo VV<sup>45</sup>)

### 5.2. A fundamentação formal dos padrões derivacionais

Através de exemplos de formas modificadas em MTA e NP que apresentam alterações de classe e de significado, além de participar da criação de palavras, fica evidente que a distinção entre flexão inerente e contextual não é suficiente para entender o que motiva a existência de padrões derivacionais no português em formas com essas

---

<sup>44</sup> Existem exemplos de reduplicação com partícula interveniente como, por exemplo, ‘disse-me-disse’.

<sup>45</sup> Há casos de composição do tipo VV em que ocorre uma partícula interveniente: ‘vai-e-vem’; ‘come-e-dorme’. No uso, parece haver uma tendência a simplificar essas formas através do apagamento dessa partícula. Desse modo, essas formas compostas VV com partículas intervenientes parecem conviver com usos apenas com as bases verbais: ‘come-dorme’; ‘vai-vem’.

marcas verbais. Discutimos abaixo, então, quais são os verdadeiros fatores responsáveis pela existência desses padrões de instabilidade<sup>46</sup> categorial / semântica e de expansão lexical.

### 5.2.1. *O uso de MTA e NP: a expressão de um ponto de vista*

Conforme afirmamos no Capítulo 4, palavras modificadas em MTA e NP podem servir para indicar ponto de vista do falante. Quando isso acontece, ocorre uma alteração na categoria da palavra. Apresentamos abaixo alguns exemplos, que já foram citados no último Capítulo:

(32)

*Padrão A*

Matheus: Eu acho que vou passar.

José: ***Tomara!***

Matheus: Ela me perdoou.

Juliana: Também, ***pudera!***

*Padrão B*

Matheus: Vamos jogar futebol?

José: ***Demorou.***

---

<sup>46</sup> Pretendemos ativar com a palavra ‘instabilidade’ o fato de uma forma atuar em mais de uma classe. O leitor não deve entender a palavra pelo seu viés negativo e de imprevisibilidade. Na verdade, defendemos que toda flutuação categorial que ocorre apresenta motivações, como tentamos demonstrar neste capítulo.

Matheus: Você vai trabalhar na segunda, mas folgará durante esse fim de semana.

José: *Valeu!*

*Padrão C*

Eu achei sua roupa muito *cheguei*.

Sofia e seu olhar *caguei* para vocês todos.

Nos três padrões apresentados acima, verificamos que as formas grifadas são caracterizadas da seguinte maneira: 1) apresentam marcas modo-tempo-aspectuais que caíram em desuso (*-ra*); 2) são dotadas de afixos número-pessoais que não ocorrem em todos os tempos verbais (*-i* só ocorre no pretérito perfeito ou no futuro do presente na conjugação verbal do português e *-u*, apenas no pretérito perfeito) ou 3) são desprovidas de marca de MTA ou de NP (ausência de marca número-pessoal no padrão A e de marca modo-tempo-aspectual nos padrões B e C). Um resumo desse comportamento aparece no quadro a seguir:

(33)

	SMTA	SNP
A: Tomara:	-ra	X <sup>47</sup>
B: Formou	X	-u
C: Cheguei	X	-i

---

<sup>47</sup> Este símbolo representa o não-preenchimento por uma marca modo-tempo-aspectual ou número-pessoal.

### *5.2.1.1. A utilização de marcas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais*

A ausência de marcas verbais e a utilização de marcas verbais que caíram em desuso ou que não são gerais na conjugação parecem fazer com que a palavra tenha maior predisposição a atuar como outra classe (interjeições<sup>48</sup>, como ‘tomara’, ‘pudera’, ‘demorou’, ‘valeu’, ou adjetivos, como ‘cheguei’ e ‘caguei’) e a adquirir um significado não-verbal. Em outras palavras, parece que esses aspectos – o não-preenchimento ou preenchimento por uma marca em desuso ou não geral – fazem com que a palavra tenha uma face menos verbal, mais passível de, no uso, adquirir outras características.

### *5.2.2. Palavras modificadas em MTA e NP: atuação como marcadores discursivos*

Há determinadas formas, em geral, descritas como verbos que expressam determinado conteúdo modo-tempo-aspectual ou número-pessoal que adquirem, no uso, a função de marcadores discursivos. Duas motivações descritas acima – o não-preenchimento de marcas ou o preenchimento por marcas não gerais – também atuam nesses casos. Abaixo, apresentamos os dois padrões encontrados:

(34)

#### *Padrão A*

---

<sup>48</sup> Mesmo um exemplo de interjeição que não pertença ao padrão A ou B, atende às características formais propostas. O uso, por exemplo, de ‘viva’, como interjeição, é possível porque a marca ‘-a’ não é geral; só ocorre no presente do subjuntivo. O mesmo ocorre com a interjeição ‘salve, em que ‘-e’ é uma marca só utilizada no presente do subjuntivo.

Então, as pessoas não querem se envolver, **entende**?

**Saca** só, vc tem o exercício de linguística?

*Padrão B*

Tudo bem contigo, cara? Espero que sim! Uma ótima semana pra vc, **falou**? Fui...

Te adoro muito, **viu**?

No padrão A, ocorre ausência de marcas modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Esse não-preenchimento de marcas verbais motiva o funcionamento da forma em outra classe. No padrão B, não há preenchimento de uma marca de MTA e a marca de NP é uma não geral, pois só ocorre no pretérito perfeito.

(35)

	SMTA	SNP
Padrão A: Entende	X	X
Padrão B: Falou	X	-u

### 5.2.3. As formas nominais e sua instabilidade de classe e de significado

As formas nominais são instáveis quanto à sua categoria. Em outras palavras, quando um afixo se liga a uma base verbal, possibilita sua inclusão em mais de uma classe. Nos exemplos acima, em que palavras modificadas por MTA e NP atuam como interjeições ('tomara'; 'demorou'), adjetivos ('cheguei') e marcadores discursivos

(‘sabe’; ‘entendeu’), ocorre como motivação a ausência de marca ou o uso de marcas não gerais ou improdutivas. Essas motivações formais levam as palavras a adquirir outra “face”, além da verbal. Nos participípios (regulares e irregulares), infinitivos e gerúndios, suas marcas são naturalmente instáveis; em outras palavras, anexam-se a bases, levando-as a atuar em mais de uma classe.

Focalizando a forma de participípio, como ilustrado no capítulo 4, verificamos que as marcas regulares e irregulares, ao se ligarem a bases, levam à atuação da palavra como adjetivo, verbo ou substantivo. Ao se categorizar como substantivo, a forma no participípio passa a rotular o referente através das habilidades cognitivas metáfora e metonímia (VIVAS, 2010).

(36)

O homem tinha *cantado* a sua vizinha. (verbo)

A mulher *cantada* ficou contente. (adjetivo)

A *cantada* deixou a mulher feliz. (substantivo)

Ele tinha *imposto* aquele alto valor. (verbo)

O valor *imposto* foi alto. (adjetivo)

O *imposto* do Brasil é um dos mais caros do mundo. (substantivo)

Em ‘cantada’ (substantivo) e ‘imposto’ (substantivo), verificamos, então, além da instabilidade categorial, uma mudança de significado da forma de participípio. Como afirmamos no capítulo anterior, não se expressa, com esses usos, o significado de ‘verbo

no participio’, mas a nomeação de uma ‘taxa’ em ‘imposto’, através da metonímia, e de uma ‘abordagem para seduzir’ em ‘cantada’, através da metáfora.

#### *5.2.4. A criação de palavras através de formas modificadas por marcas de MTA e NP*

Por apresentarem instabilidade categorial, as formas nominais, quando não se categorizam como verbos, são compatíveis com sufixos de grau; em outras palavras, essas formas podem ser modificadas por marcas que expressam avaliação – incluindo, principalmente, as marcas aumentativas, diminutivas e superlativas (‘olharzão’, ‘orientandozinho’, ‘animadíssima’ e ‘jogadinha’).

Na derivação, quando se parte de um verbo para criar palavra de outra classe, utiliza-se a variável tema. Isso ocorre na formação de adjetivos (‘amável’, ‘imprestável’) ou mesmo nos substantivos com função de nomear (‘andamento’, ‘instituição’) ou de expressar agente (‘administrador’, ‘falante’).

Na composição e na reduplicação, para realizar a nomeação através de uma base verbal, não se parte da variável tema, mas de uma forma conjugada no PRESENTE DO INDICATIVO (MTA) e P3 (NP)<sup>49</sup>. Isso ocorre em compostos do tipo VN (‘portacopos’, ‘guarda-chuva’, ‘engasga-gato’, este último nomeando ‘comida rápida para encher que acaba não fazendo bem’); em compostos do tipo VV (‘bate-entope’ – ‘refeição rápida e pesada’, ‘vai-e-vem’, ‘entra-e-sai’) e em formas reduplicadas (‘batebate’, ‘puxa-puxa’, ‘pega-pega’).

A motivação para o uso de palavras modificadas em PRESENTE DO INDICATIVO e P3 já foi explicitada. Verificamos que, em palavras como ‘pega-pega’,

---

<sup>49</sup> Usos de verbos irregulares, que apresentam um tema distinto da forma verbal em P3 e PRESENTE DO INDICATIVO, reforçam o argumento de que a base que participa na composição e na reduplicação é uma forma conjugada e não um tema verbal: ‘entra-e-sai’; ‘vai-e-vem’.



‘guarda-chuva’, ‘porta-copos’, as bases são verbos que têm ausência de expressão em MTA e NP. Desse modo, formas verbais sem o preenchimento de MTA e NP não só têm predisposição para apresentar instabilidade categorial e semântica como também costumam servir de base para a criação de outras palavras por composição (do tipo VV e VN) ou reduplicação.

Além do uso de formas verbais não preenchidas por marcas verbais, ocorrem também como bases desses processos formas supletivas (‘vai’: ‘vai-e-vem’, ‘Maria-vai-com-as-outras’; ‘vem’: ‘vai-e-vem’). Essas formas são marcadas de modo não geral, visto que só ocorrem em um caso de toda a conjugação verbal: ‘vem’ (PRESENTE DO INDICATIVO e P3 do verbo ‘vir’); ‘vai’ (PRESENTE DO INDICATIVO e P3 do verbo ‘ir’).

Formas supletivas são bastante específicas, porque, além de ocorrer em apenas uma modificação número-pessoal e modo-tempo-aspectual, só são utilizadas com um determinado verbo. Essa especificidade pode ser o fator que predispõe à atuação das formas como bases para criação de outras palavras.

Além das formas supletivas, também podem atuar como base para a criação de palavras formas com marcas não-gerais. Como exemplo, podemos citar a base ‘quero’, em ‘quero-quero’, que possui a marca -o, que só ocorre na P1 do presente do indicativo, ainda que tal forma possa ser considerada onomatopaica. Há ainda o caso de uso de bases modificadas por marcas que caíram em desuso na expansão lexical (‘tomara’, em ‘tomara-que-caia’).

Podemos afirmar, então, que a ausência de marcas e o uso de marcas não-gerais (específicas) ou que caíram em desuso motivam formas a participar como base do processo de criação de palavras por composição ou reduplicação.

### *5.3. A distinção entre flexão inerente e contextual não dá conta dos padrões derivacionais produzidos através do uso de marcas de MTA e NP*

Por mais que a distinção entre flexão inerente e contextual (BOOIJ, 1996; 2006) possa ser efetiva para outras línguas, como o holandês, não é suficiente para explicar os padrões derivacionais produzidos a partir da utilização de marcas verbais de MTA e NP em português. A interação da flexão com a derivação fundamenta-se em outros fatores não relacionados à distinção entre tipos de flexão; o que é chamado, por Booij (1996; 2006), de flexão contextual também atua na produção de padrões derivacionais, pelo menos em português.

Como já visto neste Capítulo, há motivação formal para que palavras modificadas em MTA e NP instanciem padrões derivacionais. De fato, não são todas as formas com marcas verbais que apresentam a possibilidade de alteração de significado e de categoria ou capacidade de participar do processo de criação de palavras.

Demonstramos que as palavras que instanciam esses padrões, em termos formais, são pouco marcadas como verbo, porque não apresentam marcas formais de MTA e NP ou têm marcas de MTA que caíram em desuso. Outra possibilidade é que haja o preenchimento através de elementos (afixos ou formas supletivas) que não são gerais na conjugação verbal. Formas nominais também passam por isso devido ao fato de serem naturalmente instáveis. Após apresentar as motivações formais para a existência de padrões derivacionais no uso de marcas de MTA e NP, pretendemos agora evidenciar o que fundamenta semanticamente a realização desses padrões.

#### *5.4. Abordagem semântica dos padrões derivacionais*

No capítulo 4, apresentamos o uso de formas modificadas por MTA e NP atuando como marcadores discursivos. Acreditamos que a motivação para esse uso já foi bastante discutida teoricamente por autores como Martelotta, Votre & Cezário (1996), Freitag (2009) e Bernardo (2002); a utilização de formas verbais como marcadores discursivos já é reconhecida há muito tempo nos estudos linguísticos do português.

Também no capítulo 4, indicamos padrões de instabilidade categorial instanciados pelos participípios. Além de expor que a forma participial pode ser classificada como substantivo, adjetivo ou verbo, evidenciamos que, ao ser categorizada como substantivo, essa forma sempre tem seu significado ativado pelas habilidades cognitivas metáfora e metonímia.

É necessário demonstrar que essa flutuação categorial do participípio também é motivada semanticamente. Vivas (2010), através do aporte teórico de Langacker (1987; 2008), fundamenta cognitivamente a instabilidade categorial das formas nominais. Apresentamos abaixo, de forma resumida, a motivação cognitiva para a instabilidade de classe do participípio.

##### *5.4.1. A motivação conceptual para alterações categoriais*

A *Cognitive Grammar*, de Ronald W. Langacker (1987; 1990; 2008), procura definir de modo rigoroso noções semânticas que, até então, careciam de conceituação sistemática. Dentre essas noções, tecemos algumas palavras sobre os conceitos

*processo, coisa e relações atemporais*. Além disso, haverá também a explicação de *flexibilidade conceptual*.

Como afirma Vivas (2010), há motivações cognitivas para que participios sejam conceptualizados como processos, relações estativas e coisas, tendo, conseqüentemente, categorizações como verbos, adjetivos e substantivos, respectivamente. Para fundamentar essa gama de possibilidades de conceptualização de um participio, é essencial utilizar a noção de flexibilidade conceptual, exposta por Langacker (1987).

#### 5.4.2. *A flexibilidade conceptual e os processamentos cognitivos*

A flexibilidade conceptual permite que se processe cognitivamente uma cena complexa pelo escaneamento<sup>50</sup> estático ou dinâmico. Numa cena complexa, é usual a conceptualização como processo, mapeando os estados componentes de forma dinâmica. Esse tipo de conceptualização é comum devido a haver, numa cena complexa, estados componentes distribuídos em relação ao tempo.

Todavia, os falantes também têm a capacidade de utilizar o escaneamento estático. Assim, os estados componentes são ativados simultaneamente formando uma *gestalt*, como aponta Langacker (1987). Essa disponibilidade simultânea de estados componentes leva-os a serem conceptualizados como uma coisa.

Quando os estados componentes são descritos como relações e de modo individual, há conceptualização da cena complexa como processo. A conceptualização da cena como processo pode ser representada da seguinte maneira (LANGACKER, 1987, p. 250):

---

<sup>50</sup> Nesta tese, traduziu-se “scanning” por escaneamento com a intenção de expor que o processamento ocorre rapidamente, já que é uma habilidade cognitiva natural. A tradução por esquadreamento daria a impressão de que o processamento seria lento, detalhado.

(37)

$$\begin{bmatrix} R_0/t_0 \\ C \end{bmatrix}_{T_0} > \begin{bmatrix} R_1/t_1 \\ C \end{bmatrix}_{T_1} > \begin{bmatrix} R_2/t_2 \\ C \end{bmatrix}_{T_2} > \dots > \begin{bmatrix} R_n/t_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n}$$

Nessa representação,  $R_0, R_1, R_2$  etc. são os diferentes estados componentes do processo, todos do tipo relacional. Os elementos  $t_1, t_2$ , etc. designam o período de tempo concebido. O escaneamento dinâmico realiza uma correspondência entre tempo concebido,  $t_i$ , e tempo processado,  $T_i$ , de modo que cada momento  $T_i$  se relaciona, separadamente, a  $[R_i / t_i]$ . Por isso, diz-se que o processamento é individual e relacional.

A diferença de conceptualização da palavra “resfriado”, por exemplo, como processo e como descrição de um estado do processo é o que faz o particípio ser categorizado como verbo ou adjetivo. Assim, podemos explicar o estatuto híbrido da forma de particípio em termos classificatórios através da análise da conceptualização cognitiva das cenas, que são ativadas nos diversos contextos.

Quando os estados são descritos como coisa e de modo coletivo, há conceptualização da cena complexa como nome. Há, na conceptualização de nome, um escaneamento do tipo estático. Em exemplos como ‘O *povoado* foi invadido por estrangeiros’; ‘A *arrancada* do time foi sensacional’ e ‘A *descoberta* da fraude assustou todos os funcionários da empresa’, as formas grifadas são perfiladas de modo estático.

Para processos, o escaneamento é dinâmico. Podem ser citadas, como exemplos desse escaneamento, as formas grifadas a seguir: ‘Os bárbaros tinham *povoado* o território’; ‘A fraude tinha sido *descoberta* há bastante tempo’; ‘O time tinha *arrancado*

para o título no meio do campeonato’. Na relação atemporal, ocorre um perfilamento relacional com um mapeamento estático (LANGACKER, 1987, p. 249). Como exemplos de relações atemporais estativas, podemos citar ‘descoberta’, ‘arrancada’ e ‘povoado’ em exemplos como ‘Essa é a atriz *descoberta* nos testes’; ‘A blusa *arrancada* está ali em cima’ e ‘O lugar *povoado* chamou a atenção de todos’.

Um processo relacional tem todos os estados componentes ao longo do perfilamento temporal, que precisa ser positivo. Desse modo, o processo pode ser a base de um nome. Acreditamos que o particípio conceptualizado como nome tem como base o particípio processual. Todavia, ao ser categorizado como nome, o particípio é conceptualizado como uma coisa, que ajusta conjuntamente todos os estados componentes descritos pelo processo.

Em termos categoriais, a forma de particípio atuando como verbo (‘O ladrão tinha *atacado* o menino’) seria a base para o funcionamento como adjetivo (‘O rapaz *atacado* discutiu com várias pessoas no mercado’) ou substantivo (O *atacado* começou e os preços estão ótimos). Defendemos a proposta de que essa flexibilidade categorial se sustenta em mudanças na conceptualização; em outras palavras, acreditamos na motivação conceptual da gramática, uma das premissas básicas da Linguística Cognitiva.

A conceptualização cognitiva de uma cena como coisa é o que fundamenta a classificação de uma categoria linguística como um substantivo. Um nome pode até ter uma base processual. Todavia, ao se conceptualizar como uma coisa, os estados componentes são tomados como interconectados.

Ainda que a ocorrência de uma cena contemple passagem do tempo, como ocorre em “O povoado demorou a se consolidar”, a conceptualização como nome, em “povoado”, leva a que os estados componentes sejam ajustados coletivamente,

escaneados como uma coisa. Na classificação como nome, ocorre um perfilamento atemporal e não relacional do particípio passado com relação à conceptualização cognitiva. Demonstramos abaixo a formalização do escaneamento estático na conceptualização como coisa (LANGACKER, 1987, p. 252):

(38)

$$\begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ C \end{bmatrix}_{T_0} > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ C \end{bmatrix}_{T_1} > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ e_2/t_2 \\ C \end{bmatrix}_{T_2} > \dots > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ e_2/t_2 \\ \vdots \\ e_n/t_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n}$$

Utilizamos, nessa formalização,  $e_0$ ,  $e_1$  etc., em vez de  $R_0$ ,  $R_1$ , a fim de demonstrar que os estados componentes perdem o perfilamento relacional e são vistos como entidades coletivamente. Essa representação funciona para as entidades que são distribuídas em relação ao tempo concebido. Defendemos a ideia de que seja esta a melhor representação para particípios passados categorizados como substantivos, já que há uma base processual – que contempla tempo concebido – do particípio.

As relações atemporais complexas têm um perfilamento relacional, mas são processadas no escaneamento estático. Em outras palavras, não há um processamento dos estados componentes em relação ao tempo; há um perfilamento relacional, porém atemporal.

Nas relações atemporais complexas, existe uma base relacional nos estados componentes, apesar da atemporalidade. Dizer que uma descrição é atemporal indica que não há uma descrição temporal positiva (que ocorre em processos), já que o escaneamento é estático. É a diferença de escaneamento – e o conseqüente contraste no perfilamento temporal – que distingue relações atemporais de processos.

As relações atemporais podem ser de dois tipos: estativas ou complexas. As relações atemporais complexas são representadas, por exemplo, por modificadores de nome que têm uma descrição de estados relacionais no seu escaneamento. Em ‘Ele foi o último menino a pular na piscina’, o infinitivo ‘pular’ funciona como modificador de nome. Além disso, tal modificador envolve configurações relacionais. São processadas tais relações, ao se falar ou ouvir o infinitivo em função de modificador de nome, precedido pela preposição ‘a’. Não se processa cognitivamente, em tal exemplo, apenas um estado componente, mas vários estados contidos no ato de pular.

O mesmo ocorre no gerúndio que funciona como modificador verbal: ‘Fulano passou o dia *lembrando* da sua infância’; ‘Jogou futebol *batendo* em todo mundo’. Nesses exemplos, fica evidente que todos os estados envolvidos nos atos de ‘lembrar’ e ‘bater’ são processados cognitivamente. Há, nesses dados, um perfilamento relacional e atemporal.

As relações atemporais simples são chamadas de estativas<sup>51</sup>. Nessas relações, descreve-se apenas um estado componente. Conforme indicamos acima, são exemplos desse tipo de relação os participios funcionando como adjetivos, como em ‘lugar povoado’, ‘rapaz atacado’ e ‘mulher largada’, entre outros casos. Nesses exemplos, vê-se que a forma de participio é conceptualizada como uma relação estativa, salientando-

---

<sup>51</sup> Foi utilizada a nomenclatura estativa a fim de manter a ideia de que esse tipo de relação designa um estado componente. Há o objetivo de que essa nomenclatura seja fidedigna à noção exposta por Langacker (1987).



se apenas um estado componente. Na categorização do participípio como adjetivo, perfila-se apenas a finalização do processo.

Em ‘lugar povoado’, apesar de haver uma base processual que contempla o processo de povoamento (por exemplo: o lugar sem pessoas, o lugar recebendo algumas pessoas e o lugar povoado), ao se conceptualizar a forma de participípio como adjetivo, modificador de nome, apenas um estado componente é processado: o lugar povoado. Os participípios, ao serem classificados como adjetivos, são conceptualizados como relações estativas.

As relações estativas, aponta Langacker (1987), são responsáveis por definir um estado. Já as relações atemporais complexas não podem definir um estado, visto que definem cenas complexas. As relações estativas, nos participípios passados categorizados como adjetivos, só descrevem o estado final da cena. Abaixo, verificamos, na letra a), o esquema para nomes em que não há distribuição dos estados componentes em relação ao tempo (relações atemporais complexas). Na letra b), apresentamos a formalização para as relações estativas (LANGACKER, 1987: 252):

(39)

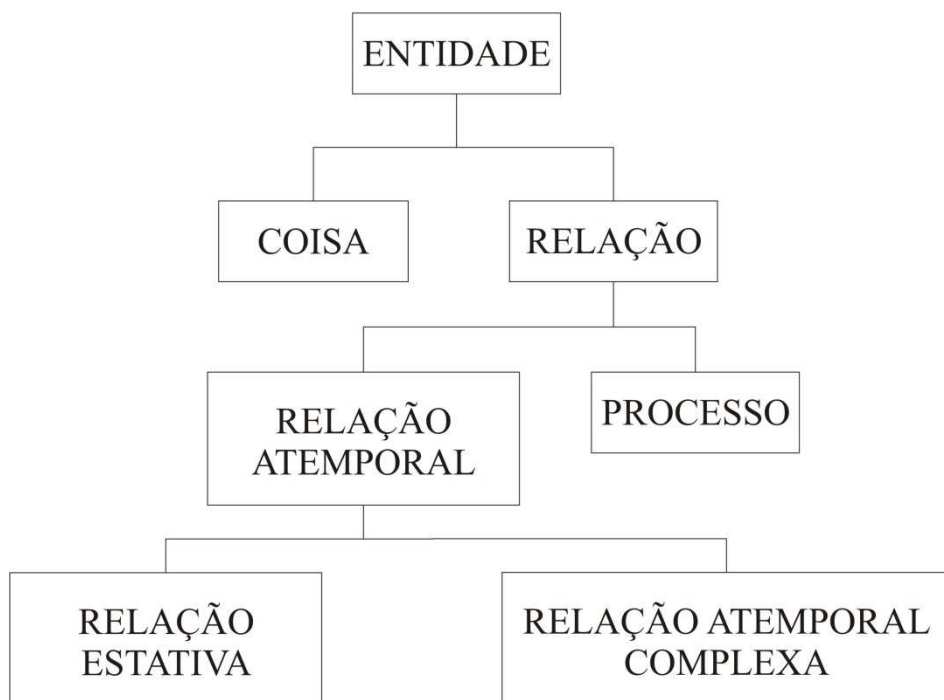
$$\begin{array}{l}
 \text{(a)} \quad \begin{bmatrix} e_0 \\ C \end{bmatrix}_{T_0} > \begin{bmatrix} e_0 \\ e_1 \\ C \end{bmatrix}_{T_1} > \begin{bmatrix} e_0 \\ e_1 \\ e_2 \\ C \end{bmatrix}_{T_2} > \dots > \begin{bmatrix} e_0 \\ e_1 \\ e_2 \\ \vdots \\ e_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n} \\
 \text{(b)} \quad \begin{bmatrix} r_0 \\ r_1 \\ r_2 \\ \vdots \\ r_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n}
 \end{array}$$

Fundamentando-nos nessa flexibilidade conceptual como uma habilidade cognitiva, defendemos uma abordagem efetiva e econômica do participio. O fato de os participios serem categorizados como classes diferentes a depender do contexto indica que estes são conceptualizados de modo variado.

Não é estranho pensar em participios funcionando como coisas ou relações, pois há conexão entre essas diferentes conceptualizações. Segundo Langacker (1987, p. 249) as noções [COISA] e [RELAÇÃO] são instanciações da categoria superior, na hierarquia, [ENTIDADE]. A categoria [ENTIDADE] contempla tanto a descrição nominal como a relacional.

A noção [RELAÇÃO] também é dividida em outras categorias, mais baixas na hierarquia: uma relação pode ser atemporal ou processual. A relação atemporal pode ser de dois tipos: estativa (simples) ou complexa. A figura abaixo (LANGACKER 1987, p. 249) ilustra essas conexões entre diferentes formas de conceptualizar cenas:

(40)



Com essas conexões entre conceptualizações de cenas, pretendemos expor a fundamentação para os participios serem conceptualizados de diversas maneiras, ocasionando mudança de classe. O participio pode ser conceptualizado como coisa ou relação. É conceptualizado como coisa quando se comporta como um substantivo (‘o *povoado*’; ‘o *atacado*’; ‘o *resfriado*’; ‘a *vista* do prédio’); a forma participial também pode ser conceptualizada como relação: processual, classificando-se como verbo (‘*tinha povoado*’; ‘*tinha atacado*’; ‘*tinha resfriado* alguma coisa’; ‘*tinha visto*’), ou atemporal do tipo estativa, categorizando-se como adjetivo (‘lugar *povoado*’; ‘rapaz *atacado*’; ‘pessoa *resfriada*’; paisagem *vista*’).

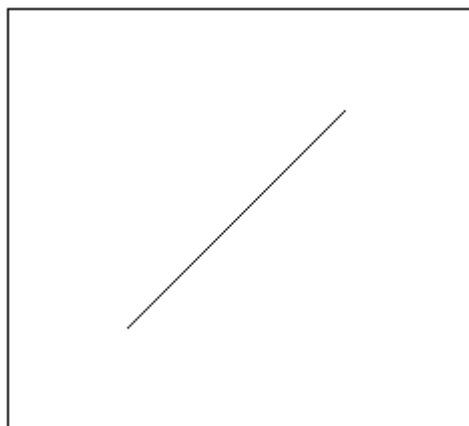
5.4.2.1. “Revisando” os tipos de escaneamento (LANGACKER, 2008)

A divisão em escaneamentos estático e dinâmico continua sendo defendida como efetiva. Langacker (2008), em resposta a Broccias & Hollmann (2007), argumenta em favor da proposta dos escaneamentos para a conceptualização cognitiva. Broccias & Hollmann (2007) defendem a ideia de que não há evidência efetiva para a existência da divisão em escaneamentos estático e dinâmico. Além disso, expõem que seria possível entender as diferentes categorizações apenas através da observação da distribuição gramatical no uso, sem utilizar a divisão em escaneamentos.

Langacker (2008), ao contrário de Broccias & Hollmann (2007), defende que os tipos de escaneamento estão presentes, constantemente, no cotidiano. Aponta que o escaneamento dinâmico é sempre utilizado quando há observação de eventos que ocorrem numa sequência temporal. Ao se observar uma mudança de estado numa determinada passagem do tempo, o escaneamento dinâmico é o modo primário utilizado.

O escaneamento estático também está presente no dia a dia, pois é efetiva a capacidade de apreender e expor eventos, de base sequencial, de modo holístico, como um todo. Para exemplificar isso, Langacker (2008) afirma que, muitas vezes, uma mudança de trajetória (algo dinâmico, sequencial) é representada através de uma formalização estática. A título de ilustração quanto aos nossos dados, podemos citar o particípio ‘subida’, que pode ser representado através de um gráfico com uma linha inclinada:

(41)



Esse gráfico serve, então, aos exemplos em que o particípio ‘subida’, de base dinâmica, é conceptualizado como uma coisa e essa conceptualização ocorre através do escaneamento estático. Langacker (2008) fornece maiores detalhes sobre o escaneamento estático, afirmando que, nesse tipo de escaneamento, há duas fases. Na fase de construção, ocorrem, cognitivamente, sequência temporal e direcionalidade. Na segunda fase, final, as configurações componentes envolvidas são comprimidas de modo simples e simultâneo numa *gestalt* (LANGACKER, 2008, p.572).

Dizendo de outro modo, ao se conceptualizar um evento dinâmico como coisa, é necessário, antes, processá-lo como evento. Como são de base processual, os particípios têm de passar necessariamente, no escaneamento estático, por essa primeira fase de construção. Isso evidencia que os dois tipos de escaneamento não são excludentes.

Quanto ao escaneamento dinâmico, Langacker (2008) esclarece que os estados componentes do evento não são discretos nem individuais. Em outras palavras, não é possível definir exatamente onde começam e terminam. Na verdade, ocorrem continuidade e influência entre os diferentes estados que constam de determinada passagem de tempo.

Para fundamentar a validade de sua proposta, Langacker (2008, p. 573) demonstra que os escaneamentos envolvem habilidades mentais comprovadas, independentes da expressão linguística, como dirigir e focalizar a atenção, organizar em figura e fundo, agrupar conceptualmente e ativar espaços mentais.

Langacker (2008, p. 582) concorda com Broccias & Hollmann (2007), com relação a ser fundamental observar as diferentes distribuições gramaticais no uso linguístico a fim de perceber as diferentes categorizações. Todavia, afirma que, à distribuição gramatical, precisa ser somada a noção de conceptualização, para que seja possível explicar assimetrias na categorização.

Através da abordagem de Langacker (1987; 2008), objetivamos dar conta da motivação semântica para a flutuação categorial das formas nominais do português. Focalizando o exemplo da forma de particípio, verificamos que a possibilidade de atuação como verbo, adjetivo e substantivo está fundamentada em modificações na conceptualização cognitiva das cenas. Essa análise do particípio serve para reforçar o pressuposto cognitivo da motivação conceptual da gramática: modificações categoriais são sustentadas por habilidades cognitivas. A flexibilidade de classe se dá devido a uma flexibilidade conceptual que a sustenta.

#### *5.4.3. Formas modificadas por MTA e NP que atuam como bases na expansão lexical*

A criação de palavras por composição ou reduplicação também envolve uma modificação no processamento: de sequencial para estático. O instrumento que protege / guarda as pessoas da chuva – escaneamento dinâmico – passa a ser chamado ‘guarda-chuva’: processam-se os estados componentes numa *gestalt* simples. O salgado que bate

no organismo e logo entope – escaneamento dinâmico – passa a ser nomeado como o ‘bate-entope’ – escaneamento estático.

Uma atividade que se repete no tempo pode ser nomeada por bases repetidas. Um evento no qual ‘Muitas pessoas correm’ ou uma situação em que ‘Fulano corre, José corre, Pedro corre; todo mundo corre’ pode ser entendida como o ‘corre-corre’; assim, o conteúdo de repetição é marcado por uma repetição formal<sup>52</sup>.

Nesses casos, fica evidente uma mudança no escaneamento dinâmico, quando se ativam *frames* que são eventos (‘José guardou / protegeu seu filho da chuva’, ‘Fulano correu durante a tarde’), para um estático, quando nomeamos um referente (‘guarda-chuva’, ‘bate-entope’, ‘bate-bate’<sup>53</sup>) ou uma atividade (‘corre-corre’, ‘empurra-empurra’, ‘quebra-quebra’). Em outras palavras, é totalmente possível explicar esses exemplos através do processamento cognitivo, considerando, para isso, a flexibilidade conceptual como uma atividade natural realizada a todo momento pelos falantes.

#### *5.4.4. Um olhar semântico sobre as formas modificadas por MTA e NP atuando como adjetivos e interjeições*

Pretendemos evidenciar as motivações para a realização de dois padrões não-composicionais que ocorrem nas formas modificadas por marcas de MTA e NP e estão a serviço da expressão de ponto de vista. O padrão B é a atuação de formas modificadas em PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO e P3 como interjeições; já o padrão C consiste no uso de PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO e P1 em formas que cumprem o papel de adjetivo.

---

<sup>52</sup>Vialli (2013) estuda a reduplicação como uma construção gramatical e, para isso, estabelece os seus polos formal e semântico.

<sup>53</sup> Fazemos referência ao uso de ‘bate-bate’ que designa um brinquedo (‘Fulano adora o bate-bate; para ele, não existe brincadeira melhor.’). Outra possibilidade seria utilizar essa forma ‘bate-bate’ para indicar uma situação em que muitos carros batem numa rua (‘está um bate-bate sem explicação na rua X’.).

Focalizamos esses padrões, porque entendemos que estão disponíveis na formação de novos dados na língua. Os falantes, mesmo implicitamente, sabem que podem indicar juízo de valor sobre um evento / situação através do padrão B e demonstrar impressão sobre um referente com o padrão C.

Não despreveremos o que motiva a utilização de formas desenvolvidas em PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO E P3 como interjeições, o que foi indicado como padrão A no início deste capítulo, por considerarmos essa estratégia improdutiva no português. Mesmo ocorrendo em algumas palavras (‘quisera’, ‘pudera’, ‘tomara’), esse padrão não está disponível para a produção de novos dados na língua.

Defendemos a ideia de que, quando formas modificadas por marcas de MTA e NP passam a atuar como adjetivos (‘roupa *cheguei*’; ‘olhar *caguei*’) ou interjeições (‘*demorou*’; ‘*formou*’), ocorre uma mudança em termos de conceptualização. Em outras palavras, por acreditarmos na motivação conceptual da gramática, certamente uma alteração de classe envolve também uma mudança na conceptualização da cena.

Outro aspecto que devemos ressaltar é a existência de flexibilidade conceptual nesses casos. Por mais que uma forma modificada possa atuar como adjetivo ou interjeição, esta continua sendo categorizada como verbo em outros contextos. Como exemplo, podemos citar ‘cheguei’. Em ‘eu *cheguei* atrasado para a aula’, ocorre uma conceptualização como evento e a forma grifada atua como verbo. Já em ‘roupa *cheguei*’, a forma ‘cheguei’ apresenta-se como uma relação estativa; então, a palavra é classificada como adjetivo.



#### 5.4.4.1. Análise dos padrões B e C como chunkings

Bybee (2010), num livro em que se filia ao quadro teórico cognitivista, defende haver quatro processos cognitivos que atuam nas línguas: *chunking*, armazenamento mental, analogia e associação transmodal (*cross-modal association*). Segundo a autora, a aplicação iterativa desses processos de domínio geral produz as categorias, as unidades linguísticas, os constituintes e as construções. Esses processos também são os responsáveis por variações na composicionalidade e na analisabilidade, assim como acarretam produtividade e criatividade no uso linguístico.

A autora defende que a interação entre o uso e o processo cognitivo (entre os exemplos particulares e a estrutura) é o que faz entender como as construções surgem e mudam. Além disso, isso é o que traz algumas respostas sobre como a gramática surge. Os falantes entendem as categorias através do acesso aos exemplos e pela observação no uso da língua. Através dessa observação, fica evidente que as categorias são gradientes.

Focalizando mais especificamente a morfologia, Bybee (2010) afirma que exemplares de alta frequência são mais fortes do que exemplares de menor frequência, assim como grupos (palavras, sintagmas, construções) de alta frequência são mais fortes que grupos de baixa frequência. Essa força (lexical segundo Bybee, 1985) gera diversos efeitos. Entre eles, podemos citar os seguintes: 1) exemplares mais frequentes são acessados mais facilmente; 2) palavras complexas morfologicamente de alta frequência possuem maior estabilidade morfológica.

A autora utiliza dois fenômenos de mudança linguística para falar de estabilidade morfológica. O primeiro é que formas frequentes irregulares tendem a não sofrer “regularização” (adequar-se a um paradigma regular). No português, casos de

padrões irregulares com uso frequente na flexão verbal demonstram isso. Dentre muitos outros exemplos, podemos citar os seguintes: ‘era’, ‘sou’, ‘é’; ‘fiz’, ‘fez’, ‘posso’, ‘pude’.

Como segundo fenômeno, afirma Bybee (2010) que o mais frequente exemplar de um paradigma tende a servir como base para formações analógicas: o singular de nomes é a base para a formação de um novo plural; o presente é a base para a formação de um passado “regularizado” (adaptado a um padrão regular).

Nos casos de padrões derivacionais vistos neste capítulo, a base para a formação de interjeições (‘tomara’, ‘formou’, ‘demorou’) e marcadores discursivos (‘sabe’, ‘entende’) é a P3, que, além de pouco marcada formalmente, é semanticamente a forma mais básica também. A terceira pessoa (do singular ou do plural) é a não pessoa do discurso; quando falamos de algo, usamos a terceira pessoa.

Para criar novas palavras através de composição ou reduplicação, utiliza-se, além da P3, o presente do indicativo, que também é um exemplar frequente. A importância e a frequência do presente já se tornam evidentes quando pensamos que os outros tempos, em termos cognitivos, são pensados à luz do presente. O passado indica o evento que ocorreu anterior ao presente; já o futuro expressa aquilo que ocorrerá após o presente.

#### *5.4.4.2. Fundamentando semanticamente os padrões derivacionais produzidos pelas marcas verbais*

Bybee (2010) defende não haver distinção rígida entre afixos. Além disso, afirma que, às vezes, até um mesmo afixo muda em combinações diferentes; é mais analisável em uma palavra que em outra. O caráter gradiente na aplicação de uma

mesma marca é evidente no caso das marcas verbais que ativam padrões derivacionais. Dados como ‘cheguei’, ‘tomara’, ‘demorou’, ‘sabe’ e ‘entendeu’, em outros contextos, continuam funcionando como verbos e indicando eventos que transcorrem num tempo. As formas nominais também podem funcionar como verbos, mas, em outros contextos, como ilustramos, adquirem novos significados e funções.

#### 5.4.4.3. A definição de *chunking*

*Chunking* é a relação sequencial entre dois ou mais elementos (palavras ou morfemas) que costumam ocorrer juntos. A força de uma relação sequencial (*chunking*) se deve ao grau de frequência em que as palavras costumam ocorrer juntas umas das outras. Quanto mais frequente e forte um *chunking* é, menor a força de seus elementos componentes vistos isoladamente. A frequência, a força de um “*chunking*”, tem relação direta com a ocorrência de efeitos fonéticos ou com a mudança na composicionalidade e na analisabilidade.

Bybee (2010) afirma que as ligações entre morfemas e até entre fonemas também constituem casos de *chunking*, mas fundamenta sua definição na relação entre palavras. Pretendemos, nesta Tese, aplicar o conceito de *chunking* para os nossos dados de interjeições e adjetivos formados através de palavras modificadas por marcas verbais. Para isso, entenderemos nossos exemplos como *chunks* morfológicos, focalizando, então, a relação entre marcas dentro das palavras.

#### 5.4.4.4. Aplicando o conceito de chunking aos dados

Entendemos que os padrões de interjeição ('demorou', 'formou', 'fechou', 'arrasou') e adjetivos ('caguei' e 'cheguei') criados através de palavras modificadas por marcas de MTA e NP são exemplos de *chunkings* morfológicos. Nesses *chunks*, não ocorrem efeitos fonéticos. O apagamento do segmento final (apócope) nos dados de interjeição (por exemplo, demor[o]) pode ocorrer tanto nos *chunks* como na utilização dos dados como verbo. No entanto, nos *chunks*, ocorre a perda de analisabilidade e composicionalidade.

Bybee (2010) distingue composicionalidade e analisabilidade. Mesmo considerando esses parâmetros como correlacionados e distintos de modo gradiente, expõe a autora a necessidade de opô-los para entender melhor como as expressões linguísticas variam. Expressões idiomáticas e compostos são, muitas vezes, analisáveis mesmo não sendo composicionais. Com exemplos de formas supletivas na flexão verbal, verificamos que ocorre o contrário: há composicionalidade, mas sem analisabilidade: em "foi", sabe-se que se indica PASSADO e P3 mesmo não sendo o exemplo analisável.

Em outras palavras, analisabilidade tem a ver com a existência de segmentação em partes com determinado significado dentro da palavra. Já composicionalidade consiste na identificação de mais de um conteúdo na palavra. Esses conteúdos não estão relacionados a sequências fonéticas; não são segmentáveis.

Quando os exemplos expressam um ponto de vista positivo para uma situação (padrão B): Fulano – 'Vamos sair amanhã'; Beltrano - '**Fechou!**', não há, no dado, os significados de PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO e P3. Em outras palavras, há perda de composicionalidade e de analisabilidade.

O mesmo se dá no exemplo ‘roupa *cheguei*’ (padrão C); os significados de P1 e pretérito perfeito do indicativo, em ‘cheguei’, não são analisáveis nem composicionais. A função de ‘cheguei’, nesse exemplo, é caracterizar a roupa evidenciando uma impressão pejorativa do falante quanto à vestimenta. Esse padrão é produtivo na língua; está a serviço de indicar impressão sobre um referente. Dentre outros dados produzidos, podemos citar: ‘o olhar *curti* meme’<sup>54</sup> e ‘o verde *choquei*’<sup>55</sup>, ‘estilo *venci* na vida’<sup>56</sup>. Abaixo, apresentamos uma imagem que representa o esmalte da cor verde ‘*choquei*’:

(42)



<sup>54</sup> Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/vidadememe/posts/679561092084338>

<sup>55</sup> Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/vanessinha\\_heckler/5454614916/](https://www.flickr.com/photos/vanessinha_heckler/5454614916/)

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u23550.shtml>

Outros enunciados encontrados na internet foram: ‘o que são aqueles riscos vermelhos embaixo no estilo "*apaguei* a assinatura do dono e botei a minha"<sup>57</sup> ?’; ‘Veja a quantidade de pedidos de ajuda aqui, do estilo "*apaguei/formatei* sem querer”.’<sup>58</sup>; ‘Realmente gata, está sem photoshop ... no maior estilo *virei* a noite na balada, detalhe no topete gema, uó neh’<sup>59</sup>. Esse último dado consiste na avaliação de um falante para a uma *selfie* tirada por uma celebridade.

Nada impede que, futuramente, surjam novos dados como ‘olhar babei’, ‘olhar visei’, ‘olhar apaixonei’, ‘jeito bolei’, ‘uma cara parei’, ‘ uma cara compartilhei’; o padrão está disponível para ser aplicado na produção de adjetivos.

Bybee (2010) evidencia o papel da frequência de uso na perda de analisabilidade e de composicionalidade. Segundo a autora, mudanças semânticas e pragmáticas que reduzem a composicionalidade são auxiliadas pela frequência ou repetição, mas a origem dessas mudanças está nos contextos em que a unidade complexa é usada. A repetição, em determinados contextos, de determinadas formas de associação com respectivos significados, é o que levaria a mudanças semânticas e pragmáticas.

Quanto mais uma sequência de morfemas ou palavras é utilizada, mais forte essa sequência ficará como unidade. Sendo assim, ocorre diminuição na associação com as partes componentes. A perda de associação com as partes componentes causa um aumento da autonomia da sequência (do *chunk*). Não é por acaso que esses dois padrões sejam caracterizados pela alteração na vogal temática de primeira conjugação, o que nos faz pensar num bloco construcional do tipo -ou e -ei, os mais usuais na língua. A sequência está integrada de tal modo, que passou a formar uma unidade, ou seja, um *chunk*.

---

<sup>57</sup> <http://forums.tibiabr.com/threads/69239-Galinha-De-dentis/page2#.VFuXcPnF-AU>

<sup>58</sup> <http://www.gpspoint.com.br/forum/46-problemas-comuns/89059-novato-total>

<sup>59</sup> <http://wp.clicrbs.com.br/holofote/2011/01/30/barbara-evans-posa-sexy-no-banheiro-de-novo/?topo=52,1,1,,186,e179>

Tanto as interjeições como os adjetivos, discutidos nesta Tese, servem a uma necessidade semântica de expressão de um juízo de valor. Interjeições, como ‘formou’, ‘demorou’, ‘arrasou’, expressam juízo de valor quanto a um evento; já os adjetivos (‘cheguei’, ‘caguei’) indicam juízo de valor a um referente do mundo. Os *chunks* ocorrem nesse contexto.

Focalizando os nossos dados, acreditamos na existência de *chunkings* morfológicos. Há um *chunking* a serviço da expressão de um juízo de valor, como verificamos abaixo.

(44)

Padrão B:

***Formou, arrasou, demorou, babou, sujou, ferrou, partiu, valeu***

Padrão C:

Roupa ***cheguei***, olhar ***caguei***, verde ***choquei***

Os *chunks* apresentam uma parte fixa nos dados: -eu, -ou e -iu, no padrão B, e -ei ou -i, no padrão C. A parte que muda nesses dados é o radical<sup>60</sup>, mas, independente do radical que se utilize, a função dos *chunks*, nesses contextos, é sempre a mesma: expressão de ponto de vista.

Como já apontamos neste capítulo, no padrão B, o *chunking* é responsável por expressar juízo de valor quanto a eventos. Esse juízo de valor pode ser positivo (‘demorou’; ‘formou’) ou negativo (‘babou’, ‘ferrou’, ‘sjou’). O *chunking*, no padrão

---

<sup>60</sup> Essa sequência, chamada radical (em termos estruturalistas), nos *chunks*, é a parte responsável por indicar qual seria o juízo de valor. Por mais que tal sequência cumpra o papel de radical nos dados verbais, nos *chunks*, não realiza essa função.

C, é o responsável por indicar impressão sobre referentes (positiva – ‘curti’; indiferente – ‘caguei’; negativa – ‘cheguei’). A função do radical parece ser indicar o tipo de impressão / juízo de valor na cena evocada pelo dado.

### *5.5. Principais pontos discutidos no capítulo*

Não há dúvidas de que as marcas de MTA e NP são mais flexionais que derivacionais. Como já afirmamos, nosso objetivo na Tese não é questionar esse fato, mas deixar claro que, observando o uso linguístico, uma visão gradiente dos processos parece mais condizente com os dados do português e possibilita um olhar mais amplo para a morfologia, visto que não desconsidera exemplos e leva em conta a criatividade do falante nas diversas situações de uso da língua.

Como evidenciamos no capítulo 4, não são todas as marcas de MTA e NP que apresentam características de derivação. Objetivamos, neste capítulo, dar conta da utilização de marcas verbais que fogem ao protótipo flexional. Procuramos apresentar as motivações formais e semânticas para que palavras com marcas de MTA e NP instanciem padrões derivacionais no português. Verificamos que, no uso dessas partículas verbais, há aspectos formais e semânticos envolvidos na formação desses padrões.

Quanto às características formais, através da análise de exemplos, defendemos a seguinte proposta: a flexibilidade quanto à classe e à mudança de significado têm relação direta com o preenchimento dos afixos. Para que uma palavra, modificada em MTA e NP, atue como outra categoria (interjeição e adjetivo) ou sirva como base para a expansão lexical, é necessário que suas marcas de MTA ou NP estejam 1) ausentes, 2) sejam improdutivas ou, ao menos, 3) não gerais. Esperamos que outros estudos de



alteração categorial e expansão lexical utilizem essa assunção teórica elaborada na tese a fim de avaliar a validade da proposição.

Para dar conta das motivações semânticas dos padrões derivacionais apresentados por palavras modificadas por MTA e NP, utilizamos Langacker (1987; 2008). Através deste aporte teórico, defendemos a hipótese de que, sempre que ocorre algum tipo de alteração categorial nos nossos dados, esta é sustentada por uma mudança na conceptualização cognitiva das palavras. Confirmam essa hipótese os exemplos das formas nominais, mais especificamente o particípio, que apresentam classe flexível; as palavras desenvolvidas em MTA e NP que atuam como interjeições ou adjetivos e podem servir como bases para a expansão lexical. Demonstramos que, em todos esses casos, há uma motivação cognitiva que explica os padrões.

Além da abordagem de diferentes processamentos cognitivos no uso linguístico, como processo, relação estativa, coisa etc., outro conceito de Langacker relevante à Tese é flexibilidade conceptual. Tanto o particípio como as palavras contendo marcas de MTA e NP, mesmo apresentando modificações semânticas e categoriais, continuam em outros contextos atuando como verbo. Em outras palavras, o fato de instanciar padrões derivacionais não impede que os usos flexionais continuem ocorrendo. Apresentamos, então, na Tese, uma flexibilidade semântica e formal no uso de afixos verbais e propusemos que essa flutuação de classe e de significado está sustentada na flexibilidade conceptual defendida por Langacker (2008).

Através dessa proposta, reforçamos, com a nossa análise, algumas premissas cognitivistas. Ao verificar que o uso de marcas morfológicas pode levar a alterações categoriais e semânticas, fica evidente a interface morfologia-sintaxe-semântica. Na análise dos nossos dados, temos o objetivo de evidenciar que esses estratos não são estanques; pelo contrário, estão imbricados e se interinfluenciam. Quando salientamos

que, no uso de marcas de MTA e NP, a expansão lexical e as mudanças de classe ou de significado estão ancoradas na conceptualização cognitiva de cenas, confirmamos, em nossa análise, mais uma premissa cognitivista: a motivação conceptual da gramática. Como indica Basílio (2010), a aplicação do aporte cognitivista para os estudos de morfologia parece bastante promissora. Acreditamos que pode ser um caminho frutífero estudar a flexão através dos conceitos cognitivistas. Conforme afirma Basílio (2010, p.6):

*Para a Linguística Cognitiva, a gramática de uma língua representa o conhecimento do falante sobre a convenção linguística, isto é, corresponde aos aspectos da organização cognitiva em que se situa a apreensão da convenção linguística pelo falante. Assim, a gramática pode ser entendida como um conjunto estruturado de unidades linguísticas convencionais (Langacker 1987).*

Para discutir as motivações semânticas nas palavras desenvolvidas em MTA e NP que atuam como interjeições (‘demorou’; ‘babou’) e adjetivos (‘cheguei’, ‘choquei’) além das noções de conceptualização (LANGACKER, 1987; 2007), utilizamos o aporte teórico de Bybee (2010). Entendemos, assim, que ocorreriam *chunkings* morfológicos na produção desses padrões.

Por mais que o conceito de *chunking* seja relativamente novo e a autora não tenha utilizado exemplos da morfologia em sua análise, consideramos que esses padrões de expressão de um ponto de vista a eventos ou referentes são casos típicos desse processo cognitivo. Na análise de *chunks*, como ‘demorou’, ‘formou’, ‘babou’ /‘cheguei’, ‘caguei’, ‘curti’, ocorre perda de composicionalidade e analisabilidade; além disso, torna-se evidente a mudança semântica e pragmática.

## 6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Tese, pretendemos tornar evidente a necessidade de analisar as marcas morfológicas de MTA e NP focalizando o uso. Por mais que essas marcas apresentem, na maioria dos casos, padrões flexionais ao indicarem noções de modo, tempo, aspecto, número e pessoa em eventos verbais, tais partículas também podem atuar na criação de padrões derivacionais. O falante pode exercer sua criatividade e, a partir do uso de formas modificadas em MTA e NP, realizar mudança de classe, mudança de significado e criação de novas palavras.

Acreditamos ser necessário abordar esses padrões derivacionais para realizar uma descrição geral dessas marcas verbais; observar as suas características flexionais possibilita uma análise apenas parcial desses expedientes formais. Com a apresentação de características derivacionais, como alteração categorial, alteração de significado, criação de palavras, lacunas na aplicabilidade, lacunas na organização paradigmática, existência de meios de materializações diversos, improdutividade e não-obrigatoriedade no uso de marcas, verificamos ser coerente um olhar que considere as marcas verbais de MTA e NP de modo gradiente.

Fundamentamo-nos no preceito cognitivista de que a categorização radial / por protótipos é mais adequada à realidade linguística. Expedientes formais de MTA e NP apresentam atributos de flexão e de derivação; assim, devem ser descritos como mais ou menos pertencentes ao protótipo flexional. Antes da nossa pesquisa, o estatuto flexional das marcas verbais de MTA e NP em português ainda não tinha sido questionado.

Através da análise de padrões derivacionais criados por MTA e NP, tivemos o objetivo de demonstrar que é possível observar novos usos também na flexão. A frequência de determinados usos, na chamada flexão verbal, pode gerar a produção de

padrões (esquemas) que estão a serviço da criação de novos significados, indicar expressividade, alterar classe ou formar novas palavras. Esperamos que este trabalho possa ser um passo inicial para uma nova caminhada nos estudos de flexão verbal do português. Certamente, ainda há muito o que ser pesquisado; entretanto, é necessário passar a analisar marcas flexionais 1) atentando para o uso, 2) focalizando as mudanças e 3) observando a (possível) criatividade do falante. Caso esses três aspectos passem a ser considerados em futuros estudos de flexão, consideraremos que a nossa pesquisa cumpriu o seu objetivo. No uso diário da língua, mesmo em marcas mais flexionais, mudanças ocorrem e o falante exerce a sua criatividade na formação de novos padrões.

Também nos sentiremos recompensados caso novos estudos surjam preenchendo lacunas da nossa pesquisa. Por mais que tenhamos considerado o uso linguístico de marcas flexionais em quaisquer contextos, dando ênfase, inclusive, aos empregos mais informais, não realizamos um levantamento estatístico de formas. Futuras pesquisas, focalizando a frequência de uso, podem inspecionar as marcas de MTA e NP quanto às suas características derivacionais e flexionais. Assim, seria possível avaliar todas as marcas verbais utilizadas, criando uma escala radial da mais flexional até a menos flexional.

No capítulo 4, primeiro capítulo de análise, quando observamos diversos meios de materialização e improdutividade em marcas de MTA e NP, demonstramos que os usos dos tempos verbais estão se modificando. O falante, para indicar futuro, usa, muitas vezes, uma locução: ‘verbo ir no presente + verbo no infinitivo’. Para dar ordem, utiliza ‘sujeito + verbo no futuro do presente (modo indicativo)’; o pretérito mais-que-perfeito simples caiu em desuso, entre outros exemplos.

Esperamos que, motivados pela nossa pesquisa, surjam estudos para dar conta dos tempos verbais no uso efetivo da língua, considerando diferentes gêneros textuais e

contextos em que esses tempos possam ocorrer. Isso seria uma grande contribuição não só aos estudos de morfologia, mas também ao ensino. O aluno, muitas vezes, percebe uma diferença muito grande entre a flexão verbal vista na gramática, nos livros didáticos e aquela efetivamente em uso; pode ser de grande valia a abordagem dessa mudança pelo professor.

A originalidade da nossa Tese fundamenta-se, principalmente, em dois aspectos. O primeiro é o fato termos sido os primeiros a questionar o estatuto flexional de MTA e NP no português. Isso foi feito no primeiro capítulo de análise, capítulo 4, quando evidenciamos todos os padrões derivacionais instanciados por essas marcas encontrados durante a pesquisa. Do ponto de vista teórico, tivemos a sorte de poder estudar uma série de autores, partidários de uma distinção gradiente entre flexão e derivação, que ainda não tinham escrito seus trabalhos na época dos estudos pioneiros de Piza (2001) e Gonçalves (2005).

O segundo fator que estabelece uma contribuição original da nossa Tese para os estudos de morfologia é a busca por fundamentar formal e semanticamente os padrões derivacionais encontrados. Os estudos, dentro e fora do Brasil, que discutem a gradiência entre diferentes estratos da gramática abordam a necessidade de uma distinção por protótipos, mas não abordam as motivações para os padrões encontrados.

Percebemos durante a pesquisa que nem todas as marcas de MTA e NP apresentam características derivacionais. Desse modo, buscamos evidenciar o que leva determinadas marcas morfológicas verbais a instanciar padrões derivacionais. Para dar conta da fundamentação semântica desses padrões, utilizamos, principalmente, os conceitos de flexibilidade conceptual (LANGACKER, 1987; 2008) e de *chunking* (BYBEE, 2010).

Quanto ao aspecto formal, elaboramos uma proposta teórica de que o uso de formas modificadas em MTA e NP na criação de padrões derivacionais tem total relação com o tipo da marca utilizada. No uso de MTA e NP, a ausência de marcas e a existência de uma marca não-geral ou que tenha caído em desuso possibilitam a criação de padrões de alteração semântica, categorial e de criação de palavras. Esperamos que essa proposta possa ser testada em trabalhos posteriores, a fim de que se avalie a sua eficácia.

## 7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Stephen R. “Where’s Morphology?”. *Linguistic Inquiry* 13, pp. 571-612, 1982.

ANDERSON, Stephen R. “Inflectional Morphology”. In: SHOPEN, T. *Language Typology and Syntactic Fieldwork*. Cambridge, Cambridge University Press, v. 3, pp. 150-201, 1985.

ANDERSON, Stephen R. *A-morphous morphology*, Cambridge, Cambridge University Press, v. 62, 1992.

ARONOFF, Mark. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: The Mit Press, 1976.

BASÍLIO, Margarida Maria de Paula. *Estruturas lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASÍLIO, Margarida Maria de Paula. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASÍLIO, Margarida Maria de Paula. “Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares”. *Linguística*, v. 6, n. 2, 2010.

BASÍLIO, Margarida Maria de Paula. “O papel da metonímia na morfologia lexical”. *ReVEL*, v.9, n. 5, pp. 99-117, 2011.

BAUER, Laurie. *English Word Formation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

BAUER, Laurie. “The function of word-formation and the inflection-derivation distinction”. In: Henk Aertsen, Mike Hannay & Rod Lyall (eds.), *Words in their Places. A Festschrift for J. Lachlan Mackenzie*. Amsterdam, Vrije Universiteit, pp. 283-292, 2004.

BERNARDO, Sandra Pereira. *Foco e ponto de vista na conversa informal: uma abordagem sócio-cognitiva*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2002.

BOCHNER, Harry. “Inflection within derivation”. *The Linguistic Review* 3, pp. 411-421, 1984.

BOOIJ, Geert & LIEBER, Rochelle. “On the simultaneity of morphological and prosodic structure”. In: Sharon Hargus and Ellen Kaisse (eds.), *Studies in Lexical Phonology*. San Diego, Academic Press, pp. 23-44, 1993.

BOOIJ, Geert. “Against split morphology”. In: Booij, G & van Marle, J (eds.), *Yearbook of Morphology 1993*. Dordrecht, Kluwer, pp. 27-50, 1994.

- BOOIJ, Geert. "Inherent versus contextual inflection and the split morphology hypothesis". In: Booij & Van Marle (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht, Kluwer, pp. 1-16, 1996.
- BOOIJ, Geert. "Inflection and derivation". In: K. Brown et al. (eds.), *Encyclopedia of language and linguistics*. 2 ed., v. 5, Oxford, Elsevier, pp. 654-661, 2006.
- BORBA, Sônia Costa. *O aspecto em português*. São Paulo, Editora Contexto, 1991.
- BROCCIAS, C. & HOLLMANN, W. B. "Do we need summary and sequential scanning in (cognitive) grammar?". *Cognitive Linguistics*, v. 18, 207, pp. 487-522.
- BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. 1 ed., v. 9, Amsterdam; Philadelphia, John Publishing Company, 1985.
- BYBEE, Joan L. *Language, usage and cognition*. Cambridge, Cambridge University, 2010.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- CHELLIAH, Shobhana Lakshmi. "Bracketing paradoxes in Manipuri". In: M. Aronoff (eds), *Morphology now*. Albany, State University of New York Press, pp. 33-47, 1992.
- CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: \_\_\_\_\_. *Studies on Semantic in Generative Grammar*. Mouton, The Hague, pp. 11-61, 1970.
- CLAHSEN, H. "Lexical entries and rules of language". *Behavioral and Brain Sciences* 22, pp. 991-1060, 1999.
- COLNAGHI, Carmen. *Flexão e Derivação: um labirinto gramatical*. Passo Fundo, UPF, 2006.
- CROFT, William. "The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies". *Cognitive Linguistics* 4-4, pp. 335-370, 1993.
- CUNHA, C & CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1985.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. "Estratégias gramaticalizadas de interação na fala e na escrita: marcadores discursivos revisitados". *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009.
- GIBBS, Raymond W. *The Poetics of Mind. Figurative Thought, Language, and Understanding*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. "Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo pretérito". *Revista Alfa (ILCSE/UNESP)*, Araraquara, v. 1, n. 37, pp. 135-142, 1993.



GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. *Flexão e Derivação em Português*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2005.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. 1 ed. São Paulo, Contexto, 2011.

GONZÁLEZ TORRES, Elisa. “The Inflection-Derivation Continuum and the Old English Suffixes -a, -e, -o, -u”. In: ATLANTIS. *Journal of the Spanish Association of Anglo-American Studies*.32.1. pp. 103–122, junho de 2010.

GORSKI, Edair; ROST, Cláudia Andréa ; DAL MAGO, Diane. “Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização”. In: CHRISTIANO, Maria Elizabeth; SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermeval da. *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa, Ideia, pp. 29-64, 2004.

GREENBERG, Joseph. “Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements”. In: GREENBERG, J. *Universals of language*. Cambridge, MA, MIT Press, 1963.

HALLE, Morris. “Prolegomena to a theory of word formation”. *Linguistic inquiry*, pp. 3-16, 1973.

HASPELMATH, Martin. “Wordclass-changing inflection and morphological theory”. In: Booij, Geert&van Marle, Jaap (eds.), *Yearbook of Morphology 1995*. Dordrecht, Kluwer, pp. 43–66, 1996.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo, Contexto, 2009.

JACKENDOFF, R. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language* 51, 1975.

JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge, MA, MIT Press, 1983.

KEHDI, Valter. *Morfemas do Português*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez de. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1989.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor. A Practical Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago, The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George. “The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?”. *Cognitive Linguistics 1-1*, pp. 39-74, 1990.

- LAKOFF, George. "The contemporary theory of metaphor". In: Andrew Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 202-251, 1993.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York, Basic Books, 1999.
- LANGACKER, Ronald W. "Active zones". *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society 10*, pp. 172-188, 1984.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford, University Press v. 1, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar. Descriptive application*. Stanford, University Press v. 2, 1990.
- LANGACKER, Ronald W. Sequential and summary scanning: a reply. *Cognitive Linguistics*, v. 19, 2008, p. 571-584.
- LANGACKER, Ronald W. "Reference-point constructions". *Cognitive Linguistics 4*, pp. 1-38, 1993.
- LANGACKER, Ronald W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 1999.
- LAROCA, Maria de Nazaré Carvalho. *Manual de Morfologia do português*. Campinas, Pontes; Juiz de Fora, UFJF, 1994.
- LIEBER, Rochelle. *On the organization of the lexicon*. Ph.d. Dissertation, Cambridge, MIT, 1980.
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de Morfologia de Língua Portuguesa*. Jacobina, Tipô-Carimbos, 2003.
- MACEDO, Alzira Tavares; SILVA, Gisele Machline de Oliveira. "Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais". In: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia Nívea; MOLLICA, Maria Cecília. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 11-50, 1996.
- MANOVA, Stela. "Derivation versus Inflection in three Inflecting Languages". In: DRESSLER Wolfgang, U; KASTOVSKY, Dieter; PFEIFFER, Oskar; RAINER, Franz (eds.): *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins, pp. 233-252, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções". In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Português Culto falado no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, pp. 281-319, 1989.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE; Sebastião Josué, CEZÁRIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

MATTHEWS, P. H. *Inflectional Morphology*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1972.

MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2 ed. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1991.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 3 ed. São Paulo, Pontes, 1991.

PERLMUTTER, D. “The split morphology hypothesis: Evidence from Yiddish.”. In Hammond & Noonan (eds.), *Theoretical Morphology*. San Diego etc., Academic Press, pp. 79–100, 1988.

PINKER, S. *Words and rules*. New York: Basic Books, 1999.

PIZA, Mônica de Toledo. *O continuum Flexão-Derivação em português e as categorias gênero, número e grau*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2001.

REIS, Otelo. *Breviário de Conjugação verbal*. 41 ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves S. A, 1982.

RIO-TORTO, Maria Graça. Sistêmica e pragmática dos sufixos avaliativos. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, v. 21, pp. 203-228, 1996-1997.

ROCHA LIMA, Luiz. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo, Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia Geral*. São Paulo, Contexto, 1991.

SILVA, Augusto Soares da Silva. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra, Almedina, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

SHOPEN, Timothy. *Language Typology and Syntactic Description III: Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge, Cambridge UP, 1985.

SWEETZER, Eve E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

VIALLI, Luciana de Albuquerque Daltio. *Reduplicação de base verbal: uma análise pela morfologia construcional*. Tese de Doutorado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2013.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. “Concordância verbal”. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Silvia Brandão. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo, Contexto, pp. 85-102, 2007.

VILLALVA, Alina. “Aspectos Morfológicos da Gramática do Português”. In: MIRA MATEUS; M. H.; BRITO, A. M; DUARTE, I. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa, Caminho, pp. 915-983, 2003.

VIVAS, Vítor de Moura. “Relendo as categorias verbais”. *XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 209, Rio de Janeiro, 2009.

VIVAS, Vítor de Moura. “A instabilidade categorial do particípio passado: uma visão cognitivista”. In: ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de *et al. Linguística Cognitiva em Foco: morfologia e semântica do português*, , capítulo 4, Rio de Janeiro, Publít, 2010.

VIVAS, Vítor de Moura. *Novos enfoques sobre a flexão verbal em português: abordagem formal e semântica do mecanismo fusão*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, 2011.

WETZELS, W. L. “Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 23, pp. 19-55, 1992.

WILLIAMS, Edwin. “On the notions ‘lexically related’ and ‘head of a word’”. *Linguistic Inquiry*, 12 (2): 245-274, 1981.

WINTER, Carl. “Inflection and derivation”. *Ling 481/581*, 2011. 25 transparências. Disponível em: [http://courses.washington.edu/lingclas/481/Infl\\_der.pdf](http://courses.washington.edu/lingclas/481/Infl_der.pdf)

ZANNOTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro, Lucerna; Caxias do sul, Educus, 2006.